

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

Classificação de risco das Quotas Seniores

brAAf Standard & Poor's

Código ISIN Quotas Seniores: BRCSPDCTF008 - Código ISIN Quotas Subordinadas: BRCSPDCTF016

Cedente

SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

CESP Companhia
Energética de
São Paulo



O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II (o "Fundo") está ofertando 2000 (duas mil) quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) (as "Quotas Seniores" e o "Valor Unitário de Emissão"), perfazendo o montante total de

R\$ 650.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores, no mercado de balcão não organizado (a "Oferta") foi deliberada pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31 (o "Administrador"), em 8 de setembro de 2005.

O Fundo e a distribuição pública de suas Quotas Seniores foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 5 de outubro de 2005, sob o nº CVM/SRE/RFD/2005/034.

O Banco Itaú BBA S.A. (a "Instituição Líder"), o Banco Bradesco S.A. e o Banco ABC Brasil S.A. (em conjunto com a Instituição Líder, as "Instituições Intermediárias") foram as instituições contratadas pelo Administrador e pela CESP Companhia Energética de São Paulo (a "Cedente") para realizar a Oferta.

O Regulamento do Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, foi registrado no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 9 de setembro de 2005, sob o nº 4797265, conforme aditado em 4 de outubro de 2005 sob o nº 4803712. O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 (a "Instrução CVM 356") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente às Quotas Seniores, serão emitidas, pelo Fundo, 100 (cem) quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas"), que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente. As Quotas Subordinadas não são objeto desta Oferta. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados. As Quotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no MDC Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP e na CBLC, e (ii) negociação, no BOVESPAFIX, SOMAFIX e SFF.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas Seniores. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 33 a 42.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores a serem distribuídas no âmbito da Oferta.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As aplicações do Fundo referidas no Prospecto e no Regulamento apresentam riscos para o investidor, incluindo, mas não se limitando, a não existência de seguro performance ou garantia similar para os Direitos Creditórios não performados. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Eventual rentabilidade obtida no passado pelos investidores em fundos de investimento desta natureza não representa garantia de rentabilidade futura.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento ou do Prospecto à legislação vigente ou, ainda, julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador e demais instituições prestadoras de serviços.

O conteúdo deste Prospecto está em consonância com o Regulamento, porém não o substitui. Antes de decidir adquirir Quotas, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objetivo e à política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

Instituição Líder



Instituições Intermediárias



Administrador

INTRAG DTVM

Custodiante



Assessor Legal



Índice

1. DEFINIÇÕES	5
2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO.....	15
3. SUMÁRIO	23
4. PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES.....	29
• Regime de Colocação e Opção de Lote Suplementar	31
• Plano de Distribuição	31
• Encerramento da Distribuição	32
• Subscrição e Integralização das Quotas Seniores	32
• Custo de Distribuição.....	32
5. FATORES DE RISCO.....	33
• Riscos associados ao investimento no Fundo	35
• Riscos associados aos Direitos Creditórios.....	37
• Riscos associados à Cedente que podem afetar a originação dos Direitos Creditórios	40
6. OS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	43
• Introdução	45
• Principais Características dos CCEAR Cedidos	45
• Documentos Comprobatórios	49
• Cobrança dos Direitos Creditórios	49
7. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS.....	51
8. A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO.....	85
• Resumo da Estrutura	87
• Fluxograma da Operação.....	88
• Da Cessão dos Direitos Creditórios.....	89
• Da Apuração do Fator de Cessão	89
• Do Advento da Condição Suspensiva	92
• Política de Investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo	92
• Ordem de Alocação de Recursos.....	93
• Encargos do Fundo.....	94
• Reserva de Amortização e Resgate.....	94
• Custos Referentes à cobrança dos ativos do Fundo	95
• Eventos de Avaliação	95
• Critérios de Elegibilidade.....	97
• Eventos de Liquidação	98
• Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo	99
• Dação em pagamento em Direitos Creditórios.....	99
• Assembléia Geral	99
• Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo	101
• Critério de divulgação de informações aos Quotistas	102

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

9. AS QUOTAS.....	103
• Características das Quotas Seniores.....	105
• Características das Quotas Subordinadas.....	105
• Emissão e integralização das Quotas	105
• Amortização e resgate das Quotas.....	106
• Distribuição e Negociação das Quotas	107
• Tributação	107
10. SUMÁRIOS DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	111
11. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	115
12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE.....	119
13. O ADMINISTRADOR E O CUSTODIANTE.....	123
• Administrador	125
• Custodiante	126
14. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	129
• Introdução	131
• Histórico da regulamentação	131
• Concessões	133
• Penalidades	135
• Principais entidades regulatórias	135
• Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	137
• Tarifas e encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão	142
• Incentivos para fontes alternativas de energia.....	144
• Encargos setoriais	145
• Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.....	146
• Escassez de energia e racionamento	146
15. A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS –	
CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO.....	147
• Introdução	149
• Estrutura de capital e acionistas controladores	153
• Administração	155
• Atividades da Cedente.....	157
• Serviços.....	161
• Investimentos realizados e a realizar	162
• Concorrência.....	164
• Contratos relevantes.....	164
• Empregados	166
• Meio Ambiente.....	167
• Seguros	167
• Principais Contingências.....	168
• Informações financeiras e operacionais selecionadas.....	171
16. ANEXOS.....	173
• Instrumento de Constituição do Fundo	175
• Regulamento	179
• Suplemento	279
• Contrato de Cessão.....	285
• Súmula da Agência de Classificação de Risco	359
• Modelo de CCEAR Cedido.....	365

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

ADINs	Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 3090 e n.º 3100.
Administrador	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's
Agente de Recebimento	Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.
Agente Escriturador	Banco Itaú S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento.
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Bacen	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BOVESPAFIX	Mercado de balcão organizado de renda fixa da BOVESPA.
CBLC	Companhia Brasileira de Custódia e Liquidação.
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.
CCEAR Cedidos	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmados pela Cedente com as Distribuidoras Cedidas.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
CESP ou Cedente	CESP – Companhia Energética de São Paulo.
Cessão Incondicionada	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 do Contrato de Cessão.

Cessão sob Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 do Contrato de Cessão.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CNPJ	Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Conta Autorizada da Cedente	Conta corrente indicada pela Cedente para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento.
Conta de Recebimento e Pagamento	Conta do Agente de Recebimento, na qual são depositados os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios.
Conta Autorizada do Fundo	Conta corrente referida no item 7.1 do Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	“Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e a Cedente, com a interveniência do Agente de Recebimento e do Custodiante.
Contratos Iniciais	Contratos de suprimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cujos montantes de energia e demanda de potência contratados são reduzidos à razão de 25% ao ano, a partir de 2003, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Consumidor Livre	Consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos, em qualquer nível de tensão, por fornecedores não necessariamente conectados à distribuidora local, por meio de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Itaú S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
Data de Apuração	Significa cada data de apuração do Fator de Cessão.
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados, ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 37 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.
Data de Início da Entrega	Primeiro dia útil seguinte à data de pagamento do Preço de Aquisição nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral das Quotas, qual seja 27 de outubro de 2010.

Datas de Amortização	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Segundo do Artigo 32 do Regulamento.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito cedidos pela Cedente ao Fundo, oriundos do fornecimento de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos.
Documentos Comprobatórios	Tem o significado que lhe é atribuído no item 1.5.1 do Contrato de Cessão.
Distribuidoras Cedidas	São as seguintes concessionárias de energia elétrica que firmaram os CCEAR Cedidos com a Cedente: Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante, Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. – Caiuá, Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ/AMPLA, Companhia Energética da Borborema – CELB, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG Companhia Energética do Ceará – COELCE, Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes, Copel Distribuição S.A. – Copel Distribuição, Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC, Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE, Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga, Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro, Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo, Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB, Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP, Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA, Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light, e S.A. de Eletrificação da Paraíba. – SAELPA.
Distribuidora Inadimplente	Cedida Significa a Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência.
EMAE Empresa de Auditoria	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE Deloitte Touche Tohmatsu, ou seu sucessor no exercício de suas funções, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador.
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 do Regulamento.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
Eventos de Avaliação	Eventos definidos no Artigo 51 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	Eventos definidos no Artigo 52 do Regulamento.

Fator de Cessão	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2 do Contrato de Cessão.
Fatura Mensal de Energia Elétrica	Documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da venda de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP- M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	Significa o índice obtido pela divisão da (A) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40 acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes um determinado Período de Disponibilidade, pelo (B) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas Inadimplentes, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir de fevereiro de 2006.
Intermediário	Corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.
Instituições Autorizadas	As seguintes instituições ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABC Brasil S.A.; e (ii) instituições financeiras com classificação de risco mínima “AA“, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, pela Moody’s Investors Service e pela Fitch Atlantic Rating.
Instituições Intermediárias	Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABC Brasil S.A.
Instrução CVM 356	Instrução CVM n.º 356 de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.
Instrumentos de Garantia	Instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente, descritos de forma resumida no Anexo II ao Contrato de Cessão.
Investidores Qualificados	Pessoas definidas como tal pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores e as pessoas autorizadas, pela

IOF/Títulos	legislação aplicável, a aplicar recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE.
IR	Imposto de Renda.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
Itaipu	Itaipu Binacional, usina hidrelétrica detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai.
Itaú	Banco Itaú S.A.
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Lei de Concessões do Setor Elétrico	Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, e alterações posteriores.
Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico	Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica, ou sua sucessora, a CCEE.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Parâmetro de Rentabilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Regulamento.
Parcela da Fatura	Cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica).
Parcela da Fatura Inadimplente	Significa, para fins de cálculo do Índice de Cobertura, uma Parcela da Fatura que não teve a totalidade do seu valor exigível efetivamente pago até o 3º (terceiro) dia útil anterior ao vencimento da Parcela da Fatura subsequente.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um do Regulamento.

Período de Capitalização	O intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data de Emissão de Quotas.
Período de Disponibilidade	Cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusive, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Plano Contábil	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Poder Concedente	Governo Federal.
Prazo de Duração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4 do Regulamento.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição da totalidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, estabelecido no item 1.5.2 do Contrato de Cessão.
Programa de Racionamento	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia, instituído pela GCE em 2001, que durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Prospecto	Prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.
Quantidade Mínima Mensal	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quota Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo.
Quotas Subordinadas	Quotas subordinadas emitidas pelo Fundo.
Quotistas	Titulares de Quotas.
Quotistas Seniores	Titulares de Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	Titulares de Quotas Subordinadas.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.
RGR	Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei n.º 5.655, de 20 de maio de 1971.
SFF	Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP.

Sistema Interligado Nacional	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SOMAFIX	Mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA.
Subestação	Conjunto de equipamentos de manobras, controle, proteção e/ou transformação, que ligam, alteram e/ou regulam a tensão em sistema de transmissão e distribuição.
<i>Take-or-Pay</i>	Cláusula contratual geralmente inserida em contratos de fornecimento de insumos, no qual o comprador tem a obrigação de pagar pelo insumos, independentemente do seu consumo efetivo.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	Documento preparado sob a forma do Anexo I do Regulamento.
TUSD	Tarifa de uso do sistema de distribuição.
TUST	Tarifa de uso do sistema de transmissão.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termelétrica.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada na Data de Emissão de Quotas, calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Características Básicas do Fundo

O Fundo

Forma

O Fundo foi constituído sob a forma de fundo fechado em 8 de setembro de 2005.

Base Legal

O Fundo tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM 356.

Administrador

O Administrador do Fundo é a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31. O Administrador poder ser contatado pelo telefone n.º (11) 5029.4693 e telefax n.º (11) 5029-4693.

Custodiante e Agente Escriturador

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04. O Custodiante é responsável, também, pelo serviço de escrituração das Quotas.

Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas (inclusive os direitos creditórios subjacentes à parcelas da energia contratada em decorrência de eventual cessão desta por uma Distribuidora Cedida nos termos da Cláusula 7ª dos CCEAR Cedidos), a partir da assinatura do Contrato de Cessão, advindos do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representados por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Distribuidoras Cedidas

As Distribuidoras Cedidas cujos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR foram cedidos ao Fundo são as seguintes:

- Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante,
- Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. – Caiuá,
- Companhia Energética do Maranhão – CEMAR,
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC,
- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA,
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT,
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS,
- Companhia Energética de Pernambuco – CELPE,
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA,
- Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ/AMPLA,
- Companhia Energética da Borborema – CELB,
- Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG,
- Companhia Energética do Ceará – COELCE,
- Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes,
- Copel Distribuição S.A. – Copel Distribuição,
- Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN,
- Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC,
- Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE,
- Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista,
- Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga,
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro,
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo,
- Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB,
- Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE,
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP,
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL,
- Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA,
- Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light, e
- S.A. de Eletrificação da Paraíba. – SAELPA.

Prazo de Duração

O Prazo de Duração do Fundo inicia-se na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observado o disposto no Regulamento.

Classes e Séries de Quotas

O Fundo emitirá uma série única de Quotas de classe Sênior e uma série única de Quotas de classe Subordinada.

Quantidade de Quotas Seniores e Valor de Emissão

A primeira e única emissão de Quotas Seniores do Fundo compreenderá o total de 2.000 (duas mil) Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Quantidade de Quotas Subordinadas

A primeira e única emissão de Quotas Subordinadas do Fundo compreenderá o total de 100 (cem) Quotas Subordinadas, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, em moeda corrente nacional, e não serão objeto da Oferta.

Montante de emissão das Quotas Seniores

O montante total de emissão das Quotas Seniores é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais).

Data de Emissão

A Data de Emissão das Quotas será 6 de outubro de 2005.

Procedimento e Prazo de Colocação da Oferta

As Quotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme no prazo de até 180 (cento e oitenta dias) contados da data de registro da Oferta na CVM (o “Prazo de Colocação”). Para maiores informações, vide Seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto.

Datas de Amortização

As Quotas Seniores serão amortizadas todo dia 27 de cada mês, observado que (i) excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 26 do mês subsequente à Data de Emissão de Quotas, ou em data posterior, ressalvado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a Data de Emissão de Quotas e a 1ª Data de Amortização, e (ii) a 60ª (sexagésima) Data de Amortização será a Data de Resgate.

Data de Resgate

A Data de Resgate das Quotas Seniores será 27 de outubro de 2010.

Parâmetro de Rentabilidade

O Parâmetro de Rentabilidade para as Quotas Seniores corresponde à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. Não há Parâmetro pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Classificação de Risco das Quotas Seniores

A classificação de risco das Quotas Seniores atribuída pela Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo é brAAf.

Público Alvo

O Público Alvo da Oferta são os Investidores Qualificados.

Somente podem adquirir as Quotas Seniores do Fundo, os fundos de investimento classificados como “renda fixa” e “multimercado”, nos termos do inciso II do artigo 91 da instrução CVM 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, bem como aqueles investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409/04, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (iv) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (v) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

O investimento nas Quotas Seniores é recomendado para estes Investidores Qualificados que podem prescindir de liquidez, tendo em vista a possibilidade de ser pequena ou inexistente a negociação das Quotas Seniores no mercado secundário; e que estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresas do setor elétrico como forma de diversificação de seus investimentos.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de aplicação por investidor interessado em adquirir Quotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Divulgação de Informações

Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, especificado no Boletim de Subscrição.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão admitidas para negociação no BOVESPAFIX, SOMAFIX e SFF.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 881. A Empresa de Auditoria será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Maiores Informações

Maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, bem como cópias do Regulamento e deste Prospecto poderão ser obtidos perante as Instituições Intermediárias, o Administrador e a CVM, nos endereços a seguir indicados:

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima 3.400, 5º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3708-8000
www.itaubba.com.br

Banco Bradesco S.A.

Avenida Paulista, 1450 – 3º andar
São Paulo – SP
Telefone: 2178-4836
www.shopinvest.com.br

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Juscelino Kubitscheck, 1400 - 4º andar
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3170-2279
www.abcbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar
Rio de Janeiro - RJ

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Líbero Badaró 471, 7º andar
São Paulo – SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. SUMÁRIO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

O Fundo

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que se inicia na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) meses ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observadas as disposições do Regulamento, o qual foi registrado no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 9 de setembro de 2005, sob o n.º 4797265, conforme aditado em 4 de outubro de 2005 sob o n.º 4803712. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo e a distribuição pública de suas Quotas Seniores foram registrados na CVM em 5 de outubro de 2005, sob o nº CVM/SRE/RFD/2005/034.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. O Fundo buscará atingir, para suas Quotas Seniores, Parâmetro de Rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas Seniores em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e Ativos Financeiros se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Capítulo Seis do Regulamento. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento. O quadro a seguir apresenta um resumo das possíveis modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) Operações compromissadas tendo como contraparte as Instituições Autorizadas e tendo como lastro títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%

São vedadas ao Fundo, entre outras: (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) quaisquer operações com instrumentos de derivativos; e (iii) a realização de operações de *day trade*.

O Fundo buscará atingir o Parâmetro de Rentabilidade para suas Quotas Seniores, mas este não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas (inclusive os direitos creditórios subjacentes à parcelas da energia contratada em decorrência de eventual cessão desta por uma Distribuidora Cedida nos termos da Cláusula 7ª dos CCEAR Cedidos), advindos do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representadas por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

As Quotas

O Fundo emitirá uma série única de Quotas, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo esta dividida em 2.000 (duas mil) Quotas Seniores e 100 (cem) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Emissão e Integralização das Quotas

As Quotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Emissão na Data de Emissão, ou na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0).

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores serão amortizadas em 60 parcelas mensais, no dia 27 de cada mês, ou, caso este dia não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, observado que (i) excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 27 do mês subsequente à Data de Emissão de Quotas, ou em data posterior, ressalvado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a Data de Emissão de Quotas e a 1ª Data de Amortização, e (ii) a 60ª (sexagésima) Data de Amortização será a Data de Resgate.

As Quotas Subordinadas não terão amortização e serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no BOVESPAFIX, SOMAFIX e SFF.

Crêterios de divulgação de informações aos Quotistas

Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista.

O Administrador

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral, bem como dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento (ver Seção “Anexos – Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP”).

Remuneração do Administrador e Custodiante

Taxa de administração:	0,10% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.
Taxa de Custódia	0,10% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.
Taxa de ingresso:	Não há.
Taxa de saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.

A Cedente

A CESP é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, e concessionária de serviço público de energia elétrica, cujas principais atividades são o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.456 MW, totalmente de origem hidráulica, correspondente a 52% da potência instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna. A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com obras praticamente concluídas, tem capacidade de projeto para até 1.980 MW de potência instalada.

No primeiro semestre de 2005, a receita líquida da CESP foi de, aproximadamente, R\$ 868 milhões e a geração operacional de caixa (EBITDA) foi de R\$ 570 milhões, o que representou uma margem operacional de 38,16%.

Para maiores informações acerca de Cedente, ver Seção “A Cedente”.

4. PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Intermediárias deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação e Opção de Lote Suplementar

O montante total de emissão das Quotas Seniores é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente pelas Instituições Intermediárias, em regime de garantia firme, desde que atendidas todas as condições precedentes do Contrato de Colocação, celebrado entre a Cedente, o Administrador e as Instituições Intermediárias.

Plano de Distribuição

Anteriormente ao registro da distribuição das Quotas na CVM, será disponibilizado ao público prospecto preliminar de distribuição pública das Quotas Seniores, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, a qual está prevista para 5 de setembro de 2005, e do qual constará data estimada para coleta de intenções de investimento e obtenção do cupom pré-fixado de juros ao ano, base 252 dias úteis, que comporá o Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores (*bookbuilding*).

Nesse sentido, o procedimento de *bookbuilding* consistirá na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Quotas Seniores de emissão do Fundo em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros que será acrescido a 100% da variação da Taxa DI. O cupom pré-fixado de juros será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para as Quotas Seniores cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Quotas Seniores ofertados ao público investidor.

Haverá apresentações, a serem realizadas conjuntamente pela Cedente, pelo Administrador e pelas Instituições Intermediárias, para os investidores interessados, a respeito das principais características do Fundo e das Quotas Seniores, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

Não haverá procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Quotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Após a obtenção do registro do Fundo e da distribuição das Quotas, será publicado o Anúncio de Início da Oferta.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores será encerrada em até o final do Prazo de Colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas Seniores

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Quotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo Fundo ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. Não são previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Quotas Seniores.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores, tais como comissão de coordenação, colocação e prêmio de garantia firme serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Os custos relativos à constituição do Fundo, tais como o recolhimento da taxa de registro para a CVM, despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão deduzidos do Patrimônio inicial do Fundo.

5. FATORES DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta Seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Riscos Associados ao Investimento no Fundo

NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Modalidade de investimento recente e sofisticada.

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

Conforme previsto no Capítulo Dezesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco decorrente da precificação dos ativos.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Riscos Associados aos Direitos Creditórios

Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.

A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.

Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.

O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezoito, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Direitos Creditórios.

O Custodiante realizará verificação periódica dos Direitos Creditórios com base em análise por amostragem. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.

O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.

Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente

A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 (“Nova Lei de Falências”), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de

eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

Riscos associados à Cedente e ao setor elétrico, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo

Término Antecipado da Concessão.

Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.

A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.

Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.

O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a origem e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

O impacto de uma escassez ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.

Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedidas quando da contratação dos CCEAR Cedidos não se verifique ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de origem dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.

A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas

Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.

As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despende recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.

6. OS DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Introdução

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas (inclusive os direitos creditórios subjacentes à parcelas da energia contratada em decorrência de eventual cessão desta por uma Distribuidora Cedida nos termos da Cláusula 7ª dos CCEAR Cedidos), em conformidade com os respectivos CCEAR Cedidos, representadas por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatória e/ou indenizatória, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos e/ou Novo(s) Contrato(s) de Energia.

A Cedente obteve a aprovação da ANEEL para a realização da cessão dos Direitos Creditórios, por meio do Despacho do seu Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira n.º 1.009, de 11 de agosto de 2005. A Cedente encaminhou cópia do Contrato de Cessão àquela Agência, no qual estão estabelecidas os termos em que se dão a Cessão Incondicionada e a Cessão sob Condição Suspensiva, bem como cópia do Regulamento e deste Prospecto. Quando da solicitação da aprovação da ANEEL para a referida cessão dos Direitos Creditórios, a Cedente apresentou, nos termos da regulamentação da ANEEL, gráfico com o comprometimento da sua receita em função da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. No referido Despacho, a ANEEL ressaltou que a possibilidade de a Cedente oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão (como a receita futura advinda dos CCEAR Cedidos, cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo) está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços objeto do Contrato de Concessão.

Principais Características dos CCEAR Cedidos

Os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR foram firmados entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas, em decorrência da realização do leilão de “energia velha” (assim considerada a energia decorrente de empreendimentos existentes) promovido pela ANEEL e

conduzido pela CCEE em 7 de dezembro de 2004. Os CCEAR são um contrato padrão firmado por todas as geradoras e distribuidoras que participaram do referido leilão.

Após a conclusão do leilão, as geradoras e as distribuidoras celebraram os CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. A Cedente contratou a venda de 800 MW médios, ao preço de R\$ 62,10/MWh, para entrega a partir de 2005 até 2012; 1.178 MW médios, ao preço de R\$ 68,37/MWh, para entrega a partir de 2006 até 2013; 20 MW médios, ao preço de R\$ 77,70/MWh, a partir de 2007, totalizando 1.998 MW médios vendidos. O preço será reajustado anualmente com base na variação do IPCA a partir de janeiro de 2005.

O pagamento mensal devido pelas Distribuidoras Cedidas é realizado em 3 parcelas, com vencimento (i) no dia 15 do mês seguinte ao mês de suprimento, (ii) dia 25 do mês seguinte ao de fornecimento e (iii) dia 5 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento.

De acordo com os CCEAR Cedidos, as Distribuidoras Cedidas devem apresentar garantias financeiras do cumprimento de suas obrigações, podendo optar entre fiança bancária, vinculação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR Cedido e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Todas as Distribuidoras Cedidas firmaram o respectivo Contrato de Constituição de Garantia como garantia permanente de cumprimento de suas obrigações, à exceção da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que cedeu os direitos sobre CDB, e Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ (AMPLA) e Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC, que outorgaram fianças bancárias. As garantias estão detalhadamente descritas no Anexo I ao Regulamento.

Abaixo segue uma breve descrição das principais cláusulas dos CCEAR Cedidos ao Fundo.

Objeto

O objeto dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica é a compra e venda da energia contratada, com potência associada, realizada entre a Cedente e a Distribuidora Cedida, em decorrência do leilão de energia ocorrido em 7 de dezembro de 2004.

Modalidade

Os CCEAR Cedidos foram firmados na modalidade de quantidade elétrica, ou seja, os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pela Cedente.

Sazonalização

As Distribuidoras Cedidas, desde que mantenham o consumo médio contratado para o ano, podem efetuar a sazonalização mensal da energia contratada, a fim de estabelecer a energia contratada para determinado mês, até os limites mínimo e máximo de 85% e 115% da média anual da energia contratada.

Mora no Pagamento e seus efeitos

Caso a Distribuidora Cedida deixe de efetuar o pagamento de qualquer Fatura Mensal de Energia Elétrica, o valor devido será atualizado pelo IPC-A, acrescido de multa de 2% sobre o montante do débito e juros de mora de 1%, calculados *pro rata die*.

Cessão e Redução da Energia Contratada e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits

Os CCEAR Cedidos contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A redução da energia contratada deve ser precedida de Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. Este mecanismo permite Distribuidoras Cedidas ceder parcela da energia contratada que foi objeto de redução, mediante um termo de cessão com outras distribuidora que esteja com déficit de energia, a qual passará a ser compradora de energia da Cedente. A redução da energia contratada afetará proporcionalmente todos os CCEAR de que a respectiva distribuidora seja parte, não cabendo à esta optar em qual CCEAR incidirá a redução, uma vez que o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits seguirá procedimentos de comercialização estabelecidos pela CCEE.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente está obrigada a notificar as distribuidoras cessionárias que adquiram parcela da energia contratada dos CCEAR Cedidos de que os Direitos Creditórios a ela subjacentes foram cedidos ao Fundo.

Em 12 de agosto de 2005, esse processo de ajuste das diferenças nos CCEARs foi realizado no âmbito da CCEE, e 11 distribuidoras declararam montantes de sobra, que somaram 432,77 MW médios. Deste total, 416,6 MW médios foram provenientes de saída de grandes consumidores da base cativa das distribuidoras e os outros 16,1 MW médios foram relativos a desvios de mercado projetados pelas companhias, segundo informado pela CCEE. Dos 416,6 MW médios excedentes, 209,6 MW médios foram trocados entre as próprias distribuidoras, e os outros 207 MW médios foram reduzidos dos contratos com as geradoras.

Força Maior

Caso alguma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou de força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, o respectivo CCEAR Cedido permanecerá

em vigor, mas a parte afetada pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações durante o tempo de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

Consequências da Rescisão

Os CCEAR Cedidos estabelecem uma multa rescisória para a parte que der causa à rescisão, em montante equivalente a 30% (trinta por cento) do resultado da multiplicação do preço da energia contratada pelo volume de energia mensal contratada remanescente em MWh até o final do período de fornecimento.

Responsabilidade e Indenização

A responsabilidade de cada uma das partes está limitada, em qualquer hipótese, aos montantes de danos a que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

Solução de Controvérsias

As partes que firmaram os CCEAR Cedidos optaram por solucionar suas eventuais controvérsias por meio da arbitragem prevista na Convenção de Comercialização da CCEE.

Da Constituição de Garantias pelas Distribuidoras

Ao celebrar o CCEAR, as Distribuidoras apresentaram garantias financeiras de pagamento às geradoras vendedoras, podendo optar entre (i) fiança bancária, (ii) dação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e (iii) cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Nos termos dos Contratos de Constituição de Garantia (dação de recebíveis), no caso de inadimplência da respectiva Distribuidora Cedida, depois de decorrido o período de cura de três dias úteis subsequentes à data do vencimento, a Cedente instruirá o respectivo banco gestor para que acione o mecanismo de garantia.

O mecanismo de garantia consiste no bloqueio da conta corrente da respectiva Distribuidora Cedida na transferência de recursos para uma conta corrente especial de titularidade da respectiva Distribuidora Cedida, até o limite do valor informado, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* e multa de 2%.

As Distribuidoras Cedidas que firmaram os Contratos de Constituição de Garantia têm a obrigação de manter nos bancos arrecadadores responsáveis pela sua arrecadação mensal um valor mínimo de 110% da média aritmética do valor das três últimas faturas do CCEAR.

O respectivo banco gestor deverá transferir os recursos disponíveis na conta corrente especial da Distribuidora Cedida para a conta corrente da Cedente, até o montante do débito informado pela Cedente. Caso o débito não seja quitado em cinco dias, a Cedente pode optar por acionar o mecanismo de garantia suplementar. O

mecanismo de garantia suplementar constitui-se de garantias (depósito de moeda corrente nacional, títulos públicos, ouro ativo financeiro, ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores ou cartas de fiança) em um volume de ativos depositados correspondente à 20% da receita mensal de um mês de faturamento do respectivo CCEAR Cedido. Este volume de ativos depositados passará para 40%, 50% e 60% caso o mecanismo de garantia suplementar seja acionado uma, duas e três ou mais vezes.

Documentos Comprobatórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obrigou-se a manter os Documentos Comprobatórios, sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda, por ordem e conta do Custodiante, pelo prazo exigível pela legislação fiscal, contados da data de emissão das Faturas Mensais de Energia Elétrica, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, em nome do Fundo, ou a quem este indicar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da data do recebimento da solicitação deste, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de depósito dos Documentos Comprobatórios, que serão pagos pelo Custodiante na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios serão cobrados nos termos dos CCEAR Cedidos, nos termos dos quais a Cedente envia as Faturas Mensais de Energia Elétrica às Distribuidoras Cedidas, observado o disposto abaixo.

Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a partir da Data de Início da Entrega, a Cedente está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante o Prazo de Duração, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, que deverão ser pagos pelas Distribuidoras Cedidas, na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

Os procedimentos de recebimento e pagamento dos Direitos Creditórios ao Fundo serão efetuados pelo Agente de Recebimento e Pagamento de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual foi contratada pelo Administrador, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta efetuado, sempre observados os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável.

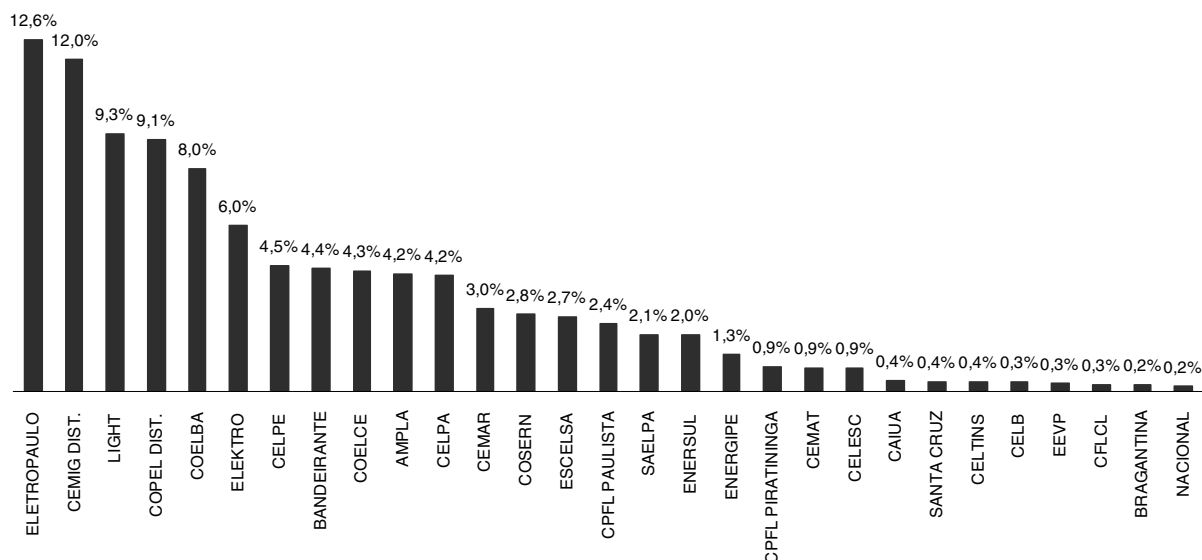
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

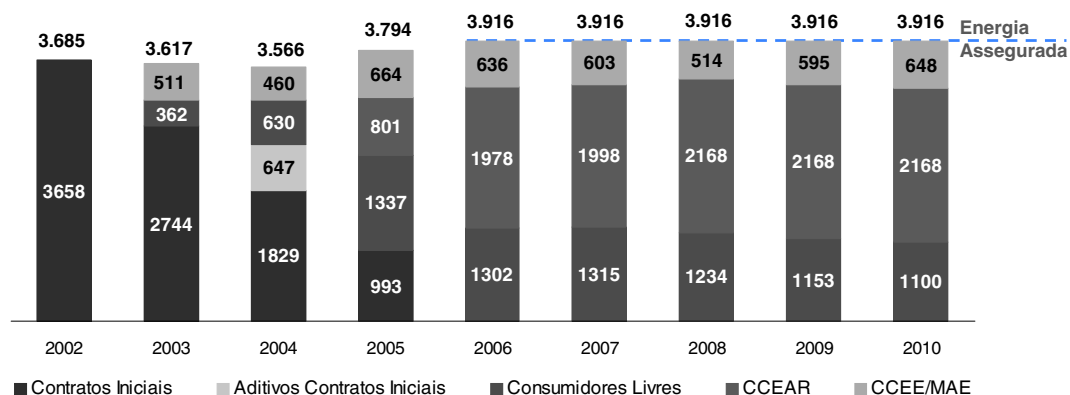
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

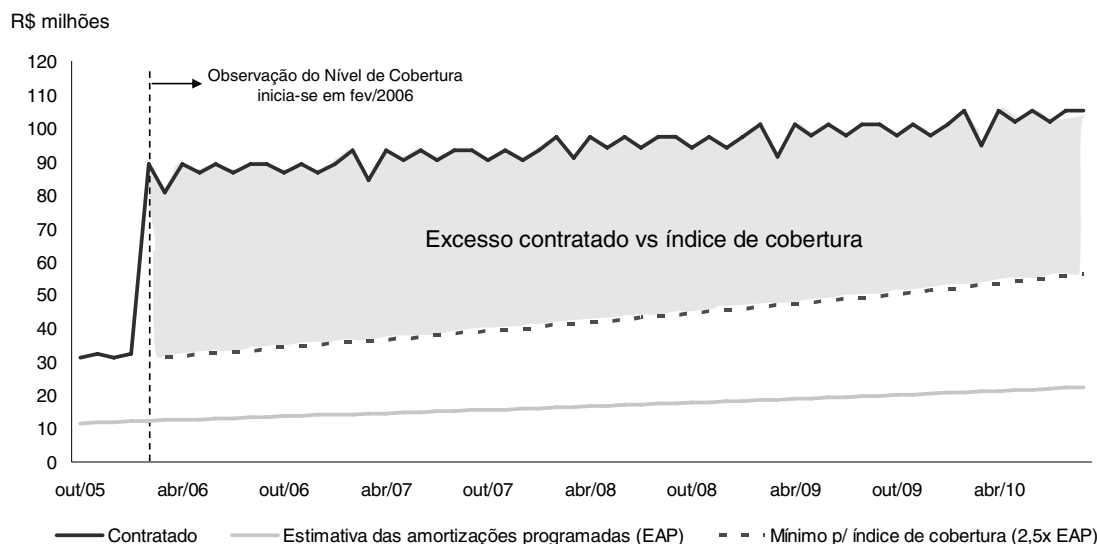
As Distribuidoras Cedidas são concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeitas à fiscalização da ANEEL. As Distribuidoras Cedidas fornecem energia na maior parte das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. As Distribuidoras Cedidas são controladas por diversos grupos do setor elétrico, nacionais e estrangeiros, e também por governos estaduais. As Distribuidoras Cedidas foram responsáveis pela distribuição de aproximadamente 67.907 GWh no primeiro trimestre de 2005, que representaram cerca de 76% do consumo nacional. A energia vendida por meio dos CCEARs Cedidos que servem de lastro para o Fundo representam algo próximo a 6% da necessidade das Distribuidoras Cedidas. O gráfico abaixo mostra a concentração das Distribuidoras Cedidas com o percentual do total de energia contratada cedida ao Fundo:



Todos os CCEAR firmados pela CESP representam 21,1% do total de energia comercializável da CESP no ano de 2005, passando a representar 50,5% no ano de 2006, tendo importância crescente em sua carteira. Destes CCEAR, por volta de 83% foram cedidos para o Fundo. O gráfico seguinte mostra a evolução de todos os contratos de CCEARs firmados pela CESP (dados em MW Médios):



Os CCEARs Cedidos ao fundo referentes à energia contratada apresenta um nível de cobertura (receita esperada dos CCEAR Cedidos dividida pelas obrigações representadas pela amortização das Quotas Seniores), conforme o gráfico seguinte:



NOTA: No gráfico acima foi utilizado o cenário “contratado”, o qual considera o somatório das faturas de cada Distribuidora Cedidas considerando os preços dos CCEAR Cedidos com correção pelo IPCA (5,20% para o ano de 2005 com redução gradual até 4% em 2009) e valores mensais das amortizações considerando um cupom pré-fixados de juros de 2,50% a.a. corrigidos pelo CDI (19,25% em outubro de 2005 com redução gradual atingindo 15% em 2007 e 13% em 2008). O consumo foi considerado em “MW Médios” previstos em cada CCEAR desconsiderando a perda de consumidores livres, sazonalidade, erro de previsão e racionamento.

A tabela abaixo mostra, de forma exemplificativa, com base nas premissas adotadas no gráfico acima, o somatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica emitidas contra as Distribuidoras Cedidas e o montante previsto para a amortização das Quotas Seniores nos meses indicados:

	Somatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica	Montante previsto para a amortização das Quotas Seniores
Janeiro/2006	R\$ 32,1 milhões	R\$ 12,2 milhões
Janeiro/2007	R\$ 89,3 milhões	R\$ 14,1 milhões
Janeiro/2008	R\$ 93,4 milhões	R\$ 16,1 milhões
Janeiro/2009	R\$ 97,2 milhões	R\$ 18,3 milhões
Janeiro/2010	R\$ 10,1,0 milhões	R\$ 20,7 milhões

No ano de 2005, o total de energia vendida pela Cedente por meio dos CCEARs Cedidos representava aproximadamente 21,1% do total da energia assegurada da Cedente. Nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, esse percentual alcança, aproximadamente, 50,5% do total da energia assegurada da Cedente. A receita operacional bruta da Cedente no primeiro semestre de 2005 foi de R\$ 995,0 milhões, resultando em um faturamento bruto mensal médio de R\$ 165,8 milhões.

Abaixo seguem informações financeiras e dados de consumo de energia das Distribuidoras Cedidas.



BANDEIRANTE ENERGIA SA
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1.454.836	Passivo Total	1.454.836
Ativo Circulante	409.239	Passivo Circulante	396.500
Disponibilidades	16.922	Empréstimos E Financiamentos	197.142
Créditos	333.951	Debêntures	0
Estoques	1.615	Fornecedores	70.330
Outros	56.751	Impostos, Taxas E Contribuições	81.928
Ativo Realizável A Longo Prazo	380.846	Dividendos A Pagar	17.043
Créditos Diversos	175.375	Provisões	8.698
Créditos Com Pessoas Ligadas	673	Dívidas Com Pessoas Ligadas	14
Outros	204.798	Outros	21.345
Ativo Permanente	664.751	Passivo Exigível A Longo Prazo	464.253
Investimentos	0	Empréstimos E Financiamentos	351.107
Imobilizado	664.751	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	59.300
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	10137
		Outros	43.709
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	9290
		Patrimônio Líquido	584.793

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	266.296
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-139.421
Resultado Bruto	126.875
Despesas/receitas Operacionais	-26.350
Resultado Operacional	100.525
Resultado Não Operacional	246
Resultado Antes Tributação/participações	100.771
Lucro/prejuízo Do Período	65.049

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	551.363,00	27%	229.021,00	38%
Industrial	932.430,00	46%	213.728,00	35%
Comercial	319.376,00	16%	110.891,00	18%
Demais	203.653,00	10%	50.824,00	8%
Total	2.006.822,00	100%	604.464,00	100%
Consumo Próprio				



CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.383.105	Passivo Total	1.383.105
Ativo Circulante	72.738	Passivo Circulante	672.475
Disponibilidades	20.551	Empréstimos e Financiamentos	185.911
Créditos	38.812	Debêntures	0
Estoques	1.243	Fornecedores	12.229
Outros	12.132	Impostos, Taxas e Contribuições	42.930
Ativo Realizável A Longo Prazo	124.540	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	27.304	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	424.371
Outros	97.236	Outros	7.034
Ativo Permanente	1.185.827	Passível Exigível A Longo Prazo	534.433
Investimentos	1.023.454	Empréstimos e Financiamentos	380.085
Imobilizado	162.373	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	154.348
		Resultados de Exercícios Futuros	4.642
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	171.555

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	43.146
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	28.254
Resultado Bruto	14.892
Despesas/Receitas Operacionais	12.958
Resultado Operacional	1.934
Resultado Não Operacional	-37.016
Resultado antes Tributação/Participação	-21.543
Lucro/Prejuízo do Período	-20.672

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	79,68	36%	26,59	45%
Industrial	47,20	22%	9,25	16%
Comercial	45,48	21%	13,33	23%
Demais	46,73	21%	9,77	17%
Total	219,09	100%	58,94	100%
Consumo Próprio	0,32			

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR
CONTROLADOR: GP INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ Mil

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	905.490	Passivo Total	905.490
Ativo Circulante	312.917	Passivo Circulante	183.680
Disponibilidades	111.444	Empréstimos e Financiamentos	37.014
Créditos	135.573	Debêntures	0
Estoques	4.634	Fornecedores	69.982
Outros	61.266	Impostos, Taxas e Contribuições	51.506
Ativo Realizável A Longo Prazo	44.911	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	44.911	Outros	25.178
Ativo Permanente	547.662	Passível Exigível A Longo Prazo	551.993
Investimentos	67	Empréstimos e Financiamentos	475.000
Imobilizado	689.568	Debêntures	0
Diferido	-141.973	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	76.993
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	169.817

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	141.721
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	96.276
Resultado Bruto	45.445
Despesas/Receitas Operacionais	21.489
Resultado Operacional	23.956
Resultado Não Operacional	14.756
Resultado antes Tributação/Participação	14.756
Lucro/Prejuízo do Período	14.756

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO NO ANO DE 2004)

	GWh	%
Residencial	1.022,78	40%
Industrial	419,88	16%
Comercial	482,68	19%
Demais	647,44	25%
Total	2.572,79	100%
Consumo Próprio	5,38	



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A – CELESC
CONTROLADOR: ESTADO DE SANTA CATARINA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	3.408.352	Passivo Total	3.408.352
Ativo Circulante	1.092.422	Passivo Circulante	749.277
Disponibilidades	189.499	Empréstimos e Financiamentos	52.830
Créditos	775.759	Debêntures	0
Estoques	13.585	Fornecedores	308.084
Outros	113.579	Impostos, Taxas e Contribuições	231.253
Ativo Realizável A Longo Prazo	732.810	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	36.337	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	696.473	Outros	157.110
Ativo Permanente	1.583.120	Passível Exigível A Longo Prazo	1.714.897
Investimentos	178.703	Empréstimos e Financiamentos	127.515
Imobilizado	1.404.417	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	1.587.382
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	944.178

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	695.820
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	503.299
Resultado Bruto	192.521
Despesas/Receitas Operacionais	160.806
Resultado Operacional	31.715
Resultado Não Operacional	36.697
Resultado antes Tributação/Participação	36.697
Lucro/Prejuízo do Período	23.162

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	857,37	24%	304,78	31%
Industrial	1.484,03	42%	343,67	35%
Comercial	555,25	16%	193,32	20%
Demais	637,63	18%	128,34	13%
Total	3.534,27	100%	970,11	100%
Consumo Próprio				



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	2.614.138	Passivo Total	2.614.138
Ativo Circulante	485.385	Passivo Circulante	628.542
Disponibilidades	52.975	Empréstimos e Financiamentos	95.294
Créditos	251.292	Debêntures	0
Estoques	12.652	Fornecedores	245.892
Outros	168.466	Impostos, Taxas e Contribuições	168.642
Ativo Realizável A Longo Prazo	930.239	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	555.086	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	62.072
Outros	375.153	Outros	56.642
Ativo Permanente	1.198.514	Passível Exigível A Longo Prazo	1.207.719
Investimentos	108.875	Empréstimos e Financiamentos	251.727
Imobilizado	1.088.669	Debêntures	0
Diferido	970	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	955.992
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	777.877

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	249.409
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	165.026
Resultado Bruto	84.383
Despesas/Receitas Operacionais	56.839
Resultado Operacional	27.544
Resultado Não Operacional	14.089
Resultado antes Tributação/Participação	15.843
Lucro/Prejuízo do Período	12.198

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	421,42	38%	142,04	39%
Industrial	252,51	23%	58,07	16%
Comercial	237,97	22%	86,67	24%
Demais	194,91	18%	76,91	21%
Total	1.106,81	100%	363,69	100%
Consumo Próprio	6,80			



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A - CEMAT
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

RSMIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.744.932	Passivo Total	1.744.932
Ativo Circulante	411.518	Passivo Circulante	633.768
Disponibilidades	29.659	Empréstimos e Financiamentos	162.941
Créditos	325.598	Debêntures	0
Estoques	16.220	Fornecedores	217.497
Outros	40.041	Impostos, Taxas e Contribuições	151.661
Ativo Realizável A Longo Prazo	432.473	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	4.128	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	42.971
Outros	428.345	Outros	58.698
Ativo Permanente	900.941	Passível Exigível A Longo Prazo	655.426
Investimentos	19.207	Empréstimos e Financiamentos	245.491
Imobilizado	881.734	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	409.935
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	455.738

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	277.439
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	187.375
Resultado Bruto	90.064
Despesas/Receitas Operacionais	33.324
Resultado Operacional	56.740
Resultado Não Operacional	27.014
Resultado antes Tributação/Participação	27.444
Lucro/Prejuízo do Período	21.410

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	323,40	34%	132,17	32%
Industrial	190,87	20%	65,76	16%
Comercial	229,90	24%	103,74	25%
Demais	194,35	21%	106,50	26%
Total	938,51	100%	408,18	100%
Consumo Próprio	3,60			



CIA. DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (ANO DE 2004)

RSMIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	627.413	Passivo Total	627.413
Ativo Circulante	120.932	Passivo Circulante	158.539
Disponibilidades	17.418	Empréstimos e Financiamentos	12.204
Créditos	75.093	Debêntures	0
Estoques	14.708	Fornecedores	15.047
Outros	13.713	Impostos, Taxas e Contribuições	24.416
Ativo Realizável A Longo Prazo	42.183	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	11.489	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	90.706
Outros	30.694	Outros	16.166
Ativo Permanente	464.298	Passível Exigível A Longo Prazo	123.327
Investimentos	100.942	Empréstimos e Financiamentos	34.242
Imobilizado	363.356	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	89.085
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	345.547

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	213.777
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	113.487
Resultado Bruto	100.290
Despesas/Receitas Operacionais	62.389
Resultado Operacional	37.901
Resultado Não Operacional	18.577
Resultado antes Tributação/Participação	22.061
Lucro/Prejuízo do Período	20.134

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2004)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	322,61	37%	114,94	39%
Industrial	111,02	13%	27,81	9%
Comercial	181,99	21%	70,47	24%
Demais	262,92	30%	82,74	28%
Total	878,54	100%	295,94	100%
Consumo Próprio	4,16			



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
CONTROLADOR: NEOENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	2.948.749	Passivo Total	2.948.749
Ativo Circulante	853.352	Passivo Circulante	634.211
Disponibilidades	16.226	Empréstimos e Financiamentos	177.966
Créditos	414.321	Debêntures	0
Estoques	3.303	Fornecedores	186.069
Outros	419.502	Impostos, Taxas e Contribuições	147.801
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.134.390	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	83.617	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	16.141
Outros	1.050.773	Outros	106.234
Ativo Permanente	961.007	Passível Exigível A Longo Prazo	1.113.125
Investimentos	112	Empréstimos e Financiamentos	783.424
Imobilizado	960.895	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	329.701
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.201.413

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	369.332
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	239.571
Resultado Bruto	129.761
Despesas/Receitas Operacionais	49.636
Resultado Operacional	80.125
Resultado Não Operacional	63.753
Resultado antes Tributação/Participação	63.753
Lucro/Prejuízo do Período	43.869

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	748,52	37%	225,33	41%
Industrial	426,13	21%	83,11	15%
Comercial	414,83	20%	123,09	23%
Demais	435,39	22%	113,46	21%
Total	2.024,86	100%	544,99	100%
Consumo Próprio	3,73			



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
CONTROLADOR: NEOENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	4.507.508	Passivo Total	4.507.508
Ativo Circulante	1.108.099	Passivo Circulante	826.607
Disponibilidades	65.569	Empréstimos e Financiamentos	280.422
Créditos	581.369	Debêntures	0
Estoques	3.262	Fornecedores	174.793
Outros	457.899	Impostos, Taxas e Contribuições	224.311
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.255.886	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	12.820	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	1.243.066	Outros	147.081
Ativo Permanente	2.143.523	Passível Exigível A Longo Prazo	1.736.232
Investimentos	543.784	Empréstimos e Financiamentos	1.316.791
Imobilizado	1.599.739	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	419.441
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.944.669

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	771.007
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	339.397
Resultado Bruto	431.610
Despesas/Receitas Operacionais	57.049
Resultado Operacional	374.561
Resultado Não Operacional	342.015
Resultado antes Tributação/Participação	361.515
Lucro/Prejuízo do Período	244.269

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	912,39	35%	303,74	30%
Industrial	501,58	19%	107,15	10%
Comercial	556,71	22%	200,75	20%
Demais	605,15	23%	412,34	40%
Total	2.575,83	100%	1.023,98	100%
Consumo Próprio				



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO – CERJ/AMPLA
CONTROLADOR: ENDESA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	4.795.997	Passivo Total	4.795.997
Ativo Circulante	1.121.869	Passivo Circulante	1.675.519
Disponibilidades	213.822	Empréstimos e Financiamentos	353.054
Créditos	680.778	Debêntures	0
Estoques	11.054	Fornecedores	195.431
Outros	216.215	Impostos, Taxas e Contribuições	221.822
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.451.180	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	527.246	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	758.359
Outros	923.934	Outros	146.853
Ativo Permanente	2.222.948	Passível Exigível A Longo Prazo	1.811.850
Investimentos	342.091	Empréstimos e Financiamentos	731.856
Imobilizado	1.871.886	Debêntures	0
Diferido	8.971	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	1.079.994
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.308.628

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	557.774
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	345.820
Resultado Bruto	211.954
Despesas/Receitas Operacionais	126.864
Resultado Operacional	85.090
Resultado Não Operacional	19.236
Resultado antes Tributação/Participação	16.122
Lucro/Prejuízo do Período	4.446

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	876,66	45%	370,13	46%
Industrial	278,58	14%	82,35	10%
Comercial	425,51	22%	182,09	23%
Demais	374,95	19%	168,92	21%
Total	1.955,70	100%	803,50	100%
Consumo Próprio				



COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA – CELB
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA – ALLIANT ENERGY

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	116.090	Passivo Total	116.090
Ativo Circulante	34.117	Passivo Circulante	61.314
Disponibilidades	4.224	Empréstimos e Financiamentos	16.749
Créditos	17.800	Debêntures	0
Estoques	166	Fornecedores	17.230
Outros	11.927	Impostos, Taxas e Contribuições	10.678
Ativo Realizável A Longo Prazo	54.095	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	12.000
Outros	54.095	Outros	4.657
Ativo Permanente	27.878	Passível Exigível A Longo Prazo	37.520
Investimentos	116	Empréstimos e Financiamentos	14.824
Imobilizado	26.801	Debêntures	0
Diferido	961	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	22.696
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	17.256

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	19.882
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	10.885
Resultado Bruto	8.997
Despesas/Receitas Operacionais	3.352
Resultado Operacional	5.645
Resultado Não Operacional	1.979
Resultado antes Tributação/Participação	1.979
Lucro/Prejuízo do Período	1.307

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	R\$ milhões	%
Residencial	10,75	39%
Industrial	6,94	25%
Comercial	5,72	20%
Demais	4,50	16%
Total	27,90	100%
Consumo Próprio		



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
CONTROLADOR: ESTADO DE MINAS GERAIS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	17.754.208	Passivo Total	17.754.208
Ativo Circulante	3.660.177	Passivo Circulante	3.930.822
Disponibilidades	918.811	Empréstimos E Financiamentos	943.452
Créditos	2.529.866	Debêntures	564.053
Estoques	21.630	Fornecedores	717.767
Outros	189.870	Impostos, Taxas E Contribuições	436.079
Ativo Realizável A Longo Prazo	4.836.518	Dividendos A Pagar	648.696
Créditos Diversos	4.778.977	Provisões	244.686
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	57.541	Outros	376.089
Ativo Permanente	9.257.513	Passivo Exigível A Longo Prazo	5.997.316
Investimentos	972.814	Empréstimos E Financiamentos	1.911.026
Imobilizado	8.266.996	Debêntures	822.017
Diferido	17.703	Provisões	434.896
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
		Outros	2.829.377
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	19.964
		Patrimônio Líquido	7.806.106

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	2.194.997
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-1.346.827
Resultado Bruto	848.170
Despesas/receitas Operacionais	25.158
Resultado Operacional	873.328
Resultado Não Operacional	-7.465
Resultado Antes Tributação/participações	865.863
Lucro/prejuízo Do Período	554.721

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	1.617.322,00	19%	678.047,00	36%
Industrial	5.148.565,00	59%	640.051,00	34%
Comercial	931.833,00	11%	336.952,00	18%
Demais	982.991,00	11%	237.797,00	13%
Total	8.680.711,00	100%	1.892.847,00	100%
Consumo Próprio	7.021,00			



CIA. ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE
CONTROLADOR: ENDESA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	2.435.600	Passivo Total	2.435.600
Ativo Circulante	576.297	Passivo Circulante	480.049
Disponibilidades	71.382	Empréstimos e Financiamentos	117.705
Créditos	421.912	Debêntures	0
Estoques	825	Fornecedores	97.325
Outros	82.178	Impostos, Taxas e Contribuições	111.107
Ativo Realizável A Longo Prazo	349.102	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	69.280
Outros	349.102	Outros	84.632
Ativo Permanente	1.510.201	Passível Exigível A Longo Prazo	782.709
Investimentos	504	Empréstimos e Financiamentos	522.208
Imobilizado	956.439	Debêntures	0
Diferido	553.258	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	260.501
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.172.842

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	340.705
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	239.876
Resultado Bruto	100.829
Despesas/Receitas Operacionais	41.042
Resultado Operacional	59.787
Resultado Não Operacional	41.296
Resultado antes Tributação/Participação	41.296
Lucro/Prejuízo do Período	26.516

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%
Residencial	546,16	33%
Industrial	445,43	27%
Comercial	295,93	18%
Demais	349,83	21%
Total	1.637,35	100%
Consumo Próprio	2,57	

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES – LEOPOLDINA
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA – ALLIANT ENERGY

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	3.036.957	Passivo Total	3.036.957
Ativo Circulante	590.498	Passivo Circulante	1.164.669
Disponibilidades	96.032	Empréstimos E Financiamentos	631.396
Créditos	321.266	Debêntures	90.685
Estoques	2.356	Fornecedores	213.144
Outros	170.844	Impostos, Taxas E Contribuições	142.401
Ativo Realizável A Longo Prazo	554.745	Dividendos A Pagar	0
Créditos Diversos	131.245	Provisões	11.388
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	423.500	Outros	75.655
Ativo Permanente	1.891.714	Passivo Exigível A Longo Prazo	1.065.692
Investimentos	10.189	Empréstimos E Financiamentos	441.704
Imobilizado	1.872.398	Debêntures	70.434
Diferido	9.127	Provisões	0
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	173.256
		Outros	380.298
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	540.576
		Patrimônio Líquido	709.098

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	318.657
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-214.488
Resultado Bruto	104.169
Despesas/receitas Operacionais	-106.736
Resultado Operacional	-2.567
Resultado Não Operacional	909
Resultado Antes Tributação/participações	-1.658
Lucro/prejuízo Do Período	-7.587

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	470.690,00	30%	174.984,00	39%
Industrial	375.173,00	24%	76.309,00	17%
Comercial	237.576,00	15%	82.014,00	18%
Demais	477.641,00	31%	112.335,00	25%
Total	1.561.080,00	100%	445.642,00	100%
Consumo Próprio				



**CIA. PARANAENSE DE ENERGIA – ‘
CONTROLADOR: ESTADO DO PARANÁ**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

RSMLI

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	10.080.001	Passivo Total	10.080.001
Ativo Circulante	1.826.083	Passivo Circulante	2.338.924
Disponibilidades	505.141	Empréstimos e Financiamentos	530.324
Créditos	1.059.637	Debêntures	0
Estoques	38.270	Fornecedores	952.300
Outros	223.035	Impostos, Taxas e Contribuições	524.305
Ativo Realizável A Longo Prazo	2.391.375	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	278.188	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	2.113.187	Outros	331.995
Ativo Permanente	5.862.543	Passível Exigível A Longo Prazo	2.476.797
Investimentos	461.013	Empréstimos e Financiamentos	1.236.007
Imobilizado	5.401.438	Debêntures	0
Diferido	92	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	1.240.790
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	49.556
		Patrimônio Líquido	5.264.280

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	1.149.327
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	754.979
Resultado Bruto	394.348
Despesas/Receitas Operacionais	248.615
Resultado Operacional	145.733
Resultado Não Operacional	122.061
Resultado antes Tributação/Participação	126.363
Lucro/Prejuízo do Período	78.407

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	1.160,00	25%	447,52	36%
Industrial	1.727,00	37%	357,30	29%
Comercial	821,00	18%	261,44	21%
Demais	907,00	20%	160,12	13%
Total	4.615,00	100%	1.226,38	100%
Consumo Próprio				



CIA. ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
CONTROLADOR: NEOENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.175.180	Passivo Total	1.175.180
Ativo Circulante	292.063	Passivo Circulante	244.194
Disponibilidades	10.801	Empréstimos e Financiamentos	47.961
Créditos	163.378	Debêntures	0
Estoques	861	Fornecedores	39.627
Outros	117.023	Impostos, Taxas e Contribuições	62.896
Ativo Realizável A Longo Prazo	562.382	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.228
Outros	562.382	Outros	92.482
Ativo Permanente	320.735	Passível Exigível A Longo Prazo	476.462
Investimentos	778	Empréstimos e Financiamentos	383.270
Imobilizado	319.957	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	93.192
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	454.524

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	146.416
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	90.299
Resultado Bruto	56.117
Despesas/Receitas Operacionais	14.233
Resultado Operacional	41.884
Resultado Não Operacional	41.801
Resultado antes Tributação/Participação	41.801
Lucro/Prejuízo do Período	26.859

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	242,23	31%	63,36	32%
Industrial	196,60	25%	39,80	20%
Comercial	136,72	17%	43,19	22%
Demais	209,89	27%	51,15	26%
Total	785,43	100%	197,50	100%
Consumo Próprio	1,62		0,54	

COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ
CONTROLADOR: VOTORANTIM

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (ANO DE 2004)

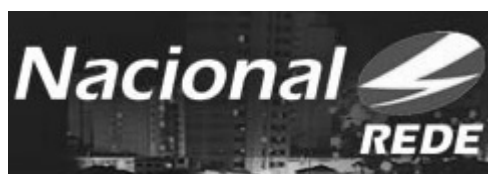
R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	203.706	Passivo Total	203.706
Ativo Circulante	77.530	Passivo Circulante	55.790
Disponibilidades	29.449	Empréstimos e Financiamentos	2.228
Créditos	35.808	Debêntures	0
Estoques	442	Fornecedores	10.503
Outros	11.831	Impostos, Taxas e Contribuições	10.135
Ativo Realizável A Longo Prazo	20.150	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	20.150	Outros	32.924
Ativo Permanente	106.026	Passível Exigível A Longo Prazo	22.262
Investimentos	11.197	Empréstimos e Financiamentos	7.779
Imobilizado	94.829	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	14.483
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	125.654

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	148.749
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	99.562
Resultado Bruto	49.187
Despesas/Receitas Operacionais	12.433
Resultado Operacional	36.754
Resultado Não Operacional	40.353
Resultado antes Tributação/Participação	40.353
Lucro/Prejuízo do Período	30.428

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2004)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	221,68	31%	76,19	40%
Industrial	133,11	19%	31,06	16%
Comercial	101,99	14%	32,18	17%
Demais	258,46	36%	51,27	27%
Total	715,23	100%	190,70	100%
Consumo Próprio				



COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CNEE
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (ANO DE 2004)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	220.420	Passivo Total	220.420
Ativo Circulante	24.783	Passivo Circulante	60.236
Disponibilidades	1.260	Empréstimos e Financiamentos	10.589
Créditos	18.670	Debêntures	0
Estoques	577	Fornecedores	16.776
Outros	4.276	Impostos, Taxas e Contribuições	22.523
Ativo Realizável A Longo Prazo	132.885	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	110.502	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.095
Outros	22.383	Outros	6.253
Ativo Permanente	62.752	Passível Exigível A Longo Prazo	78.604
Investimentos	7.692	Empréstimos e Financiamentos	2.670
Imobilizado	55.060	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	75.934
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	81.580

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	73.798
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	46.456
Resultado Bruto	27.342
Despesas/Receitas Operacionais	23.413
Resultado Operacional	3.929
Resultado Não Operacional	5.555
Resultado antes Tributação/Participação	5.555
Lucro/Prejuízo do Período	4.306

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2004)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	141,16	37%	46,92	48%
Industrial	77,92	20%	17,10	17%
Comercial	64,63	17%	19,34	20%
Demais	101,47	26%	14,68	15%
Total	385,18	100%	98,04	100%
Consumo Próprio	0,52			



COMPANHIA PAULISTA FORÇA E LUZ – CPFL
CONTROLADOR: VBC ENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	7.254.501	Passivo Total	7.254.501
Ativo Circulante	1.821.408	Passivo Circulante	1.903.109
Disponibilidades	364.099	Empréstimos e Financiamentos	822.509
Créditos	1.221.613	Debêntures	0
Estoques	4.197	Fornecedores	337.020
Outros	231.499	Impostos, Taxas e Contribuições	294.442
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.879.409	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	143
Outros	1.879.409	Outros	448.995
Ativo Permanente	3.553.684	Passível Exigível A Longo Prazo	3.415.925
Investimentos	1.814.741	Empréstimos e Financiamentos	1.908.316
Imobilizado	1.721.235	Debêntures	0
Diferido	17.708	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	1.507.609
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.935.467

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	941.278
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	719.582
Resultado Bruto	221.696
Despesas/Receitas Operacionais	62.191
Resultado Operacional	159.505
Resultado Não Operacional	99.323
Resultado antes Tributação/Participação	161.395
Lucro/Prejuízo do Período	121.538

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	1.324,00	29%	516,11	39%
Industrial	1.690,00	37%	366,48	28%
Comercial	838,00	18%	266,01	20%
Demais	765,00	17%	182,59	14%
Total	4.617,00	100%	1.331,19	100%
Consumo Próprio	5,00			



CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
CONTROLADOR: VBC ENERGIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	1.978.175	Passivo Total	1.978.175
Ativo Circulante	701.866	Passivo Circulante	648.845
Disponibilidades	99.039	Empréstimos e Financiamentos	193.900
Créditos	525.807	Debêntures	0
Estoques	1.120	Fornecedores	163.551
Outros	75.900	Impostos, Taxas e Contribuições	136.178
Ativo Realizável A Longo Prazo	541.268	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	541.268	Outros	155.216
Ativo Permanente	735.041	Passível Exigível A Longo Prazo	735.741
Investimentos	1.156	Empréstimos e Financiamentos	256.967
Imobilizado	732.775	Debêntures	0
Diferido	1.110	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	478.774
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	593.589

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	459.561
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	341.561
Resultado Bruto	118.000
Despesas/Receitas Operacionais	24.940
Resultado Operacional	93.060
Resultado Não Operacional	89.507
Resultado antes Tributação/Participação	89.507
Lucro/Prejuízo do Período	53.026

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	595,00	29%	234,42	36%
Industrial	894,00	43%	199,63	30%
Comercial	356,00	17%	121,52	18%
Demais	225,00	11%	104,18	16%
Total	2.070,00	100%	659,76	100%
Consumo Próprio	1,00			



ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A
CONTROLADOR: PRISMA ENERGY

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	3.750.958	Passivo Total	3.750.958
Ativo Circulante	1.325.139	Passivo Circulante	2.965.628
Disponibilidades	475.645	Empréstimos e Financiamentos	234.689
Créditos	651.819	Debêntures	0
Estoques	3.839	Fornecedores	174.087
Outros	193.836	Impostos, Taxas e Contribuições	338.562
Ativo Realizável A Longo Prazo	342.244	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	0	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.127.410
Outros	342.244	Outros	90.880
Ativo Permanente	2.083.575	Passível Exigível A Longo Prazo	355.710
Investimentos	9.637	Empréstimos e Financiamentos	64.673
Imobilizado	1.272.720	Debêntures	0
Diferido	801.218	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	291.037
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	429.620

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	558.092
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	379.695
Resultado Bruto	178.397
Despesas/Receitas Operacionais	30.289
Resultado Operacional	148.108
Resultado Não Operacional	105.174
Resultado antes Tributação/Participação	105.192
Lucro/Prejuízo do Período	69.588

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	766,87	33%	302,59	37%
Industrial	786,70	34%	196,96	24%
Comercial	336,48	15%	123,68	15%
Demais	430,03	19%	192,04	24%
Total	2.320,07	100%	815,26	100%
Consumo Próprio				



ELETROPAULO METROPOLITANA ELÉTRICA SÃO PAULO S.A
CONTROLADOR: AES

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	11.482.106	Passivo Total	11.482.106
Ativo Circulante	2.959.935	Passivo Circulante	3.428.201
Disponibilidades	276.264	Empréstimos E Financiamentos	1.126.281
Créditos	2.136.848	Debêntures	0
Estoques	28.401	Fornecedores	813.560
Outros	518.422	Impostos, Taxas E Contribuições	409.047
Ativo Realizável A Longo Prazo	3.302.889	Dividendos A Pagar	3.755
Créditos Diversos	2.807.375	Provisões	52.541
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	495.514	Outros	1.023.017
Ativo Permanente	5.219.282	Passivo Exigível A Longo Prazo	5.872.669
Investimentos	38.575	Empréstimos E Financiamentos	2.141.485
Imobilizado	5.127.319	Debêntures	0
Diferido	53.388	Provisões	1.558.469
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
		Outros	2.172.715
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	2.181.236

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	1.989.977
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-1.774.596
Resultado Bruto	215.381
Despesas/receitas Operacionais	-104.998
Resultado Operacional	110.383
Resultado Não Operacional	-7.533
Resultado Antes Tributação/participações	102.850
Lucro/prejuízo Do Período	-16.697

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	5.670,00	34%	888,00	42%
Industrial	4.631,60	28%	406,80	19%
Comercial	4.893,60	29%	652,60	31%
Demais	1.637,40	10%	150,90	7%
Total	16.832,60	100%	2.098,30	100%
Consumo Próprio	7,10			



EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A – EEB
CONTROLADOR: GRUPO REDE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (ANO 2004)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	276.895	Passivo Total	276.895
Ativo Circulante	36.813	Passivo Circulante	73.276
Disponibilidades	11.214	Empréstimos e Financiamentos	11.696
Créditos	19.109	Debêntures	0
Estoques	522	Fornecedores	19.590
Outros	5.968	Impostos, Taxas e Contribuições	29.036
Ativo Realizável A Longo Prazo	141.858	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	117.036	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	5.635
Outros	24.822	Outros	7.319
Ativo Permanente	98.224	Passível Exigível A Longo Prazo	95.605
Investimentos	7.018	Empréstimos e Financiamentos	663
Imobilizado	91.052	Debêntures	0
Diferido	154	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	94.942
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	108.014

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	116.049
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	80.425
Resultado Bruto	35.624
Despesas/Receitas Operacionais	34.807
Resultado Operacional	817
Resultado Não Operacional	1.817
Resultado antes Tributação/Participação	2.701
Lucro/Prejuízo do Período	3.025

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2004)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	153,28	22%	56,22	36%
Industrial	374,51	55%	65,77	41%
Comercial	65,92	10%	21,65	14%
Demais	90,98	13%	16,31	10%
Total	684,69	100%	159,95	100%
Consumo Próprio	0,48			



EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE - ENERGIPE
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA – ALLIANT ENERGY

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	2.387.872	Passivo Total	2.387.872
Ativo Circulante	425.608	Passivo Circulante	788.092
Disponibilidades	45.791	Empréstimos E Financiamentos	451.300
Créditos	173.217	Debêntures	0
Estoques	1.244	Fornecedores	174.389
Outros	205.356	Impostos, Taxas E Contribuições	105.003
Ativo Realizável A Longo Prazo	638.714	Dividendos A Pagar	0
Créditos Diversos	425.021	Provisões	7.933
Créditos Com Pessoas Ligadas	213.693	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	49.467
Ativo Permanente	1.323.550	Passivo Exigível A Longo Prazo	745.153
Investimentos	390	Empréstimos E Financiamentos	280.797
Imobilizado	1.318.452	Debêntures	0
Diferido	4.708	Provisões	0
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	135.354
		Outros	329.002
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	145.529
		Patrimônio Líquido	709.098

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	218.508
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-158.973
Resultado Bruto	59.535
Despesas/receitas Operacionais	-54.023
Resultado Operacional	5.512
Resultado Não Operacional	633
Resultado Antes Tributação/participações	6.145
Lucro/prejuízo Do Período	12.216

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	361.781,00	31%	125.005,00	40%
Industrial	302.227,00	26%	56.878,00	18%
Comercial	186.422,00	16%	61.779,00	20%
Demais	320.709,00	27%	65.398,00	21%
Total	1.171.139,00	100%	309.060,00	100%
Consumo Próprio				



**EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S/A – EEVP
CONTROLADOR: GRUPO REDE**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (ANO DE 2004)

R\$ MIL

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	350.744	Passivo Total	350.744
Ativo Circulante	31.281	Passivo Circulante	188.182
Disponibilidades	4.373	Empréstimos e Financiamentos	29.261
Créditos	20.020	Debêntures	0
Estoques	1.158	Fornecedores	10.841
Outros	5.730	Impostos, Taxas e Contribuições	36.170
Ativo Realizável A Longo Prazo	68.540	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	37.650	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	108.092
Outros	30.890	Outros	3.818
Ativo Permanente	250.923	Passível Exigível A Longo Prazo	161.349
Investimentos	118.346	Empréstimos e Financiamentos	51.987
Imobilizado	132.345	Debêntures	0
Diferido	232	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	109.362
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	1.213

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	129.222
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	84.450
Resultado Bruto	44.772
Despesas/Receitas Operacionais	39.336
Resultado Operacional	5.436
Resultado Não Operacional	-25.092
Resultado antes Tributação/Participação	-147.652
Lucro/Prejuízo do Período	-145.381

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 2004)

	GWh	%	R\$ milhões	%
Residencial	206,81	34%	70,44	41%
Industrial	144,87	23%	32,52	19%
Comercial	91,04	15%	30,58	18%
Demais	174,46	28%	37,03	22%
Total	617,18	100%	170,56	100%
Consumo Próprio	0,71			



EMPRESA ENERGÉTICA DO MATO GROSSO DO SUL AS – ENERSUL
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	1.284.426	Passivo Total	1.284.426
Ativo Circulante	306.110	Passivo Circulante	274.765
Disponibilidades	5.978	Empréstimos E Financiamentos	139.496
Créditos	196.268	Debêntures	0
Estoques	1.912	Fornecedores	58.508
Outros	101.952	Impostos, Taxas E Contribuições	49.231
Ativo Realizável A Longo Prazo	335.501	Dividendos A Pagar	12
Créditos Diversos	94.596	Provisões	11.238
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	240.905	Outros	16.280
Ativo Permanente	642.815	Passivo Exigível A Longo Prazo	557.408
Investimentos	0	Empréstimos E Financiamentos	324.487
Imobilizado	642.815	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	50.911
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
		Outros	182.010
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	9261
		Patrimônio Líquido	442.992

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	563.086
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-464.641
Resultado Bruto	98.445
Despesas/receitas Operacionais	-38.131
Resultado Operacional	60.314
Resultado Não Operacional	-24.845
Resultado Antes Tributação/participações	35.469
Lucro/prejuízo Do Período	13.893

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	246.320,00	35%	95.274,00	30%
Industrial	113.203,00	16%	26.828,00	8%
Comercial	158.442,00	22%	55.388,00	17%
Demais	189.314,00	27%	139.909,00	44%
Total	707.279,00	100%	317.399,00	100%
Consumo Próprio				



ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS AS – ESCELSA
CONTROLADOR: EDP – ENERGIAS DO BRASIL

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	3.885.595	Passivo Total	3.885.595
Ativo Circulante	943.748	Passivo Circulante	957.866
Disponibilidades	185.372	Empréstimos E Financiamentos	492.682
Créditos	645.131	Debêntures	0
Estoques	3.868	Fornecedores	190.065
Outros	109.377	Impostos, Taxas E Contribuições	69.247
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.011.347	Dividendos A Pagar	43.227
Créditos Diversos	979.814	Provisões	16.183
Créditos Com Pessoas Ligadas	31533	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	0	Outros	146.462
Ativo Permanente	1.930.500	Passivo Exigível A Longo Prazo	2.183.707
Investimentos	351.197	Empréstimos E Financiamentos	1.693.342
Imobilizado	1.579.303	Debêntures	0
Diferido	0	Provisões	231.924
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	2
		Outros	258.439
		Resultados De Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	212.807
		Patrimônio Líquido	531.215

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	571.696
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-376.316
Resultado Bruto	195.380
Despesas/receitas Operacionais	-72.501
Resultado Operacional	122.879
Resultado Não Operacional	372
Resultado Antes Tributação/participações	123.251
Lucro/prejuízo Do Período	54.101

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ mil	%
Residencial	338.348,00	24%	123.865,00	35%
Industrial	547.249,00	39%	102.542,00	29%
Comercial	216.749,00	16%	71.352,00	20%
Demais	288.672,00	21%	60.576,00	17%
Total	1.391.018,00	100%	358.335,00	100%
Consumo Próprio				



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE AS
CONTROLADOR: EDF

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

ATIVO		PASSIVO e PL	
Ativo Total	8.080.620	Passivo Total	8.080.620
Ativo Circulante	2.149.665	Passivo Circulante	4.262.162
Disponibilidades	244.590	Empréstimos E Financiamentos	2.462.346
Créditos	1.585.625	Debêntures	240.007
Estoques	7.567	Fornecedores	725.249
Outros	311.883	Impostos, Taxas E Contribuições	129.293
Ativo Realizável A Longo Prazo	1.809.662	Dividendos A Pagar	0
Créditos Diversos	1.161.910	Provisões	214.029
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
Outros	647.752	Outros	491.238
Ativo Permanente	4.121.293	Passivo Exigível A Longo Prazo	3.362.662
Investimentos	40.227	Empréstimos E Financiamentos	1.268.268
Imobilizado	3.993.024	Debêntures	0
Diferido	88.042	Provisões	906.045
		Dívidas Com Pessoas Ligadas	0
		Outros	1.188.349
		Resultados De Exercícios Futuros	10.307
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	445.489

DRE	
Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	1.188.888
Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	-998.825
Resultado Bruto	190.063
Despesas/receitas Operacionais	-164.032
Resultado Operacional	26.031
Resultado Não Operacional	-984
Resultado Antes Tributação/participações	25.047
Lucro/prejuízo Do Período	23.554

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSUMO DE ENERGIA (ACUMULADO 3M05)

	MWh	%	R\$ milhares	%
Residencial	1.860.754,00	38%	553.531,00	50%
Industrial	845.785,00	17%	106.164,00	10%
Comercial	1.427.317,00	29%	333.414,00	30%
Demais	718.850,00	15%	121.226,00	11%
Total	4.852.706,00	100%	1.114.335,00	100%
Consumo Próprio	-			



S/A DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA – SAELPA
CONTROLADOR: CATAGUAZES LEOPOLDINA – ALLIANT ENERGY

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (1º TRIMESTRE DE 2005)

R\$Mil

ATIVO		Passivo e PL	
Ativo Total	830.217	Passivo Total	830.217
Ativo Circulante	226.331	Passivo Circulante	317.741
Disponibilidades	20.202	Empréstimos e Financiamentos	136.252
Créditos	176.915	Debêntures	0
Estoques	749	Fornecedores	88.685
Outros	28.465	Impostos, Taxas e Contribuições	68.872
Ativo Realizável A Longo Prazo	346.876	Dividendos a Pagar	0
Créditos Diversos	72.561	Provisões	0
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	Dívidas com Pessoas Ligadas	0
Outros	274.315	Outros	23.932
Ativo Permanente	257.010	Passível Exigível A Longo Prazo	318.805
Investimentos	214	Empréstimos e Financiamentos	64.058
Imobilizado	254.185	Debêntures	0
Diferido	2.611	Provisões	0
		Dívidas com Pessoas Ligadas	0
		Outros	254.747
		Resultados de Exercícios Futuros	0
		Participações Minoritárias	0
		Patrimônio Líquido	193.671

DRE	
Receita Líquida de Vendas E/ou Serviços	115.216
Custo de Bens E/ou Serviços Vendidos	76.919
Resultado Bruto	38.297
Despesas/Receitas Operacionais	22.931
Resultado Operacional	15.366
Resultado Não Operacional	6.304
Resultado antes Tributação/Participação	6.304
Lucro/Prejuízo do Período	4.369

Informações relativas ao consumo de energia (Acumulado 3M05)

	R\$ milhões	%
Residencial	67,94	41%
Industrial	28,78	17%
Comercial	30,98	19%
Demais	37,76	23%
Total	165,46	100%
Consumo Próprio		

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

Encontra-se nesta Seção descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram resumidos e simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

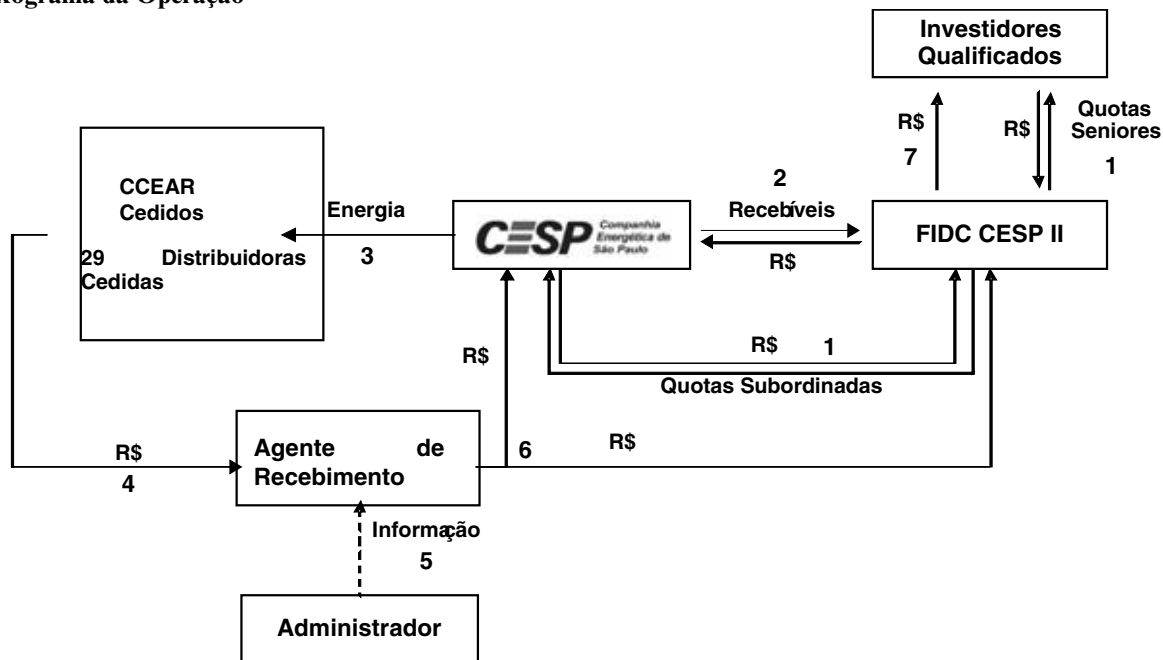
Resumo da estrutura

O Fundo foi constituído em 8 de setembro de 2005, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que inicia-se na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observadas as disposições do Regulamento, o qual foi registrado no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 9 de setembro de 2005, sob o n.º 4797265, conforme aditado em 4 de outubro de 2005 sob o n.º 4803712.

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo emitirá uma série única de Quotas, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo esta dividida em 2.000 (duas mil) Quotas Seniores e 100 (cem) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Fluxograma da Operação



1. Para obter recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios e para constituição parcial da Reserva de Amortização, o Fundo emite Quotas que são adquiridas pelos Quotistas.
2. Nos termos do Contrato de Cessão, a CESP cede os Direitos Creditórios ao Fundo, o qual efetua, nos termos deste contrato, o pagamento do Preço de Aquisição.
3. A Cedente entrega a Energia Contratada às Distribuidoras Cedidas conforme os termos dos respectivos CCEAR Cedidos, emitindo as Faturas Mensais de Energia Elétrica.
4. As Distribuidoras Cedidas efetuam o pagamento das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento mantida no Agente de Recebimento.
5. O Agente de Recebimento recebe instruções do Administrador referentes ao pagamento das Faturas Mensais de Energia Elétrica para a Conta Autorizada do Fundo e/ou Conta Autorizada da Cedente.
6. O Agente de Recebimento processa destinação dos recursos conforme definido no item 5 acima.
7. Nas Datas de Amortização ou Data de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, do valor da amortização ou do valor de resgate das Quotas Seniores aos Quotistas Seniores.

Da Cessão dos Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cedeu ao Fundo a totalidade do Direitos Creditórios, sendo que, uma parcela dos Direitos Creditórios foi cedida de forma Incondicionada (“Cessão Incondicionada”) e a parcela restante sob condição suspensiva (a “Cessão Suspensiva”).

A partir da primeira Data de Início da Entrega e durante 60 (sessenta) meses subseqüentes consecutivos, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada deverão ser, em cada Período de Disponibilidade equivalentes ao somatório do produto do valor nominal de cada Parcela da Fatura, multiplicado pelo respectivo Fator de Cessão, conforme apurado em cada Data de Apuração, nos termos do item 2.2. do Contrato de Cessão. A Cessão Incondicionada compreende, inclusive, os Direitos Creditórios objetos da Cessão sob Condição Suspensiva que, em cada mês durante a vigência deste Contrato, se tornem, pelo advento de qualquer das condições suspensivas, Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada.

Da Apuração do Fator de Cessão

Na Primeira Data de Apuração, correspondente ao Período de Disponibilidade i , o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (φ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

Na Segunda data de Apuração, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (φ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i2} = \frac{QMM_i}{FT_{i2}}$$

Na Terceira Data de Apuração, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (φ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\varphi_{i3} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{i3}}$$

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$$

$$\Delta RA_i = RA_i - DI_i$$

Observado que, para as fórmulas contidas acima:

i	Período de Disponibilidade em que há amortização de Quotas Seniores do Fundo.
φ_{i1}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a primeira Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
φ_{i2}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a segunda Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente;
φ_{i3}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
QMM_i	Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador, nas Datas de Apuração aplicáveis, com duas casas decimais após a vírgula.
FT_{i1}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente.

FT_{i2}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à segunda Parcela das Faturas Mensais de Energia Elétrica com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente.
FT_{i3}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente.
RA_i	Reserva de Amortização e Resgate no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no artigo 41 do Regulamento.
DI_i	Disponibilidade (conforme definido no artigo 14 do Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.
ΔRA_i	Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade i e a Disponibilidade (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculada em cada Data de Apuração.
A_i	Montante calculado conforme disposto na alínea (d) do Artigo 40 do Regulamento para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.
C_i	Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i.

O primeiro Período de Disponibilidade se inicia na Data de Início da Entrega, inclusive, e se encerra no dia 10 do mês subsequente à 1ª Data de Amortização, conforme definido no Artigo 32 do Regulamento (o “Primeiro Período de Disponibilidade”). Durante o Primeiro Período de Disponibilidade, a Primeira Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da primeira Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega, a Segunda Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da segunda Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega e assim sucessivamente. Havendo mais de três Datas de Apuração no Primeiro Período de Disponibilidade serão aplicados com relação a tais Datas de Apuração o mesmo procedimento aplicável à Terceira Data de Apuração, nos termos tudo conforme alíneas (a), (b) e (c) do item 2.2. acima.

Nas mesmas datas de recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento de cada uma das Parcelas das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento, e uma vez apurada a

quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura em cada Data de Apuração, conforme as fórmulas acima, o Agente de Recebimento transferirá, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, por ordem do Administrador, para a Conta Autorizada do Fundo, recursos que sejam equivalentes ao valor financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura.

O valor que sobejar a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, em cada Período de Disponibilidade será, na mesma data em que for recebido pelo Agente de Recebimento, transferido para a Conta Autorizada da Cedente.

Para fins de apuração do Fator de Cessão, o Administrador não considerará os Direitos Creditórios a serem pagos por Distribuidora Cedida Inadimplente.

Advento da Condição Suspensiva

Na ocorrência dos Eventos de Avaliação estabelecidos nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j) do Artigo 51 do Regulamento, e após a determinação do Administrador, o Agente de Recebimento transferirá a totalidade dos Direitos Creditórios por Parcela das Faturas pagos na Conta de Recebimento e Pagamento diretamente para a Conta Autorizada do Fundo. Este procedimento perdurará até que o Agente de Recebimento receba determinação em contrário do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores. Enquanto não ocorrer um dos Eventos de Avaliação referidos acima, que caracterizam o advento da condição suspensiva, o montante dos Direitos Creditórios objeto da Cessão sob Condição Suspensiva serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a Conta Autorizada da Cedente.

No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive aqueles Cedidos sob Condição Suspensiva.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e Ativos Financeiros se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Capítulo Seis do Regulamento. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento. O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
		0
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) Operações compromissadas tendo como contraparte as Instituições Autorizadas e tendo como lastro títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%

São vedadas ao Fundo, entre outras: (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) quaisquer operações com instrumentos de derivativos; e (iii) a realização de operações de *day trade*.

Não se aplicam ao Fundo os limites previstos nos incisos I e II do §9º, do artigo 40, da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de direitos creditórios e títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas no Patrimônio Líquido do Fundo, uma vez que os CCEAR Cedidos foram integralmente cedidos quando da assinatura do Contrato de Cessão, sendo que eventual concentração acima daqueles limites não decorrerá da movimentação da carteira do Fundo, e sim, da própria característica dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

O Fundo buscará atingir, para suas Quotas Seniores, Parâmetro de Rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros.

Ordem de alocação de recursos

O Administrador, diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito, por meio da amortização da série de Quotas Seniores específica;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Quotas Seniores;
- e) pagamento das despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- f) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

Encargos do Fundo

Constituem Encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- i) taxa de custódia dos ativos do Fundo;
- j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- k) despesas com a atualização do Prospecto e do Regulamento.

Reserva de Amortização e Resgate

A partir da Data de Emissão de Quotas e até final do Prazo de Duração, o Administrador deverá constituir e manter a Reserva de Amortização e Resgate, nos termos do Artigo 41 do Regulamento, de forma que, em qualquer Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo, e ressalvado o disposto no Regulamento:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2}$$

Onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Capitalização.

A_i = valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração i .

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i

A Reserva de Amortização e Resgate será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios, na forma da cláusula 2.2 do Contrato de Cessão.

Excepcionalmente, entre o período compreendido entre a Data de Emissão de Quotas e até o Período de Disponibilidade iniciado em janeiro de 2006, a Reserva de Amortização e Resgate deverá corresponder sempre ao maior de: (i) a estimativa do total das amortizações compreendidas entre a Data de Emissão de Quotas e as amortizações previstas até o dia 27 de janeiro de 2006, inclusive, ou (ii) a Reserva de Amortização e Resgate calculada de acordo com o disposto acima.

Custos referentes à cobrança dos ativos do Fundo

Nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Quotas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização e Resgate que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

- b) ajuizamento de pedido de falência em face de qualquer das Distribuidoras Cedidas cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente individualmente valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do valor médio da totalidade das Faturas Mensais de Energia Elétrica nos 3 (três) Períodos de Disponibilidade imediatamente anteriores ou o ajuizamento por qualquer destes de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Avaliação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- e) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) que represente(m) mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- f) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do item 6.2 do Contrato de Cessão (relativa à obrigação de entregar as Faturas Mensais de Energia Elétrica), não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- g) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (off-balance); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial,

venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- h) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brAAf, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- i) caso, a partir de fevereiro de 2006, o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses igual ou superior a 40% (quarenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade; e
- j) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo dos Direitos Creditórios dos respectivos CCEAR Cedidos.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação (quorum de 50% mais uma das Quotas Seniores em circulação), deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação antecipada do Fundo. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Critérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, e adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios oriundos dos CCEAR Cedidos.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral que deliberar sobre o Evento de Revisão.

Caso a Cedente apresente novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para sanar o Evento de Avaliação, o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos contrato(s) de compra e venda de energia elétrica (quorum de 50% mais uma das Quotas Seniores em circulação), assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Eventos de Liquidação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Liquidação, o Fundo será liquidado antecipadamente. Os Eventos de Liquidação previstos no Artigo 52 do Regulamento são os seguintes:

- a) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- b) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão da Cedente, previstas em lei;
- c) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extra judicial;
- d) decretação de intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- e) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade;
- f) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- g) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- h) caso os Quotistas reunidos em Assembléia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- i) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;
- j) caso os titulares das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento; e
- k) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6 do Regulamento.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Quotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada abaixo descritos.

O Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Quinze do Regulamento, quando os recursos disponíveis na Conta Corrente do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas; e (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Administrador debitará a Conta Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas em circulação.

Dação em pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 180 (noventa) dias após a data da realização da Assembléia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, este não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 120 (cento e vinte) dias depois da data da realização da Assembléia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Assembléia Geral

À Assembléia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; (vi) (i) os critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para aquisição pelo Fundo, se o caso,, (ii) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Quotas Seniores, (iii) conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (iv) necessidade de aporte de recursos ao Fundo; e (v) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Convocação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no jornal Gazeta Mercantil, ou enviado por meio de correio eletrônico aos representantes dos Quotistas, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

Quorum de deliberação

A cada Quota corresponde 1 voto, sendo que toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado os seguintes quoruns qualificados:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois (Do Prazo de Duração do Fundo) , Seis (Do Objetivo do Fundo e da Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira), Oito (Dos Direitos Creditórios e Critérios de Elegibilidade), Onze (Das Quotas e da Amortização e Resgate das Quotas), Doze (Da Emissão, Integralização e do Valor das Quotas e da Reserva de Amortização e Resgate) e Dezesseis (Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação), da alínea (a) do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 do Regulamento (estabelece o quorum de 90% para a votação destas matérias), e do item (b) abaixo;
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para: (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto no item (a) acima; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52 do Regulamento (procedimentos

de liquidação e resgates das Quotas dos Quotistas dissidentes); (iii) alterações dos Capítulos Quinze (Da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo) e Dezessete (Da Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; e (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante.

- c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação para (i) deliberação acerca da conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento (hipótese da extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI); (iii) para definição dos critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica nas hipóteses previstas no Parágrafo Primeiro do Artigo 25 do Regulamento; e (iv) demais matérias não previstas nos itens “a” e “b” acima.

As seguintes deliberações dependerão da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas: (i) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40 do Regulamento (hipótese da extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI); (ii) aprovação do aumento da taxa de administração; e (ii) aprovação de novos encargos do Fundo não previstos na legislação.

Direito de Resgate Antecipado das Quotas Seniores de Quotistas Dissidentes

Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 25 e no Parágrafo Segundo do Artigo 52 do Regulamento, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes, deverão ser definidos na respectiva Assembléia Geral os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Quotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembléia Geral.

Os referidos titulares de Quotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Quotas Seniores, sendo que os demais Quotistas somente terão suas Quotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo

Os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, enquanto que os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo vencidos e não pagos, total ou parcialmente, integrantes da carteira do Fundo deverão ser provisionados no 10º (décimo) dia corrido contado da data do respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado (*market-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas

Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente. As demais comunicações previstas no Regulamento, serão realizadas por meio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no Boletim de Subscrição.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre: a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista; b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

9. AS QUOTAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AS QUOTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- ii) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00;
- iii) seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento; e
- iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Seniores corresponderá 1 voto.

Características das Quotas Subordinadas

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Quotas Subordinadas.
- ii) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e deste Regulamento;
- iii) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00;
- iv) seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42 do Regulamento; e
- v) observado o disposto no Capítulo Dezenove, direito de voto restrito nas Assembléias Gerais.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu Valor Unitário de Emissão, calculado na forma dos Artigos 40 e 42 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a Conta Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Amortização e resgate das Quotas

As Quotas Seniores serão amortizadas em 60 parcelas mensais, no dia 27 de cada mês, ou caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, observado que (i) excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 26 do mês subsequente à Data de Emissão de Quotas, ou em data posterior, ressalvado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a Data de Emissão de Quotas e a 1ª Data de Amortização, e (ii) a 60ª Data de Amortização será a Data de Resgate.

O valor unitário das Quotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que o mesmo será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da fórmula abaixo:

$$\begin{aligned}A_i &= VAP_i \times NQ_i \\VAP_i &= \frac{VQS_{inicial}}{\sum_{i=1}^{60} Spread} \times FatorDI \\Spread &= \left((1 + S)^{\frac{-(b_i - a_0)}{252}} \right) \\FatorDI &= \prod_{t=0}^{b_i} DI \\DI &= (1 + cdi_t)^{\frac{1}{252}}\end{aligned}$$

Onde :

i =	Períodos de Capitalização ; 1,2,3,...,60;
t =	Dia útil de divulgação da Taxa DI; 0,1,2,3,...,bi, sendo t=0 na Data de Emissão
A_i =	Valor da amortização das Quotas Seniores;
NQ_i =	Número de Quotas Seniores;
a_0 =	Data de Emissão;
a_i =	dia útil de início de determinado Período de Capitalização i;
b_i =	dia útil de término de determinado Período de Capitalização i;
S =	Parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente ao cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de <i>bookbuilding</i> , e constante do Suplemento do Regulamento;

cdi_t = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
 $VQS_{inicial}$ = Valor Unitário de Emissão; e
 VAP_i = Valor da amortização por Quota Sênior na data final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.

O *Fator DI* e *DI* serão calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento. O *Spread* será calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

As Quotas Subordinadas não terão amortização e somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação.

Distribuição e Negociação das Quotas

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição (i) no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) na CBLC, observada a responsabilidade das Instituições Intermediárias assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

As Quotas Seniores serão registradas para negociação, (i) no MNC – Módulo de Negociação de Cotas de Fundos de Investimento da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no BOVESPAFIX, SOMAFIX e SFF, observada a responsabilidade dos Intermediários assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Tributação

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual o Quotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização (Data de Amortização, Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do Fundo), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das Quotas (se houver), limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02 (quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual fixado para limite do pagamento do imposto), sendo tal percentual igual a 0% para os títulos ou valores mobiliários cedidos, repactuados ou resgatados no prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do poder executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos auferidos em decorrência dos investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência de IR de acordo com as seguintes regras: (i) os rendimentos auferidos na amortização e no resgate das Quotas (Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do Fundo) devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor de amortização/resgate/liquidação e o custo de aquisição das Quotas, em fundos cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,5%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias; ou em fundos cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias; e (ii) os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação).

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38%; e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0%.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

10. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual o Fundo adquiriu a totalidade dos Direitos Creditórios e contratou a Cedente para a prestação dos serviços de depósito dos Documentos Comprobatórios e cobrança das Distribuidoras Cedidas. Para maiores informações, ver Seção “Estrutura da Operação. – Da Cessão dos Direitos Creditórios.”

No Contrato de Cessão está definida a Quantidade Mínima Mensal de Direitos Creditórios que a Cedente deve entregar ao Fundo, bem como os Eventos de Revisão, que correspondem aos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo.

Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

Por meio do Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, a Cedente se comprometeu a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional.

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, o Fundo e a Cedente contrataram as Instituições Intermediárias para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores. Para maiores informações ver Seção “Procedimentos de Distribuição das Quotas Seniores”.

Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, o Fundo contratou o Banco Itaú S.A., como Agente de Recebimento, para prestação dos serviços de recebimento e pagamento de valores. O Agente de Recebimento é responsável, dentre outras atribuições, (i) pelo recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras; e (ii) pelo repasse, para a Conta Autorizada do Fundo, dos valores relativos a Quantidade Mínima Mensal devida ao Fundo, calculada pelo Custodiante. Para maiores informações, ver Seção “Estrutura da Operação. – Da Cessão dos Direitos Creditórios.”

Custódia dos ativos do Fundo e escrituração de Quotas

O Administrador contratou o Custodiante, o qual será responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356, conforme disposto no Capítulo Cinco do Regulamento. O Custodiante do Fundo é, ainda, o Agente Escriturador, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

11. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Utilização dos recursos pelo Fundo

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo para a aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Capítulo Seis do Regulamento e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Capítulo Dezessete do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Custodiante (Banco Itaú S.A.) é o controlador do Administrador. Ademais, uma das Instituições Intermediárias, o Banco Itaú BBA S.A., também faz parte do conglomerado financeiro do Custodiante, uma vez que o Banco Itaú Holding Financeira S.A. é controlador do Banco Itaú S.A. e do Banco Itaú BBA S.A. O organograma abaixo mostra a composição do Grupo Itaú com relação ao Administrador, ao Custodiante e a Instituição Intermediária Banco Itaú BBA S.A.



Além da presente Oferta, as Instituições Intermediárias participaram da distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP, cuja cedente é a Companhia Energética de São Paulo – CESP. Adicionalmente, o relacionamento das Instituições Intermediárias com a Cedente decorre de contratos de empréstimos, operações de crédito e contratos de serviços bancários diversos firmados com a Cedente (incluindo uma operação de adiantamento dos recursos a serem captados pela Cedente com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo). As Instituições Intermediárias (e suas Partes Relacionadas) podem vir a firmar outras operações bancárias e de mercado de capitais com a Cedente.

O Administrador, até a data deste Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém relacionamento comercial com a Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

13. O ADMINISTRADOR E O CUSTODIANTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O ADMINISTRADOR E O CUSTODIANTE

O Administrador

Histórico

A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no país. Em 30 de junho de 2005, a Intrag administrava cerca de R\$ 5 (cinco) bilhões de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 334 (trezentos e trinta e quatro) milhões referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros do Administrador.

O Administrador privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

O Custodiante

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 4 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de *back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de hardware e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de compliance própria que também está subordinada à estrutura do compliance corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

14. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Introdução

Em 2002, o MME aprovou um Plano Decenal de Expansão, segundo o qual a capacidade de geração instalada do País deverá aumentar para 112,1 GW até 2012, dos quais 86,8 GW corresponderão a geração hidrelétrica, 16,8 GW a geração termelétrica e 8,5 GW a importação de energia elétrica por meio do Sistema Interligado Nacional.

Aproximadamente 33% da capacidade instalada brasileira é atualmente detida pela Eletrobrás. Por intermédio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é também responsável por 61,0% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV no Brasil. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a CESP, a COPEL e a CEMIG.

Histórico da regulamentação

A Constituição brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas visavam aumentar o investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência como um todo no setor elétrico.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

Em 1995, por meio de uma Emenda Constitucional, foi autorizado o investimento estrangeiro em geração de energia elétrica. Anteriormente a essa emenda, todas as concessões de geração eram detidas por pessoa física brasileira ou pessoa jurídica controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo Governo Federal.

Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados a energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados consumidores livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores concessionários, permissionários ou autorizados; (iii) trataram da criação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e

vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras e comercializadores, entre outros; (iv) concederam aos consumidores livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários estados foi vendida a investidores privados. Ao mesmo tempo, alguns governos estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre as seguintes matérias: (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados; (ii) exigência de que as distribuidoras e geradoras fizessem os Contratos Iniciais, via de regra compromissos de *Take-or-Pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais é assegurar que as distribuidoras tenham acesso a fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantam uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição que culminará no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo; (iii) criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional; e (iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o país enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo Programa do Racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica. As metas de redução de consumo para as classes residenciais e industriais chegavam a 20%.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda. A economia de energia durante o período em que o racionamento esteve em vigor foi de 26 mil MWh, incluindo a redução no consumo registrada na Região Norte, que saiu do racionamento no dia

1º de janeiro. O total de energia economizada correspondeu ao consumo, durante um ano, de 7,2 milhões de residências que gastam em média 300 KWh por mês. Em 29 de abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas que, entre outras coisas, estabeleceram a RTE para compensar perdas financeiras incorridas pelos fornecedores de energia elétrica em função do Programa de Racionamento.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por diversos decretos editados pelo governo federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita a regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, veja “- Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”.

Em 30 de julho de 2004, os principais aspectos relativos à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e à comercialização de energia elétrica foram regulamentados por decreto presidencial. No mês de agosto de 2004, foram promulgados os demais decretos presidenciais regulando a constituição da CCEE, CMSE e da EPE.

Concessões

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representante do Poder Concedente. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

- *Responsabilidade Objetiva.* A concessionária é responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços.
- *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.
- *Intervenção do Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de ampla defesa. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.
- *Extinção.* A extinção do contrato de concessão poderá ser determinada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária em (i) cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no contrato de concessão; (ii) não ter mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) não cumprir as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados.
- *Advento do termo contratual.* Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica, serão revertidos ao Poder Concedente. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Penalidades

A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos operadores do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos licitatórios para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até dois por cento da receita das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração.

Principais entidades regulatórias

Ministério de Minas e Energia

O MME é o principal órgão regulador do setor energético do Governo Federal, atuando como Poder Concedente em nome do governo federal, e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subseqüentemente à aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumirá certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.

ANEEL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Subseqüentemente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política Energética

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

ONS

O ONS foi criado em 1998. O ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos consumidores livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no Sistema Interligado Nacional, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: planejamento da operação da geração e transmissão; a organização e controle da utilização do Sistema Interligado Nacional e interconexões internacionais; a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

A CCEE é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob fiscalização da ANEEL. Uma das atribuições da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, conduzindo os leilões públicos de energia elétrica no Ambiente Regulado. A CCEE é também responsável, entre outras coisas, (1) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), dos contratos resultantes de ajustes de mercado, bem como do volume de energia contratado no Ambiente Livre, e (2) pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo e das diferenças referentes aos contratos bilaterais registrados.

A CCEE é composta por detentores de concessões, permissões e autorizações do setor elétrico, bem como por Consumidores Livres, e o seu Conselho de Administração é composto por quatro membros, nomeados por tais agentes, e por um membro nomeado pelo MME, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou decreto que cria a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprova o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, cuja autorização foi autorizada por lei, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE será (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, o Ambiente de Contratação Regulada - ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado aos demais agentes do setor elétrico (por exemplo, produtores independentes, consumidores livres e agentes comercializadores), que permitirá um certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL;
- restrição de atividades para distribuidoras, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos;
- eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e
- respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do PND.

Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico tem, atualmente, sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal recorreu argüindo que as ações diretas de inconstitucionalidade haviam perdido o objeto uma vez que a medida provisória que estabelecia o novo modelo do setor elétrico já havia se convertido em lei. A decisão final sobre o mérito da questão depende dos votos da maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo quorum mínimo seja de oito Ministros. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, de venda de energia elétrica para consumidores livres, e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

Ambiente paralelo para comercialização de energia elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de licitações, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento a seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre - ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como os consumidores livres e comercializadores de energia elétrica).

A energia elétrica proveniente (i) de projetos de geração de baixa capacidade localizados próximo a centrais de consumo (tais como usinas de co-geração e as Pequenas Centrais Hidrelétricas); (ii) de usinas qualificadas nos termos do Proinfa; e (iii) de Itaipu, não ficará sujeita ao processo licitatório para fornecimento de energia elétrica ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A energia elétrica gerada por Itaipu, situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e a quantidade a ser adquirida por cada distribuidora é determinada pelo Governo Federal através da ANEEL. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar.

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos. As distribuidoras deverão contratar a compra de energia elétrica de geradoras por meio de licitação, coordenada pela ANEEL, direta ou indiretamente, no último caso, por intermédio da CCEE. As compras de energia elétrica poderão ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) Contratos de Energia; e (ii) Contratos de Capacidade.

Nos termos dos Contratos de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Capacidade, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. No entanto, o eventual aumento dos preços de energia elétrica devido a condições hidrológicas será repassado aos consumidores pelas distribuidoras. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

O Ambiente de Contratação Livre - ACL englobará as vendas de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, auto-produtores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres. O Ambiente de Contratação Livre - ACL também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor, cujo contrato com a distribuidora tenha prazo indeterminado, somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora ao MME de suas necessidades de energia para o leilão de compra referente ao ano subsequente.

Caso o consumidor opte pelo Ambiente de Contratação Livre - ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com cinco anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os consumidores livres que voltarem ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. As

geradoras estatais, tais como as geradoras privadas, poderão vender energia elétrica aos consumidores livres, contudo estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre;
- contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- outorgas de concessão.

Dentre as principais regras destaca-se a obrigatoriedade de (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar a totalidade de sua carga, e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro físico para a venda de energia (mediante Energia Assegurada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada – ACR estabelecidas pelo Decreto se referem à forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado, principalmente por meio dos leilões de compra de energia. Adicionalmente, as distribuidoras poderão adquirir a energia elétrica para atendimento de seu mercado por meio de aquisição de energia proveniente (i) de geração distribuída, (ii) de usinas participantes da primeira etapa do Proinfa, (iii) de contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e (iv) de Itaipu Binacional. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente de distribuição, gerador, comercializador, autoprodutor ou consumidor livre deverá declarar, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos cinco anos subseqüentes. Cada agente de distribuição deverá declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres.

Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração serão realizados (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões “A-5”), e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões “A-3”). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes (i) realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões “A-1”) e (ii) para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão.

Os editais dos leilões serão elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Os vencedores de cada leilão de energia realizado no Ambiente de Contratação Regulada - ACR deverão firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, onde os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição.

Os CCEAR provenientes dos leilões “A-5” ou “A-3” terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEAR provenientes dos leilões “A-1” terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de dois anos.

Para os CCEAR decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, o Decreto estabelece três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres, (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subseqüente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados até 11 de dezembro de 2003.

O Leilão de 2004

Em 07 de dezembro de 2004, a CCEE conduziu o primeiro leilão com base nos procedimentos previstos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As Distribuidoras e Geradoras entregaram, até o dia 2 de dezembro de 2004, suas estimativas de projeção de demanda de energia elétrica para os cinco anos subseqüentes e os montantes a serem adquiridos para atendimento de suas demandas em relação a contratos com início de suprimento nos anos de 2005, 2006 e 2007. Baseado nessas informações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser negociado no leilão de 2004 e a lista de empresas geradoras participantes do leilão. O leilão ocorreu em duas fases, por meio de um sistema eletrônico.

Após a conclusão do leilão de 2004, as Geradoras e as Distribuidoras celebraram CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As Distribuidoras apresentaram garantias em garantia do pagamento devido às Geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em um montante equivalente a 100% da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

Tarifas e encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora e (ii) a TUST, a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão. Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargo pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargo de Conexão.

TUSD

A TUSD é paga por geradoras e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a

coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão mas que não são consideradas parte integrante da rede de transmissão são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão CCT – Encargo de conexão

Algumas empresas distribuidoras, especialmente no Estado de São Paulo não acessam diretamente a Rede Básica, mas utilizam-se de um sistema de transmissão intermediário entre suas linhas de distribuição e a Rede Básica. Esse sistema intermediário é chamado sistema de conexão. Para se conectar a essas instalações de conexão, os acessantes deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão, com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações. A remuneração das transmissoras é definida em função dos ativos disponibilizados, sejam estes de propriedade exclusiva ou de uso compartilhado entre os agentes. Essa remuneração também é definida e regulada pela ANEEL e reajustada anualmente de acordo com os índices de inflação e com o custo dos ativos disponibilizados.

Tarifas de Distribuição

O valor das tarifas de distribuição é determinado pela ANEEL, que tem autoridade para reajustar e rever tarifas em resposta a alterações nos custos de compra de energia e nas condições de mercado. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide o custo das distribuidoras entre (1) custos que estão fora do controle das distribuidoras, ou os chamados custos da Parcela A, e (2) custos que estão sob o controle das distribuidoras, ou custos denominados Parcela B. O reajuste de tarifas é baseado em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre duas categorias:

Custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes:

- custos com a compra de energia para revenda conforme previsto nos Contratos Iniciais;
- custos com a compra de energia de Itaipu;
- custos com a compra de energia nos termos de contratos bilaterais que foram livremente negociados entre as partes; e
- outros encargos referentes à conexão e ao uso dos sistemas de transmissão e de distribuição.

O repasse dos custos com a compra de energia prevista em contratos de fornecimento negociados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a um teto baseado em um valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como hidrelétrica, termelétrica e fontes alternativas de energia). O valor normativo aplicado aos contratos de fornecimento é ajustado anualmente de forma a refletir os aumentos nos custos incorridos pelas Geradoras. Tais reajustes

levam em consideração (1) a inflação, (2) os custos incorridos em moeda conversível, e (3) custos relativos a combustíveis (tais como fornecimento de gás natural). Os custos incorridos deverão corresponder a pelo menos 25% de todos os custos incorridos pelas geradoras.

Os custos da Parcela B são determinados subtraindo-se os custos da Parcela A da receita da Distribuidora.

O contrato de concessão de cada Distribuidora prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, os custos da Parcela A são integralmente repassados aos consumidores. Os custos da Parcela B, todavia, são corrigidos pela inflação em conformidade com o IGP-M.

As distribuidoras têm também direito à revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, dependendo do seu respectivo contrato de concessão. Estas revisões têm o objetivo de (1) assegurar receitas suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e uma compensação adequada pelos investimentos essenciais em serviços dentro do escopo da concessão de cada empresa, e (2) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos esperados de produtividade a partir do aumento de escala, (b) avaliações pelos consumidores (verificadas pela ANEEL) e (c) custos de mão-de-obra.

O fator X é usado para ajustar a proporção da alteração no IGP-M que é utilizada nos reajustes anuais. Assim sendo, após a conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X determina que as empresas distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Além disso, as concessionárias de distribuição de energia elétrica têm direito à revisão extraordinária de tarifas caso a caso, de forma a assegurar seu equilíbrio financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, incluindo tributos, que tragam alterações significativas em sua estrutura de custos.

Incentivos para fontes alternativas de energia

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o Proinfa com o objetivo de criar certos incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas e projetos de biomassa. Nos termos do Proinfa, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos. Em sua fase inicial, o Proinfa está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. Projetos que busquem se qualificar para os benefícios oferecidos pelo Proinfa deverão estar em operação em 31 de dezembro de 2006.

Encargos setoriais

Reserva Global de Reversão - RGR

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a Reserva Global de Reversão, (“RGR”), concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as Distribuidoras e determinadas Geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha ser de alguma maneira beneficiado pelo fim da RGR.

O Governo Federal passou a cobrar uma remuneração dos Produtores Independentes pelo uso recursos hidrológicos, exceto as PCHs, semelhante à remuneração cobrada de empresas do setor público em relação à RGR. Os Produtores Independentes devem fazer contribuições para o Fundo UBP, conforme as regras do respectivo processo de licitação pública para outorga das concessões.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

A CCC foi criada em 1973 como uma subvenção econômica para cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas, sendo inicialmente gerida pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal determinou a extinção da CCC, de forma que os subsídios da CCC encontram-se em fase final de extinção para as usinas termelétricas construídas anteriormente a fevereiro de 1998 pertencentes ao SIN, deixando de existir a partir de dezembro de 2005.

Em abril de 2002, o Governo Federal determinou que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos de forma a promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam Distribuidoras, Geradoras ou Comercializadoras, que comercializavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas Distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético, ou CDE, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional, cujos fundos são providos por meio de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de bens públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelos valores anuais pagos pelos agentes que comercializam energia com consumidores finais, por meio

inclusão do encargo às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e/ou de distribuição. Estes encargos são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para apoiar (1) o desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (2) a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia, e (3) a universalização dos serviços de energia em todo o país. A CDE deverá permanecer em vigor por 25 anos, e é regulada pela ANEEL e administrada pela Eletrobrás.

Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. PCHs, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

Inadimplemento de Encargos Setoriais

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição à RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou dos pagamentos devidos em virtude de compra de energia elétrica no Ambiente Regulado ou de Itaipu, impedirá a parte inadimplente de receber reajustes de tarifas (exceto a revisão extraordinária) ou de receber recursos advindos da RGR, da CDE ou da CCC.

Mecanismo de Realocação de Energia – MRE

No MAE, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende da energia efetivamente gerada, e sim da Energia Assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo Contrato de Concessão. As diferenças entre a energia gerada e a Energia Assegurada são cobertas pelo MRE.

O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerado. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas, para aqueles que geraram abaixo. A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da Energia Assegurada, é precificada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

Escassez de energia e racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em situação na qual o Governo Federal decreta redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, todos os Contratos de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, registrados na CCEE, na qual o comprador estiver localizado, terão suas quantidades ajustadas na mesma proporção da redução de consumo.

**15. A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS – CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA
DE SÃO PAULO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A CEDENTE

Introdução

Com o objetivo, por parte do Governo do Estado de São Paulo, de estabelecer uma política unificada e eficiente no setor energético, a CESP foi constituída em 5 de dezembro de 1966, sob a denominação social de *Centrais Elétricas de São Paulo*, e originou-se a partir da fusão de onze empresas do setor de energia elétrica, das quais cinco eram sociedades de economia mista controladas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Por meio do Decreto-lei Federal n.º 59.581, de 23 de dezembro de 1966, foi concedida autorização à Cedente para funcionar como companhia concessionária de energia elétrica e, por meio do Decreto n.º 60.077, de 16 de janeiro de 1967, a União Federal outorgou à Cedente as concessões de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica antes pertencentes às empresas que a originaram por fusão, pelo prazo de trinta anos. A abertura do capital social da mesma ocorreu em 27 de dezembro de 1971 e, em 27 de outubro de 1977, a CESP teve seu objeto social ampliado e adotou sua atual denominação social, *CESP - Companhia Energética de São Paulo*, ocasião em que já detinha o controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, concessionária de distribuição de energia elétrica no interior paulista. Anos mais tarde, em 1985, a CESP foi autorizada a assumir também o controle acionário da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS e foram incluídas, no objeto social da CESP, atividades de plantio de florestas, reflorestamento e mineração. Em julho de 1998, a CESP promoveu cisão, segregando seus ativos de distribuição de energia elétrica e criando a subsidiária Elektro - Eletricidade e Serviços S.A., posteriormente privatizada. Em 31 de março de 1999, sofreu nova cisão parcial, que deu origem a duas empresas de geração, a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, e a uma empresa de transmissão, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Decorrente das referidas reestruturações, a Cedente é hoje muito menor e mais focada, primordialmente nas atividades de geração de energia elétrica e sua comercialização.

Incluída no Programa Estadual de Desestatização (PED) do Governo do Estado de São Paulo, a CESP teve seu leilão de privatização agendado para o dia 16 de maio de 2001. Entretanto, na véspera do referido leilão o Governo do Estado de São Paulo acabou por adiá-lo em decorrência de circunstâncias relacionadas à indefinição quanto às medidas de contenção do consumo de energia elétrica, bem como quanto à futura regulamentação do setor elétrico, as quais poderiam influenciar, significativamente, o comportamento do mercado em geral. Após as eleições ocorridas em 2002, a CESP permanece no Programa Estadual de Desestatização (PED). Em 2 de dezembro de 2002, por decisão do Governador do Estado de São Paulo, CESP e a EMAE, outra concessionária de geração sob o controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, passaram a ter gestão administrativa unificada. Tal unificação de administração não decorre de qualquer processo societário de incorporação ou fusão, mas do interesse de aproveitamento da sinergia das duas empresas.

Nos últimos anos, a administração da CESP focou suas atenções em três ações: reestruturação da dívida, conclusão da construção usina hidrelétrica Porto Primavera e preparação para entrar em um mercado de energia mais competitivo. Por meio da reestruturação da dívida, busca-se prorrogar os prazos para vencimento das dívidas, de modo a melhor adequá-las às projeções de fluxo de caixa e reduzir a porcentagem de dívidas indexadas em moeda estrangeira. Sem financiamento adicional, o fluxo de caixa da CESP será insuficiente para atender às necessidades de curto prazo relativas ao serviço da sua dívida, e a CESP permanecerá vulnerável a desvalorizações do Real. A usina Porto Primavera está praticamente concluída, com todas as 14 turbinas planejadas em operação, e a administração não pretende realizar novos empreendimentos significantes. As mudanças no setor elétrico ocorridas no Brasil nos últimos anos também mudaram o ambiente de negócios da CESP, o que fez com que a CESP adotasse estratégias mais competitivas.

A CESP é a maior geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do país, tendo contribuído, conforme informações apuradas pela própria CESP, em 31 de dezembro de 2004, com aproximadamente 59,20% da geração de energia do Estado de São Paulo e 12,11% da geração de energia do país, desconsiderada a produção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A CESP opera seis usinas hidrelétricas que, juntas, produziram 36.340,3 GWh de eletricidade durante o ano de 2004, o que representou um decréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior. As principais características das usinas hidrelétricas operadas pela Cedente encontram-se abaixo transcritas:

Bacia	Usina	Total de Máquinas	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio ¹	Entrada em Operação
Paraná	Ilha Solteira	20	3.444	1.949	18/07/73
	Três Irmãos	5	808	-	28/11/93
	Complexo IS/TI	25	4.252	1.949	
	Jupiá	14	1.551	886	14/04/69
	Engº Sérgio Motta	14	1.540	1.017	23/01/99
	(Usina Porto Primavera)				
Subtotal Paraná		53	7.343	3.852	
Paraíba	Paraibuna	2	85	50	05/05/72
	Jaguari	2	28	14	20/04/78
	Subtotal Paraíba	4	113	64	
Total		57	7.456	3.916	

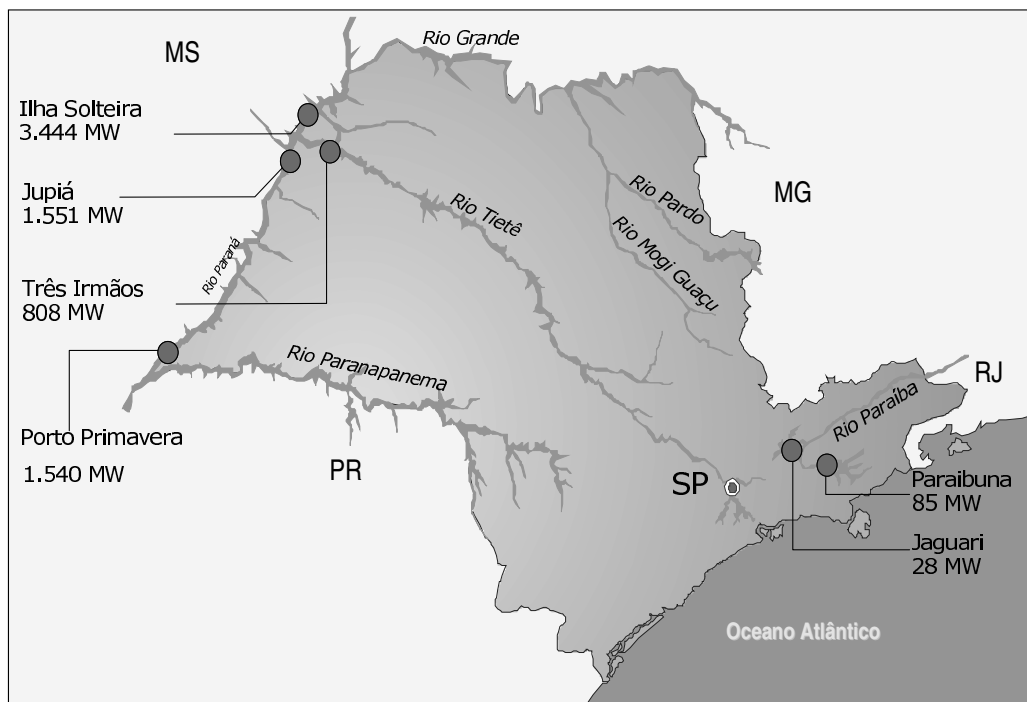
¹ Valores utilizados para determinar volumes para venda nos termos dos Contratos Iniciais.

2. A usina Porto Primavera alcançou 1.540 MW de capacidade instalada em 2003 com a instalação da 14ª turbina em outubro de 2003. Originalmente planejou-se que Porto Primavera teria até 18 turbinas, com capacidade instalada de 1.814 MW e Energia Assegurada de 1.017 MW. Contudo, a Companhia decidiu concluir as obras com a instalação da 14ª turbina, uma vez que as unidades 15 a 18, apesar de adicionarem capacidade instalada, não gerariam um aumento na Energia Assegurada.

3. A usina Três irmãos está localizada no Rio Tietê, mas está integrada às usinas localizadas na bacia do Rio Paraná, por motivos operacionais. Três irmãos, Jupiá e Porto Primavera estão operacionalmente ligadas e, adicionalmente, um canal liga Três Irmãos a Ilha Solteira; por essa razão, a Energia Assegurada de Três Irmãos está incluída nos dados de Ilha Solteira.

A Energia Assegurada representa a quantidade de energia que a Cedente tem condições técnicas de, em média, produzir 24 horas por dia, o ano inteiro, cuja comercialização, pela Cedente, está autorizada pela ANEEL.

Adicionalmente, a localização das usinas da Cedente pode ser verificada conforme o mapa abaixo:



O complexo hidrelétrico Urubupungá, situado no Rio Paraná, na região noroeste do Estado de São Paulo, é um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo. O complexo inclui duas usinas principais: Ilha Solteira, a maior usina da CESP, com 3.444 MW de capacidade instalada, e Jupiá, a segunda maior usina da CESP, com 1.551 MW de capacidade instalada. A usina Porto Primavera, também localizada no Rio Paraná, porém mais ao sul do que o complexo Urubupungá, tem, a partir de novembro de 2003, 1.540 MW de capacidade instalada.

O quadro abaixo demonstra a distribuição da receita bruta e de venda de energia em 2004 e no primeiro semestre de 2005, com as respectivas tarifas médias:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	MWh (*)		R\$	
	2004	2003	2004	2003
Fornecimento				
Industrial.	3.783.166	2.864.231	299.881	199.915
	10.247	-	815	-
Comercial.....				
.....				
Serviço Público.....	209.210	-	5.738	-
	4.002.623	2.864.231	306.434	199.915
Recomposição Tarifária	-	-	(10.166)	(11.735)
	4.002.623	2.864.231	296.268	188.180
Suprimento				
Contratos				
ELETROPAULO.....	8.545.286	8.724.483	657.715	588.190
.				
BANDEIRANTE.....	2.436.990	2.265.259	189.935	149.910
CPFL PAULISTA.....	3.357.090	5.121.513	250.660	354.957
ELEKTRO.....	5.040.609	4.446.609	331.104	249.678
CPFL PIRATININGA.....	1.454.371	2.259.035	113.394	149.807
Outras.....	1.091.316	1.205.280	79.084	70.185
Agentes Comercializadores.....	2.530.982	-	65.942	-
	24.456.644	24.022.179	1.687.834	1.562.727
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE				
Reversão (parte) Energia de C.Prazo -	-	-	-	(30.385)
2000/2001.....				
Energia de Curto Prazo -	-	-	-	100.184
2002.....				
Energia de Curto Prazo.....	-	-	145.674	78.865
	-	-	145.674	148.664
Energia de Geradores Livres				
Acordo de Reembolso	-	-	-	3.229
.....				
Apropriação - 2001 e	-	-	-	13.185
2002.....				
	-	-	-	16.414
Total.....	28.459.267	26.886.410	2.129.776	1.915.985
.....				

Período de 6 meses encerrados em 30 de junho de		MWh (*)		R\$	
		2005	2004	2005	2004
Fornecimento					
Industrial.....		2.526.241	1.613.724	185.142	134.265
.....					
Comercial.....		12.134	-	965	-
.....					
Serviço		703.551	-	42.781	-
Público.....					
		3.241.926	1.613.724	228.888	134.265
Recomposição	Tarifária	-	-	(4.950)	(5.023)
.....					
		3.241.926	1.613.724	223.938	129.242
Suprimento					
Contratos					
ELETROPAULO.....		1.440.025	4.347.882	117.020	326.064
BANDEIRANTE.....		387.763	1.291.965	32.581	98.604
.....					
CPFL PAULISTA		826.855	1.643.227	68.448	121.148
ELEKTRO.....		686.921	2.567.546	48.578	163.736
..					
CPFL PIRATININGA.....		395.492	784.644	33.039	59.594
Outras.....		479.348	515.409	43.014	36.304
Agentes		2.420.813	1.006.380		26.015
Comercializadores.....				87.115	
.					
		6.637.217	12.157.053	429.795	831.465
Leilão de Energia					
Concessionárias		3.433.067	-	213.194	-
Diversas.....					
		10.070.284	12.157.053	642.989	831.465
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE					
Energia	de	Curto	-	-	127.774
Prazo.....					29.137
Total.....			13.312.210	13.770.777	994.701
..					989.844

Estrutura de capital e acionistas controladores

Capital Social

O capital social da Cedente é de R\$ 2.655.433.454,45, totalmente integralizado e dividido em 93.698.261.790 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da CESP são divididas em ações ordinárias e ações preferenciais, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas da CESP em 30 de junho de 2005:

Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Total	
TOTAL (EM PODER DO ESTADO)	35.846.052.357	73,8460	14.007.641.280	31,0201	49.853.693.637	53,2066
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA	6.123.202.978	12,6143	12.305.024.564	27,2497	18.428.227.542	19,6676
CENTRAIS ELÉT. BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	37.633.530	0,0775	6.664.526.897	14,7587	6.702.160.427	7,1529
BNDES PART S.A BNDESPAR	-	-	1.247.713.019	2,7631	1.247.713.019	1,3316
BANCO VOTORANTIM S.A.	-	-	147.999.999	0,3277	147.999.999	0,1580
THE BANK OF NEW YORK-ADR DEPARTMENT	-	-	217.384.800	0,4814	217.384.800	0,2320
GWJ EMP PARTICIPAÇÕES LTDA.	460.975.687	0,9496	-	-	460.975.687	0,4920
UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS LUXS	195.000.000	0,4017	-	-	195.000.000	0,2081
WISTERIA HOLDINGS LLC	707.824.140	1,4582	119.000.000	0,2635	826.824.140	0,8824
THE MONET AUTH OF SINGAPORE	-	-	174.641.484	0,3867	174.641.484	0,1864
PREFEITURAS MUNICIPAIS	2.704.369	0,0056	1.215.009	0,0027	3.919.378	0,0042
FAZENDA ESTADO M. GROSSO	4.384.140	0,0090	-	-	4.384.140	0,0047
FAZENDA DO ESTADO GOIÁS	73.050	0,0002	-	-	73.050	0,0001
OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS	4.604.390.527	9,4854	10.035.356.314	22,2234	14.639.746.841	15,6244
PESSOAS FÍSICAS	552.675.932	1,1386	205.018.195	0,4540	757.694.127	0,8087
OUTROS - NÃO IDENTIFICADOS	6.734.850	0,0139	31.088.669	0,0688	37.823.519	0,0404
TOTAL	48.541.651.560	100,0000	45.156.610.230	100,0000	93.698.261.790	100,0000

Fonte: Site Cesp

A CESP, como sociedade de economia mista, é controlada pelo Poder Público, que detém uma participação total de 53,2% de seu capital social. Dentre os entes públicos, destaca-se a Fazenda do Estado de São Paulo, com uma participação de 51,77% no capital social da Cedente. Integra também o grupo dos controladores da CESP o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa, recentemente privatizado, com uma participação de 19,67%.

A CESP está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), mediante emissão de ações ordinárias e preferenciais, contanto que seja respeitada a proporção entre as ações já existentes. A CESP também pode emitir bônus de subscrição desde que seja respeitado o limite do capital autorizado, acima mencionado. As ações ordinárias da CESP conferem aos seus titulares direito de voto nas deliberações das assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto, mas prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Cedente. O Estatuto Social da CESP prevê a distribuição anual de lucros, após constituição da reserva legal, da seguinte forma: (i) dividendo prioritário de 10% às ações preferenciais, calculado sobre o capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre estas; e, (ii) em seguida, dividendo de até 10% às ações ordinárias, calculado sobre o capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre estas. Até 20% do valor não distribuído aos acionistas na forma descrita acima é investido na expansão das atividades da Cedente, respeitado o limite de 10% do capital social.

Antes de distribuir dividendos aos seus acionistas, a CESP deve constituir reserva legal, sendo destinados a ela 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social da CESP.

Segue abaixo descrição sumária dos principais acionistas da CESP.

Fazenda do Estado de São Paulo

A administração da Fazenda do Estado de São Paulo é atualmente de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a “Secretaria da Fazenda”). A Secretaria da Fazenda foi criada em 1892 e, na sua origem, acumulava as funções de (i) arrecadação, guarda e manipulação dos recursos públicos; (ii) planejamento e coordenação da atividade econômica e social do Estado. Atualmente suas funções são basicamente duas: (i) controle da arrecadação de tributos estaduais; e (ii) controle das despesas do Estado. Em 1968, a Secretaria da Fazenda delegou ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC as funções de proteção e fiscalização dos interesses estaduais, em entidades em que a Fazenda Estadual figurasse como acionista. O CODEC permanece ainda hoje como o responsável pela defesa dos interesses estatais em sociedades de economia mista, como é o caso da CESP.

Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa

O Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa foi criado em 1909, sob a denominação de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo. Em 1926, o Governo Estadual se tornou acionista majoritário e o Banco teve sua razão social alterada para “Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA”. Nas décadas seguintes, o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa manteve o foco no setor agrícola e ao mesmo tempo expandiu sua rede de agências pelo estado e pelo país, ampliando consideravelmente seu volume de depósitos bancários. Nos anos 60, para enfrentar mudanças ocorridas no setor bancário, o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa incorporou outros bancos e continuou ampliando sua rede, abrindo seu capital ao final da década. Nas décadas de 70 e 80, o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa se consolidou como grupo financeiro, compreendendo várias empresas financeiras e não-financeiras. Em 29 de dezembro de 1994, iniciou-se a intervenção federal no banco, que se estendeu até 27 de novembro de 1996, com a transferência de 51% das ações para o Governo Federal, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano 2000, o grupo Santander Central Hispano arrematou participação de 60% do capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa, em leilão decorrente do programa de privatização de empresas estatais.

Administração

A CESP é administrada, nos termos dos artigos 9º, incisos II e III, 17 e 24 de seu Estatuto Social, por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

O Conselho de Administração é composto por até 16 membros titulares, eleitos por Assembléia Geral, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, cabendo aos eleitos designarem entre si, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da CESP, através de diretrizes fundamentais de administração, bem como a fiscalização da observância de tais diretrizes.

A Diretoria é composta por até 6 membros, sendo 1 Presidente e os demais Diretores, com mandato de 3 anos, admitida a reeleição. A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação da CESP, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da CESP.

Conforme anteriormente mencionado, a CESP e EMAE passaram a ter gestão administrativa unificada. Ainda que o Conselho de Administração de CESP e EMAE seja distinto, a Diretoria de ambas conta com administração exercida pelas mesmas pessoas, na maioria dos cargos.

Conselho de Administração

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
Mauro Guilherme Jardim Arce	27.04.2005	Presidente
Ruy Martins Altenfelder Silva	27.04.2005	Vice-Presidente
Carlos Pedro Jens	27.04.2005	Conselheiro
Fernando Carvalho Braga	27.04.2005	Conselheiro
Gustavo de Sá e Silva	27.04.2005	Conselheiro
Cláudia Maria Costin	27.04.2005	Conselheiro
Luiz de Freitas Bueno	27.04.2005	Conselheiro
Nelson Vieira Barreira	27.04.2005	Conselheiro
Norberto de Franco Medeiros	27.04.2005	Conselheiro
Antonio Mardevanio Gonçalves da Rocha	27.04.2005	Conselheiro (Empregados)
Fernando Maida Dall' Acqua	27.04.2005	Conselheiro
Luiz Tacca Júnior	27.04.2005	Conselheiro
Rogério da Silva	27.04.2005	Conselheiro
Martus Antonio Rodrigues Tavares	27.04.2005	Conselheiro

Diretoria

Nome do Diretor	Data da Posse	Até	Cargo
Guilherme Augusto Cirne de Toledo	23/05/05	23/05/08	Presidente
Vicente Kazuhiro Okazaki	23/05/05	23/05/08	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Hilton Paulo da Silva	23/05/05	23/05/08	Diretor Administrativo
Iramir Barba Pacheco	23/05/05	23/05/08	Diretor de Planejamento, Engenharia e Construção
Silvio Roberto Areco Gomes	23/05/05	23/05/08	Diretor de Geração Oeste
Antonio Bolognesi	23/05/05	23/05/08	Diretor de Geração Leste

Conselho Fiscal

Efetivos	Suplentes	Data de Eleição
Antônio Carlos Figueiredo	Ana Maria Linhares Richtman	27.04.2005
Atílio Gerson Bertoldi	Guilherme Luís da Silva Tambellini	27.04.2005
José Eduardo Pessini	Raimundo Francisco Alencar de Melo	27.04.2005
Reginaldo Antonio Ribeiro	Amancio Acursio Gouveia	27.04.2005
Pedro de Carvalho	Wilson Luiz Matar	27.04.2005

Atividades da Cedente

Após a cisão sofrida pela CESP durante o ano de 1999, no âmbito do processo de privatização das empresas do setor energético controladas pelo Estado de São Paulo, a CESP passou a se dedicar, predominantemente, à prestação de serviço público de geração de energia elétrica através da exploração dos potenciais hidráulicos das bacias situadas nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Desde então, a CESP desenvolve projetos para a prestação desse serviço, executando ainda atividades inerentes à concessão, tais como construção de usinas hidrelétricas, manutenção das já existentes, melhoria na qualidade dos serviços etc.. Durante o período de transição para o sistema de livre concorrência previsto na legislação do setor elétrico após 1995, e por força dos Contratos Iniciais firmados em meados de 1999 com vigência até dezembro de 2005 assinados com as concessionárias distribuidoras de energia elétrica, a CESP cobra tarifas, homologadas pelo Poder Concedente e passíveis de reajuste e revisão. Os reajustes ocorrem a cada doze meses e as revisões a qualquer tempo, sempre que o equilíbrio contratual da concessão seja ameaçado.

De acordo com a Lei do Setor Elétrico, a partir de 2003 os montantes de energia e de demanda de potência, cuja contratação e preços foram determinados pelos Contratos Iniciais, vem sendo reduzidos em 25% ao ano (veja Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro”). Em 2003 foi descontratado montante equivalente a 25% da energia elétrica fornecida pela CESP de acordo com os Contratos Iniciais, e, em 2004, novo montante, também equivalente a 25% da energia elétrica fornecida pela CESP de acordo com os Contratos Iniciais, foi descontratado. Durante 2005 ainda restarão 25% dos volumes de energia dos Contratos Iniciais. Em 2004, observando o que a legislação permitiu, a Cedente aditou vários Contratos Iniciais mantendo, no ano de 2004, níveis próximos aos montantes contratuais de 2003.

Processo Produtivo

A CESP produz energia elétrica a partir do aproveitamento hidráulico. Através desse processo produtivo, a energia cinética da água dos rios e a energia potencial das represas são transformadas em energia mecânica e, finalmente, em energia elétrica. As turbinas são responsáveis pela transformação da energia hidráulica em mecânica que, por sua vez é transformada em energia elétrica através da utilização de geradores. A potência elétrica obtida depende (i) da vazão da água que passa pelas turbinas e da (ii) altura da queda d'água. As usinas hidrelétricas da CESP são de dois tipos, conforme a natureza de operação: (i) fio d'água, as quais possuem

reservatório que regularizam o nível do rio diariamente ou semanalmente e (ii) acumulação, as quais possuem reservatório com volume suficiente para regularização anual ou plurianual do rio para um período de 5 anos. As primeiras não possuem capacidade de acumulação de água em seus reservatórios, ou seja, toda a vazão da água do rio é direcionada (i) às turbinas, para a geração de energia elétrica, ou (ii) ao curso do rio. As segundas, ao contrário, possuem capacidade para acumular água em seus reservatórios, podendo enfrentar períodos de escassez de chuvas de até 4 anos de duração.

Em 2004, a produção de energia elétrica das usinas da CESP atingiu 36.340,3 GWh, representando um decréscimo de 1,81% em relação ao ano de 2003 e um acréscimo de 37,74% em relação ao ano de 2001, ano do racionamento de energia elétrica.

Estratégia

A conclusão do complexo hidrelétrico Porto Primavera, em outubro de 2005, equipará o complexo com a 14ª turbina (originalmente planejou-se instalar até 18 turbinas em Porto Primavera). Porém, a CESP decidiu concluir as obras com a instalação da 14ª turbina. Unidades adicionais, embora adicionassem capacidade instalada (que poderia ser usada para gerar energia elétrica em picos de fluxo de água durante o ano), não gerariam aumento na Energia Assegurada). Com isso, o foco da CESP foi alterado, passando da expansão da capacidade de geração de energia para a manutenção da eficiência operacional de todo o negócio. Ao mesmo tempo, a administração da CESP tem empreendido esforços para reestruturar suas dívidas, alongar o perfil das suas dívidas e reduzir a porcentagem de dívidas indexadas em moeda estrangeira. Nesse sentido, a CESP objetiva refinar suas dívidas remanescentes; reestruturar o capital social e vender uma proporção maior de sua energia ao consumidor final.

A CESP vem passando, há algum tempo, por um período de dificuldades financeiras e de liquidez em função da situação adversa de mercado, resultante da queda do consumo de energia elétrica, da redução de receita em decorrência da descontração de energia elétrica em montante equivalente a 25% da energia anteriormente contratada sob os Contratos Iniciais, da dificuldade na negociação da referida parcela de energia liberada dos Contratos Iniciais, dos baixos preços no mercado de curto prazo do MAE, da forte desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano e da concentração de compromissos no curto prazo.

Por conta das dificuldades pelas quais vem passando, a principal estratégia da CESP é a administração de sua situação financeira através do constante planejamento econômico-financeiro, sem descuidar da sua atividade preponderante de geração de energia elétrica. Nesse sentido, faz parte da estratégia da CESP estabelecer novos contratos de venda de energia elétrica, principalmente com Consumidores Livres, e comercializar energia elétrica com concessionárias distribuidoras de todo o País, conforme previsto na legislação recentemente estabelecida.

Crescimento de Novos Negócios

Os Contratos Iniciais consubstanciam as quantidades de potência e de energia a serem obrigatoriamente fornecidas, pela CESP, às respectivas distribuidoras de energia. Foram estabelecidos montantes para 1999, 2000 e 2001. Durante 2002, foram repetidos os montantes indicados para 2001. De 2003 a 2005, os montantes

aplicáveis para 2001 e 2002 serão reduzidos à razão de 25% ao ano, de forma que esses montantes chegarão a zero em 2006. Isso significa que toda a energia elétrica contratada terá sido liberada dos Contratos Iniciais em 2006 e os volumes descontratados dos Contratos Iniciais poderão ser livremente negociados pela CESP, não mais sujeitos a tarifas controladas, mas a preços de mercado, tendo a CESP voltado seus esforços de venda na direção do mercado representado pelos Consumidores Livres de energia elétrica.

Desta forma, com a redução dos montantes contratados sob os Contratos Iniciais, conforme o cronograma legal acima mencionado, a CESP tem envidado esforços no sentido de substituir a parcela que está sendo descontratada no âmbito dos Contratos Iniciais por novos contratos bilaterais com as concessionárias distribuidoras e novos contratos com Consumidores Livres. A quantidade remanescente da energia não contratada por meio destes contratos está sendo comercializada no MAE.

Durante o ano de 2003, do total de 3.658 MW Médios vinculados aos Contratos Iniciais da CESP em 2002, 75% deste montante (2.744 MW Médios) permaneciam contratados nos Contratos Iniciais, e 265 MW Médios foram comercializados com Consumidores Livres.

Em 2004, os montantes de energia vinculados aos Contratos Iniciais da CESP foram aditados em 18%, atingindo 2.476 MW Médios, sendo que 678 MW Médios foram comercializados com Consumidores Livres.

Em 7 de dezembro de 2004, e em 2 de abril de 2005, a CCEE conduziu os dois primeiros leilões de energia, conforme os procedimentos estabelecidos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. De acordo com essa lei, as concessionárias de geração de energia elétrica que tenham a intenção de vender energia para companhias de distribuição sob concessão são obrigadas a participar dos leilões. Em tais leilões, as companhias geradoras e distribuidoras firmaram os CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), por meio do qual as partes estabeleceram o preço e a quantidade de energia contratada. Os CCEARs estabeleceram que os preços serão anualmente ajustados de acordo com a variação do IPCA. As companhias distribuidoras concederam garantias financeiras às companhias geradoras (principalmente recebíveis originados de atividades de distribuição), para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento nos termos dos CCEARs. Os CCEARs firmados pela CESP têm prazo de 8 anos, com datas iniciais de entrega começando em 2005, 2006, 2007, 2008. A tabela indica os preços e a energia negociada nos termos dos CCEARs, para os seguintes períodos:

	2005-2012	2006-2013	2007-2014	2008-2015
MW/Médio	800	1.178	20	170
R\$/MW/h	62,10	68,37	77,70	83,50

Para o ano de 2005, além dos 25% (915 MW Médios) vinculados aos Contratos Iniciais, a CESP já contratou 1.100 MW Médios com Consumidores Livres, por meio de contratos bilaterais, que incluem os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica cedidos ao Fundo.

Aquisição de energia elétrica

A CESP adquiriu, no passado, uma porcentagem significativa de eletricidade vendida pela usina de Itaipu, a maior usina hidrelétrica operante no mundo, com uma capacidade instalada de 12.600 MW. De acordo com um tratado firmado em 1973, entre Brasil e Paraguai, o Brasil está comprometido a adquirir a maioria da energia produzida por Itaipu. Até junho de 1999, companhias de eletricidade que operavam sob concessão nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, como a CESP, eram obrigadas por lei a adquirir a porção cabível ao Brasil da energia gerada por Itaipu, proporcionalmente ao volume de eletricidade que elas historicamente vinham fornecendo aos consumidores.

Desde a introdução da Resolução 215, adotada pela ANEEL em junho de 1999 (“Resolução 215”), de acordo com a qual a CESP não mais está obrigada a adquirir eletricidade de Itaipu para repasse às companhias distribuidoras, a CESP diminuiu significativamente as compras de energia de Itaipu. Em 2003 e 2004, a CESP adquiriu de Itaipu 408 GWh e 407 GWh, respectivamente, de energia para revenda, equivalente a 100% do total de eletricidade adquirida pela CESP nesses exercícios.

Além das aquisições de energia de Itaipu, a CESP pode também adquirir, se necessário, por meio de contrato, ou através da CCEE, no melhor preço de mercado, eletricidade gerada por outras companhias geradoras, a fim de suprir a demanda de consumidores que não possa ser alcançada pelas usinas hidrelétricas da CESP. O preço de eletricidade no mercado reflete o nível atual e projetado de fornecimento e demanda. A principal fornecedora dessa eletricidade da CESP tem sido Furnas. De acordo com a Resolução 215, companhias distribuidoras podem agora adquirir eletricidade diretamente de Furnas.

Padrão dos serviços

A CESP, por ser concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, deve atender a diversos requisitos de qualidade e padrão na prestação desse serviço, estabelecidos pela ANEEL e pela legislação do setor elétrico. Caso não atenda aos requisitos estabelecidos, a CESP estará sujeita a penalidades que vão desde advertência até caducidade da concessão. A multa, na ocorrência das faltas mais graves, pode chegar a 2% sobre o faturamento correspondente aos últimos doze meses anteriores à sua imposição. Não há registro, nos últimos 10 anos, de penalidades impostas à Cedente pela não observância de adequados padrões técnicos na prestação do serviço público de energia elétrica.

Concentração de clientes

Os principais clientes da CESP são 5 empresas distribuidoras de energia elétrica e 31 clientes industriais. Em 30 de junho de 2005, aproximadamente 25% da energia comercializada pela Cedente o era com aquelas distribuidoras, nos termos dos Contratos Iniciais e seus aditivos. O Anexo VI aos Contratos Iniciais consiste em Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento de Obrigações (“Contrato de Constituição de Garantia”), no qual é previsto mecanismo de bloqueio de determinadas contas correntes das distribuidoras em caso de inadimplemento em relação aos pagamentos devidos à CESP sob os Contratos Iniciais. O Contrato de Constituição de Garantia não estabelece sanções em caso de descumprimento de suas disposições pelas demais partes contratantes, inclusive pelas distribuidoras.

Alem dos clientes acima, a CESP também vendeu energia no leilão de energia velha realizado em 7 de dezembro de 2004, a 35 distribuidoras de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR.

Serviços

Considerações gerais

O setor de energia elétrica encontra-se dividido em quatro segmentos: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O sistema de geração envolve a produção de energia elétrica a partir do movimento originado de dois sistemas principais: (i) hidráulico ou (ii) térmico, este incluindo a energia nuclear. A energia produzida é transformada por uma estação elevatória para transmissão por linhas de alta tensão a pontos de entrega situados em subestações, onde serão novamente transformadas antes da entrega ao cliente final. A responsabilidade da CESP é a geração de energia para disponibilização nos pontos de entrega situados nas subestações de suas usinas. A partir de então a energia é entregue ao sistema de transmissão, de responsabilidade de terceiros.

Desde a sua criação, e mesmo após sua cisão parcial, a CESP continua sendo a maior companhia geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo, o economicamente mais desenvolvido do país, e a terceira maior geradora do Brasil.

Geração de energia elétrica

Para a geração de energia elétrica, a CESP dispõe de seis usinas hidrelétricas, as quais opera sob orientações do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e fiscalização da ANEEL. Destas usinas advém toda a produção de energia da CESP. Os recursos auferidos com a venda da energia produzida pela CESP compõem aproximadamente 99% de sua receita total.

A CESP é auto-suficiente com relação à geração de energia necessária ao cumprimento dos Contratos Iniciais e dos seus contratos com Consumidores Livres. Em caso de necessidade, entretanto, eventuais compras de energia para o cumprimento de tais contratos poderão ser realizadas no âmbito do MAE, e principalmente utilizando o MRE, dispositivo de seguro contra riscos hidrológicos que permite transferir energia produzida em outras usinas de outros concessionários a custo baixo, equivalente à Tarifa de Otimização - TEO.

A produção das usinas hidrelétricas da CESP está discriminada na planilha a seguir:

Em GWh:

Usina	2000	2001	2002	2003	2004
Ilha Solteira	16.368,90	11.390,50	14.202,60	16.172,40	15.807,8
Três Irmãos	2.606,10	1.177,7	2.920,8	2.512,20	2.053,1
Jupiá	10.048,90	7.184,70	8.433,20	8.948,40	8.801,0
Porto Primavera	3.029,1	6.174,10	8.585,40	9.057,10	9.445,4
Paraibuna	380,70	362,40	270,40	264,50	197,6
Jaguari	71,20	94,0	91,9	54,70	35,4
Total	32.504,90	26.383,40	34.504,30	37.009,30	36.340,3

Outros Serviços

Além da prestação de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP pode prestar serviços na área de consultoria, os quais visam (i) garantir ou aumentar a confiabilidade, a disponibilidade e a manutenibilidade de equipamentos e instalações; (ii) garantir ou aumentar a qualidade e a economicidade dos serviços de operação e manutenção, bem como de sua gestão; e (iii) propiciar melhorias funcionais e operacionais de equipamentos e instalações. Esses serviços encontram-se subdivididos nas seguintes áreas de atuação: (i) engenharia de manutenção eletromecânica; (ii) modernização de usinas e subestações; (iii) medições e ensaios especiais; (iv) engenharia de manutenção civil e segurança de barragens; (v) sistemas de operação em situações de emergência; (vi) planejamento energético de curto prazo; (vii) operação de instalações; (viii) hidrometeorologia e (ix) comercialização.

Investimentos realizados e a realizar

Usina Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)

Nos últimos anos, o principal projeto da CESP tem sido a expansão da usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também conhecida como Porto Primavera. A construção da usina foi iniciada em 1980, mas foi adiada por causa das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil nos anos 80. O projeto foi reiniciado em 1995. De acordo com o plano original, Porto Primavera teria 18 turbinas, com capacidade instalada de 1.814 MW, e Energia Assegurada de 1.017 MW. Contudo, a CESP decidiu encerrar as obras com a instalação da 14ª turbina. Unidades adicionais, embora acrescentassem capacidade instalada (que poderia ser usada para gerar energia elétrica em picos de fluxo de água durante o ano), não gerariam um aumento da Energia Assegurada. Porto Primavera é a terceira maior usina hidrelétrica da CESP, depois das usinas Ilha Solteira e Jupiá. As turbinas 13 e 14 irão atuar como back-up, quando outras turbinas estiverem sendo utilizadas, e serão usadas como turbinas adicionais em períodos de pico no fornecimento de água.

A fim de abastecer o reservatório da usina Porto Primavera a 257 metros acima do nível no mar, e com isso operar a usina nos níveis de geração planejados, a CESP precisou obter aprovação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No dia 1º de dezembro de

2000, o IBAMA concedeu uma autorização de um ano à CESP para abastecer o reservatório a uma profundidade de 257 metros acima do nível do mar. No dia 3 de maio de 2002, a CESP recebeu uma nova licença de um ano, que expirou em maio de 2003. Em dezembro de 2002, dentro do prazo legal, a CESP solicitou sua renovação, estando hoje operando com a licença prorrogada, pendente de renovação. A CESP está buscando a renovação da licença do IBAMA para operar por um tempo mais longo. Não se pode assegurar que a CESP receberá a renovação da licença do IBAMA, ou que uma nova licença terá um prazo mais longo ou condições favoráveis para que a CESP opere sua usina. Qualquer insucesso da CESP em obter a renovação da licença do IBAMA em condições satisfatórias poderia causar um efeito material adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais e liquidez. Caso o IBAMA não se manifeste, a licença prorrogada hoje existente garante a operação da Usina.

Os trabalhos complementares em Porto Primavera estão praticamente concluídos, com 25 pontes, 226 quilômetros de rodovias já construídos, dentre outros, tendo a CESP cumprido muitas das obrigações ambientais relativas ao projeto, incluindo aquelas referentes ao reassentamento urbano, realocação de portos fluviais, proteção de margens de rios e o desenvolvimento de instalações recreativas. Todas as obras solicitadas pelo IBAMA e relativas a acordos com outras autoridades públicas, estão sendo finalizadas.

Do orçamento geral de R\$ 110 milhões, projetado pela CESP para investimentos em 2005, aproximadamente R\$ 40 é atribuído à usina Porto Primavera. Para financiar a construção da usina, a CESP utilizou uma combinação de recursos próprios e emissão de títulos da dívida no Brasil e no exterior.

Outras instalações

A CESP está procurando formas de complementar a energia hidrelétrica obtida através de usinas hidrelétricas já existentes, analisando tanto projetos de pequenas usinas hidrelétricas, como também de energia oriunda de novas usinas termoeletricas. Ao invés de investir nesses projetos, a CESP contribui com *know-how* técnico e experiência nas áreas de engenharia, operações e gestão. Em contrapartida, a CESP procura receber uma parte da energia gerada por esses projetos.

A CESP assinou dois memorandos de entendimentos com relação a esses projetos. O primeiro projeto diz respeito a uma usina de 300 MW em São Paulo que gera eletricidade a partir da cana de açúcar. O segundo projeto, ainda sob estudo, refere-se a uma instalação de 125 MW, parte integrante da Usina Seival, de 500 MW, que gera eletricidade a partir da queima de carvão em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul. A CESP também está cogitando a construção de uma nova usina termoeletrica em Três Irmãos, a usina Valparaíso, com relação à qual a CESP assinou um contrato de cooperação. A Administração da CESP acredita que esse projeto, caso seja adotado, seja viável tanto sob uma perspectiva operacional, em havendo operadores devidamente habilitados, como sob uma perspectiva regulatória e ambiental.

Concorrência

Em 1995, o Governo Federal iniciou a reestruturação do setor elétrico com o objetivo de implementar, gradativamente, a substituição de um mercado verticalizado e controlado, por um sistema de livre formação de preços, regido pela livre concorrência. Para introduzir a concorrência nesse setor, algumas medidas foram adotadas, propiciando (i) o fim do monopólio do Estado, através da implementação de política de privatização; (ii) a criação da ANEEL; (iii) a desverticalização do setor elétrico, com a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição; (iv) a ampliação do número de Consumidores Livres; (v) a criação da figura do Produtor Independente; (vi) a ampliação da atuação do autoproductor; (vii) a possibilidade de livre comercialização de energia por quase todos os agentes do mercado; (viii) a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE; e (ix) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Após diversos acontecimentos, os quais culminaram com a sua cisão parcial, a CESP passou a desempenhar exclusivamente a atividade de geração de energia elétrica, abastecendo inicialmente o Estado de São Paulo. No sentido da implementação do mercado competitivo, a CESP celebrou, durante o ano de 1999, Contratos Iniciais com as distribuidoras de energia elétrica do Estado de São Paulo.

Conforme acima referenciado, e com base na legislação e nos Contratos Iniciais, após 2002 a eletricidade fornecida obrigatoriamente pela CESP às distribuidoras vem sendo reduzida em 25% ao ano, conforme acima mencionado.

Com a implementação do ambiente competitivo no setor elétrico, outras companhias geradoras de energia elétrica (e até mesmo termoeletricas) podem oferecer energia aos clientes da CESP. Adicionalmente, produtores independentes, com mais experiência em mercados não regulados, podem obter autorizações para fornecer energia elétrica no Estado de São Paulo, o mesmo podendo ocorrer com autoproductores. A CESP passou, portanto, a enfrentar competidores do setor privado e internacional nesse novo ambiente.

Por outro lado, a CESP pode fornecer energia para outras regiões do país, além do submercado da região Sudeste. A administração da CESP também acredita que a eletricidade gerada por usinas termoeletricas pode ser significativamente mais cara do que aquela gerada por usinas hidroelétricas, tendo em vista que as primeiras estão sujeitas a oscilações nos preços dos combustíveis (petróleo e gás). A possibilidade de venda de energia para as diferentes regiões, viabilizada recentemente, amplia o número de concorrentes da CESP no mercado relevante paulista, mas também possibilita que a CESP participe de mercados de outras regiões.

Contratos relevantes

Contrato de Concessão

Em 12 de novembro de 2004, a CESP firmou o Contrato de Concessão N° 003/2004/ANEEL-CESP entre o Governo Federal, por meio da ANEEL, e o Estado de São Paulo, como parte interveniente, abarcando

as seis usinas atuais da CESP. O objetivo do Contrato de Concessão é regular a exploração pela CESP das usinas hidrelétricas e respectivas instalações de transmissão.

O Contrato de Concessão estabelece que cada usina hidrelétrica deve ser considerada como uma concessão individual, especialmente no que diz respeito à caducidade, intervenção pelo poder concedente, encampação, transferência ou extinção da concessão. Os prazos da concessão para cada usina estão indicados a seguir:

Usina Hidrelétrica	Município	Prazos da Concessão
Ilha Solteira	Ilha Solteira	7 de julho de 2015
Jaguari	São José dos Campos	20 de maio de 2020
Jupia	Castilho	7 de julho de 2015
Paraibuna	Paraibuna	9 de março de 2021
Porto Primavera	Rosana	21 de maio de 2008
Três Irmãos	Pereira Barreto	18 de novembro de 2011

O prazo da concessão das usinas hidrelétricas Porto Primavera e Três irmãos pode ser renovado por um período adicional de 20 anos, por meio de requerimento da CESP, estando sujeito à prestação adequada dos serviços de geração, a serem verificados pela ANEEL. A CESP precisa requerer a renovação da concessão 36 meses antes do término da concessão. A ANEEL pode conceder ou recusar a renovação 18 meses antes do término do prazo de cada concessão. A CESP requereu a renovação do prazo de concessão da usina Porto Primavera por 20 anos.

O Contrato de Concessão prevê que o preço de venda da eletricidade gerada pelas usinas hidrelétricas deve ser livremente negociado pela CESP. Essa disposição se aplica a toda energia gerada pela CESP, exceto aquela vendida nos termos dos Contratos Iniciais. Contudo, tendo em vista que os maiores clientes da CESP são companhias distribuidoras, e que essas companhias distribuidoras comprarão energia no mercado regulado, através de leilões realizados pelo Governo Federal, o preço máximo que pode ser cobrado pela CESP é, de certo modo, limitado.

O Estado de São Paulo se comprometeu a alterar o Estatuto Social da CESP, de modo a estabelecer que a venda, cessão ou qualquer forma de transferência de ações que representam o controle da CESP, deverão ser previamente aprovadas pela ANEEL.

Contratos de Compra e Venda de Energia

Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR

Em dezembro de 2004, a CESP firmou com distribuidoras de energia elétrica os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, por meio do qual vendeu aproximadamente

1.998 MW médios para atendimento das necessidades de mercado das distribuidoras participantes, o que representou 11,7% do total de energia negociado no leilão de energia velha que originou os CCEAR. Para uma maior descrição dos CCEAR, veja o item “Características dos CCEAR Cedidos” da Seção “Os Direitos Creditórios” acima.

Contratos Iniciais

A CESP possui Contratos Iniciais vigentes até 31 de dezembro de 2005 com as distribuidoras (i) Companhia Paulista de Força e Luz, (ii) Elektro – Eletricidade e Serviços S.A., (iii) Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., (iv) Bandeirante Energia S.A. e (v) Companhia Piratininga de Força e Luz, além de outras concessionárias de menos porte. Os montantes de energia e demanda de potência contratados com cada distribuidora, bem como as respectivas tarifas, foram homologadas pela ANEEL.

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com Consumidores Livres

A Cedente possui contratos de compra e venda de energia elétrica com consumidores livres, dentre os quais se destacam os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados com (i) Ajinomoto, em 13 de novembro de 2003, conforme aditado em 12 de dezembro de 2003, (ii) Carbocloro, em 15 de outubro de 2003, (iii) CBA, em 30 de abril de 1998 e em 22 de dezembro de 2003, (iv) Codemin S.A., em 26 de setembro de 2003, conforme aditado em 27 de novembro de 2003, (v) Gerdau Açominas S.A., em 30 de dezembro de 2003, (vi) Polietilenos União S.A., em 25 de novembro de 2003, conforme aditado em 29 de março de 2004, e (vii) UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S.A. – Divisão Química, em 22 de dezembro de 2003, cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP, administrado pelo Banco Bradesco S.A.

A CESP possui ainda contratos de compra e venda de energia elétrica com (i) a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, firmado em 24 de fevereiro de 2005; (ii) a Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda, firmado em 11 de novembro de 2004; (iii) a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, firmado em 06 de dezembro de 2004 e (iv) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, firmado em 01 de novembro de 2004

Contratos com Agentes Comercializadores

Além de contratos com consumidores livres, a CESP possui contratos de compra e venda de energia elétrica com agentes comercializadores, dentre os quais se destaca o contrato firmado em 23 de dezembro de 2004 com a CPFL Comercialização Brasil S.A.

Empregados

Em 30 de junho de 2005, a CESP tinha 1.306 empregados, 1330, em 31 de dezembro de 2004, e 1.352, em 31 de dezembro de 2003. A diminuição no número de empregados nesse período reflete principalmente a aposentadoria de empregados.

Praticamente todos os empregados da CESP estão protegidos por acordos coletivos que são renegociados anualmente entre os sindicatos que representam os vários grupos de trabalhadores. O último acordo coletivo de trabalho, está vigente desde junho de 2005, e tem vencimento em maio de 2006. A cláusula de gerenciamento de pessoal (estabilidade), terá vigência até 31 de maio de 2007.

A CESP oferece uma série de benefícios a seus empregados, a maioria dos quais administrados pela Fundação CESP. O principal escopo da Fundação CESP é complementar a aposentadoria e os serviços de saúde disponíveis aos empregados da CESP. Uma reunião especial realizada em janeiro de 1998 entre os 10 patrocinadores do plano, que são as grandes companhias de eletricidade de São Paulo, incluindo a CESP, alterou o plano de benefícios da Fundação CESP para um plano definido de contribuição, eliminando risco de insuficiência de fundos para os patrocinadores e participantes. Todos os empregados da CESP são obrigados a participar do plano. O novo plano suplementar de benefícios consiste em um plano híbrido, que recebe 50,0% de seus fundos de contribuição anuais da CESP, e 50,0% da contribuição dos empregados.

Meio Ambiente

As atividades de construção e geração da CESP estão sujeitas às regulamentações federais, estaduais e municipais relativas ao meio ambiente. Desde 1973, a CESP tem um Departamento de meio ambiente, responsável pelas implementações das políticas de meio ambiente, através de estudos sobre impacto ambiental e programas relacionados.

A administração da CESP acredita que a CESP está de acordo com todas as leis e regulamentações ambientais aplicáveis, e que não há quaisquer problemas significativos relacionados ao meio ambiente que possam retardar qualquer projeto da CESP. A administração da CESP também acredita que haverá diminuição das despesas com meio ambiente em 2005 e 2006, uma vez que a maior parte dos gastos relativos à adequação às regras ambientais relacionados com a usina Porto Primavera foram concluídos no fim de 2003.

Seguros

A CESP mantém seguro para incêndio, acidente com terceiros e outros riscos relacionados com transporte e montagem de equipamentos. A CESP não possui seguro que cobre interrupção de atividades porque acredita que é baixo o risco de grande interrupção das atividades, considerando a energia disponível no Sistema Interligado no Sul-Sudeste. A CESP acredita que mantém os seguros que são costumeiros para as companhias que operam no setor de geração de energia elétrica e adequados para o negócio em que atua.

Principais Contingências

A CESP responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da CESP, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A CESP é pólo passivo em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, ambiental, trabalhista, bem como decorrentes de desapropriações. Em 30 de junho de 2005, o valor total pleiteado pelos demandantes é de R\$ 1.973 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para as contingências administrativas e judiciais é de R\$ 536 milhões, para as quais a CESP possui depósitos judiciais no montante de R\$ 25 milhões (ativo circulante) e R\$ 113 milhões (imobilizado em curso). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da CESP, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Abaixo segue uma descrição dos principais processos judiciais:

Reclamações Trabalhistas

Em 30 de junho de 2005, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 170 milhões. A CESP mantém registradas provisões para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 65 milhões e realizou depósitos judiciais de R\$ 12 milhões.

Uma das ações, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e Região, consiste em pedido de adicionais de periculosidade. Já foram emitidas decisões desfavoráveis à CESP em duas instâncias. Em 30 de junho de 2005, o montante em discussão era de R\$ 19 milhões, com provisão integral para este litígio.

Outras ações movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e , Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, a CESP acredita que o risco de perda nesta ação é remoto e por isso não constituiu provisão. O valor das reclamações em 30 de junho de 2005, era de R\$ 46 milhões.

Ação também movida pelo Sindicato de Campinas e Região alega que a CESP não aplicou corretamente a Unidade Real de Valor no cálculo das gratificações anuais na época da implantação do Plano Real. O juiz de primeira instância entendeu que o sindicato não é parte legítima para representar os trabalhadores neste tipo de litígio. O montante em discussão, em 30 de junho de 2005, era de R\$ 15 milhões.

Litígios Cíveis

Portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esse valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias n°s 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R\$ 33 milhões em 30 de junho de 2005, tendo sido registrada provisão de R\$ 14 milhões para essas obrigações, que corresponde à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos.

Ação de Indenização proposta por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Ação ajuizada em dezembro de 2000, por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra a CESP, objetivando indenização por perdas e danos oriundos da ociosidade de equipamentos e mão-de-obra na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). O valor pleiteado, em 30 de junho de 2005, era de aproximadamente R\$ 626 milhões. Dada a perspectiva de desfecho favorável, a CESP, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, não registrou provisão para fazer frente a essa ação.

Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP, intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 30 de junho de 2005, era de R\$ 144 milhões. A CESP não registrou provisão para fazer frente a eventuais indenizações, considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial e experiências anteriores, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

Ações de Desapropriações

Encontram-se em curso diversas ações em que se discute o valor da indenização a ser paga pela CESP, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy Geração Paranapanema e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista que, pelo Protocolo de Cisão Parcial, a responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31.03.1999 é da CESP. Em 30 de junho de 2005, o valor da pretensão dos reclamantes correspondente às diversas ações (inclusive CESP) era de

aproximadamente R\$ 782 milhões. A CESP mantém registrada uma provisão de R\$ 119 milhões para as obrigações, referente às empresas cindidas, que corresponde à expectativa de perdas, consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da CESP.

Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, as quais discutem a constitucionalidade da cobrança (i) da contribuição à Reserva Global de Reversão (“RGR”), (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do (iii) Salário Educação, além do recolhimento de impostos sobre a propriedade (i) predial e territorial urbana (IPTU) e (ii) rural (ITR). As principais ações são as seguintes:

RGR

Ação proposta pelo SIEESP, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações, as quais foram acolhidas, sendo que o SIEESP interpôs agravos de instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

COFINS

A CESP está questionando judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, tendo obtido liminar que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas. Até 30 de junho de 2005, o provisionamento atualizado referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 correspondente a esta ação, era de R\$ 304 milhões. Esta ação encontra-se em fase recursal. Em 2001, foi concedido provimento à apelação da CESP e estão pendentes os embargos declaratórios ingressados pela CESP.

Litígios Ambientais

A CESP responde por 35 ações ambientais que têm, por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores nelas envolvidos só serão apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais em curso na Comarca de Dourados pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R\$ 18 milhões em 30 de junho de 2005, sem provisão constituída.

Informações financeiras e operacionais selecionadas

Os quadros a seguir exibem dados financeiros selecionados da Cedente. Os dados financeiros selecionados originaram-se das demonstrações financeiras para os respectivos exercícios e períodos indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária. As demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 foram auditadas por Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 e 2004, bem como as demonstrações financeiras do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005, foram auditadas ou revisadas por PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes. As demais informações financeiras e operacionais, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, foram fornecidas pela CESP e não foram passíveis de auditoria.

R\$ milhões	Em 30.06.05	R\$ milhões	2002	2003	2004	2º Trimestre 2005	2º Trimestre 2004
Dívida Bruta	8.391	Receita Líquida	1.861	1.729	1.917	868	898
Dívida Líquida	8.386	EBITDA	1.497	1.357	1.470	570	681
Patrimônio Líquido	7.265	Resultado Financeiro	(4.299)	273	(816)	22	(1.030)
		Resultado Líquido	(3.418)	628	34	125	(480)
		Margem EBITDA	80%	78%	77%	66%	76%
		Margem Líquida	-	36%	2%	-	-
		EBITDA / Resultado Financeiro	0,35	-	1,80	-	0,66

Fonte: Demonstrações Financeiras de 31.12.2004 e Informações Trimestrais – ITR de 31.03.2005

R\$ Milhões	CP	%	LP	%	Total	%	Juros a.a.	Indexador
Moeda Estrangeira	754	15	4.128	85	4.882	58		
Instituições Financeiras	295	15	1.134	18	1.429	17	+/- 1%	Libor
MTN	215	11	1.248	19	1.463	17	13 a 14%	US\$/EUR
BNDES	40	2	1.054	16	1.095	13	2,86%	UMBND
Banco do Brasil	167	8	585	9	752	9	0,81%	Libor
CPFL	24	1	96	2	121	1	0,41%	50% Libor
Eletrobrás	11	1	2	0	14	0	n/d	US\$
Outras Instituições	1	0	8	0	9	0	n/d	n/d
Moeda Nacional	1.236	35	2.274	65	3.509	42		
Debêntures	416	21	250	4	666	8	2%	CDI
CTEE'S	272	14	431	7	703	8	2 a 2,5%	CDI
Instituições Financeiras	254	13	444	7	697	8	8,40%	TJLP / IGP-M
BNDES	288	14	1.080	17	1.368	16	1%	Selic
Eletrobrás	6	0	69	1	75	1	10%	IGP-M
Dívida Bancária	1.990	24	6.402	76	8.391	100		
Disponibilidades	(6)				(6)			
Dívida Bancária Líquida	1.984		6.402		8.386			

Fonte: Informações Trimestrais – ITR de 30 de junho de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. ANEXOS

- Instrumento de Constituição do Fundo
- Regulamento
- Suplemento
- Contrato de Cessão
- Súmula da Agência de Classificação de Risco
- Modelo de CCEAR Cedido

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

4797265

-9 SET 2001 4797265

PROTOCOLADO - MICROFILME

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

Pelo presente instrumento particular, a **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (o "Administrador"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") n.º 356/2001, em regime de condomínio fechado, que será denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II** (o "Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o **SR. ALEXANDRE ZÁKIA ALBERT**, natural de São Paulo, economista, solteiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397, inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20, na qualidade de diretor do Administrador;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo;
5. Contratar (i) o **Banco Itaú S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo; (ii) a **Standard & Poor's Rating Services**, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das Quotas seniores do Fundo; (iii) a **Deloitte Touche Tohmatsu**, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e (iv) o **Banco Itaú BBA S.A.**, o **Banco Bradesco S.A.** e o **Banco ABC Brasil S.A.**, para prestar os serviços de distribuição pública das Quotas Seniores de única emissão do Fundo, conforme indicado no item 6 abaixo (as "Instituições Intermediárias").
6. Deliberar sobre (i) a emissão, pelo Fundo, das quotas seniores da sua única emissão (as "Quotas Seniores") e quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas"), e em conjunto com as Quotas Seniores, as "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo as Quotas Seniores emitidas com valor unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil

TÍTULOS E DOCUMENTOS


9 SET 05 4797265

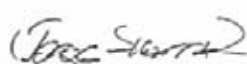
reais), e as Quotas Subordinadas emitidas com valor unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente no mercado de balcão não organizado (a "Oferta"), sob a coordenação das Instituições Intermediárias, e as Quotas Subordinadas serão subscritas de forma privada pela CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Cedente"), nos termos do "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II", a ser celebrado entre a Cedente e o Fundo; e

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, é firmada a presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 8 de setembro de 2005.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: 
 Cargo: João Estanislau F. de Castro
 Diretor
 INTRAG DTVM LTDA.

Por: 
 Cargo: Jorge Eric Sierra Rojas
 INTRAG DTVM LTDA.
 RNE W067804-3
 CPF: 127.839.088-08



4º Oficial de Registros de Títulos e Documentos
 e Civil de Pessoa Jurídica
 Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
 Tel. 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro

Apresentado hoje, protocolado e registrado
 em microfilme sob n.º

4797265

São Paulo, 09 SET 2005

Escrevente Autorizado

07040179

Emol.....: 262,43
 Estado/RC/TJ: 103,40
 Ipesp.....: 55,33
 TOTAL.....: 421,16
 SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VENDA

REGULAMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS CESP II**

CNPJ/MF n.º 07.589.985/0001-81

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administrador do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II** ("Fundo"), devidamente registrado no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 4797265189.486, de em 9 de setembro de 2005, e

CONSIDERANDO QUE:

- (i) A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do Ofício [•], formulou exigências a serem atendidas pelo Fundo, para que este possa distribuir as suas Quotas Seniores sem a contratação de garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora, nos termos da Instrução CVM n.º 356/2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393/2003 ("Instrução CVM 356");
- (ii) o Fundo ainda não tem Quotistas e, por esta razão, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393 de 22 de julho de 2003, ambas da CVM; e
- (iii) Os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, aqui utilizados e não definidos, têm o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento,

resolve firmar o presente "Instrumento Particular de Primeira Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II" ("Termo Aditivo"), de acordo com as seguintes cláusulas:

I. Fica alterada a redação da alínea (a) do Artigo 23 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"(a) Término Antecipado da Concessão. Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL

apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.”

II. Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 32 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

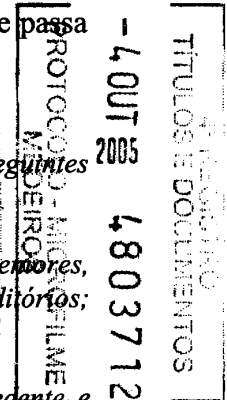
“Artigo 32. *O Fundo emitirá 2.000 (duas mil) Quotas Seniores com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:*

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;*
- b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais);*
- c) seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40; e*
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.”*

III. Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 33 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 33. *O Fundo emitirá 100 (cem) Quotas Subordinadas, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:*

- a) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Quotas Subordinadas.;*
- b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e deste Regulamento;*
- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais);*
- d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42; e*



e) observado o disposto no Capítulo Dezenove, direito de voto restrito nas Assembléias Gerais."

IV. Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 37 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 37. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta de titularidade do Fundo mantida na CETIP a ser indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação."

V. Fica alterada a redação do *caput* e parágrafo segundo do Artigo 38 do Regulamento, que passam a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 38. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, ou terceiro por este contratado, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador, ou pelo terceiro por este contratado, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista."

VI. Fica alterada a redação do Parágrafo Quarto do Artigo 40 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Parágrafo Quarto. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de definição do valor das Quotas Seniores entre os titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação e os titulares das Quotas Subordinadas, estes últimos optarão, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral, a informar ao Administrador, que procederá (i) ao resgate antecipado da totalidade das Quotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral, pelo seu valor calculado na forma do *caput* deste Artigo 40, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou (ii) à amortização das Quotas Seniores, em cronograma a ser estipulado pelos titulares das Quotas Subordinadas, o qual não excederá o Prazo de Duração. Nesta hipótese, durante o prazo de amortização das Quotas Seniores (a) todos os titulares de Quotas Seniores receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade das amortizações continuará sendo aquela estabelecido no Parágrafo Primeiro, do Artigo 32, observado que, até a amortização e o resgate final das Quotas Seniores, será utilizada a taxa de remuneração a ser definida pelos titulares das Quotas Seniores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em

PROTÓCOLO
2005
-4 OUT 5 4803712
TÍTULOS E DOCUMENTOS

circulação, reunidos em Assembléia Geral, e apresentada aos titulares das Quotas Subordinadas na referida Assembléia Geral. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.”

VII. Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 44 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 44. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição (i) no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas, e (ii) na CBLC, observada a responsabilidade das Instituições Intermediárias assegurarem que somente investidores qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.”

VIII. Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 54 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

Artigo 54. Caso, 180 (cento e oitenta) dias após a data da realização da Assembléia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 120 (cento e vinte) dias depois da data da realização da Assembléia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

IX. Fica alterada a redação do parágrafo quinto do Artigo 59 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Parágrafo Quinto. Fica estabelecido que os titulares de Quotas Seniores que mantenham as Quotas Seniores de sua titularidade custodiadas em outra entidade que não o Custodiante, em virtude de aquisição de Quotas Seniores no mercado secundário, não serão convocados diretamente pelo Administrador, mas sim por meio da entidade na qual estiverem custodiadas as Quotas Seniores de sua titularidade.”

X. Fica substituído o Anexo III – Suplemento, do Regulamento, pelo modelo que consta do Anexo III ao Regulamento ora consolidado, que constitui o Anexo I ao presente Termo Aditivo.

XI. O Administrador expressamente ratifica os demais Artigos, Parágrafos, alíneas e Anexos do Regulamento não alterados pelo presente Termo Aditivo.

XII. Em face das deliberações acima, o Regulamento do Fundo fica consolidado, nos termos do documento anexo.

São Paulo, 3 de outubro de 2005.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

João Estanislau F. de Castro
Diretor
INTRAG DTVM LTDA.

Jorge Eric Sierra Hojeda
INTRAG DTVM LTDA.
RNE W067804-3
CPF: 127.839.088-08

Testemunhas:

Carlos Fernando Teixeira
Nome: Carlos Fernando Teixeira
RG: 18.485.489
CPF: 174.199.158-73

Tatiana RG Conzatti
Nome: TATIANA RG Conzatti
RG: 242650740
CPF: 27000318813



4º Oficial de Registros de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro

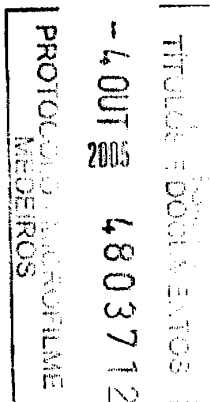
Apresentado hoje, protocolado e registrado
em microfilme sob nº **4803712**
Averbado no registro primitivo nº 4797265/05

São Paulo, 04 OUT 2005

Escrevente Autorizado

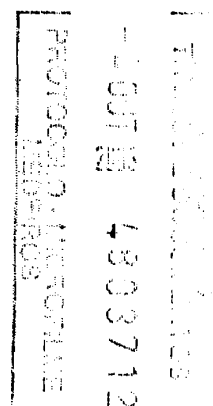
07137425

Emol.....: 261,76
Estado/RC/TJ: 103,22
Ipesp.....: 55,21
TOTAL.....: 420,19
SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA



*Anexo I ao Instrumento Particular de Primeira Alteração do Regulamento do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II*

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II**



[Handwritten signature]

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
CAPÍTULO UM – DO FUNDO	18
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	18
CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR	19
CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR	21
CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO	2526
CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	27
CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO	29
CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	3940
CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO	4041
CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	4142
CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	4344
CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE	4546
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	5152
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	5153
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	5253

1 TITULO E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	5354
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS ...	5868
CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO.....	5964
CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL	6062
CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6467
CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6567
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	6568
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	6769
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	6769
ANEXO I – LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS CEDIDAS	6874
ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	8588
ANEXO III - SUPLEMENTO.....	9699

FOTOCOPIADO - MICROFILME
MEDIOS

- 4 001 202 4 803 712

ANEXO I - DOCUMENTOS I

8

GLOSSÁRIO

ADINs – Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100.

Administrador – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5.

Agência de Classificação de Risco – é a Standard & Poor's ou sua sucessora.

Agente de Recebimento – é o Banco Itaú S.A., na qualidade de agente de recebimento dos valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

ANEEL – é a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Artigos – são os artigos dos Capítulos.

Assembleia Geral – é a assembleia geral de Quotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove.

Ativos Financeiros – são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõe o Patrimônio Líquido.

Bacen – é o Banco Central do Brasil.

BM&F – é a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

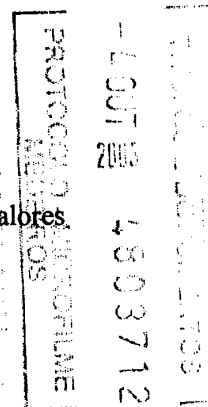
BOVESPAFIX – é o mercado de balcão organizado de renda fixa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Capítulos – são os capítulos do Regulamento.

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Cedente – é CESP - Companhia Energética de São Paulo, ou sua sucessora, a qualquer título.

Cessão Incondicionada - tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.



Cessão sob Condição Suspensiva - tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.

CETIP – é a Câmara de Custódia e Liquidação.

CNPJ/MF – é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Conta Autorizada da Cedente – é a conta corrente indicada pela Cedente para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento.

Conta Autorizada do Fundo – é a conta corrente mantida pelo Fundo no Banco Itaú S.A. para recebimento dos valores transferidos pelo Agente de Recebimento.

Conta de Recebimento e Pagamento – é a conta do Banco Itaú S.A., como Agente de Recebimento, na qual são depositados os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios.

Contrato de Cessão – é o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do Banco Itaú S.A.

Contrato de Colocação – é o “Contrato de Coordenação, Garantia Firme e de Melhores Esforços de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II”, celebrado entre o Administrador, a Cedente, o Banco Itaú BBA S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco ABC Brasil S.A..

Contrato de Concessão - é o Contrato de Concessão n.º 003/2004 – ANEEL – CESP firmado em 12 de novembro de 2004, entre a Cedente e a ANEEL, com a interveniência do Estado de São Paulo.

CCEAR Cedidos – são os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR firmado entre a Cedente e as Distribuidoras Cedidas nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que regulam o fornecimento de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas, cujos Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, e que estão identificados no Anexo I ao Regulamento.

Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores – é o “Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores”, celebrado entre a Cedente, o Fundo e o Agente de Recebimento.

PROTÓCOLO DE REGISTRO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
4803712

4803712
4803712

8

Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas – é o “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II”, celebrado entre o Fundo e a Cedente.

CPMF – significa a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador.

Crítérios de Elegibilidade – são os critérios definidos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, atendidos pelos CCEAR Cedidos.

CVM – é a Comissão de Valores Mobiliários.

Custodiante – é o Banco Itaú S.A., responsável pelos serviços de custódia, e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

Datas de Amortização – tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 32.

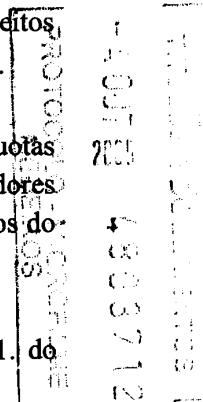
Data de Apuração – significa cada data de apuração do Fator da Cessão dos Direitos Creditórios, conforme calculado nos termos da Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.

Data de Emissão – é a data em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 37 e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.

Data de Início da Entrega – tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1. do Contrato de Cessão.

Data de Resgate – é a data em que se dará o resgate integral das Quotas, que deverá coincidir com a 60ª Data de Amortização das Quotas Seniores.

Direitos Creditórios – são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra as Distribuidoras Cedidas, advindos do fornecimento de energia elétrica, em conformidade



com os respectivos CCEAR Cedidos, representadas por Faturas Mensais de Energia Elétrica, cedidos ao Fundo por meio da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica decorrente da venda de energia elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa compensatórias e/ou indenizatórias, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Diretor Designado – é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

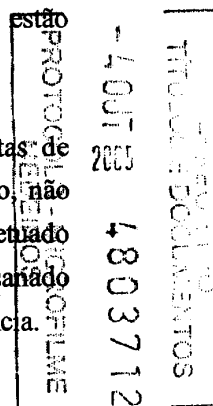
Disponibilidades – são os recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 14.

Distribuidoras Cedidas – são as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com as quais a Cedente firmou os CCEAR Cedidos, e que estão identificadas no Anexo I ao Regulamento.

Distribuidora Cedida Inadimplente - é a Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência.

Documentos Comprobatórios – são as Faturas Mensais de Energia Elétrica, emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido nos CCEAR Cedidos em conjunto com os respectivos CCEAR Cedidos.

Empresa de Auditoria – é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.



Encargos do Fundo – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29.

Eventos de Avaliação – são os eventos definidos no Artigo 51.

Eventos de Liquidação – são os eventos definidos no Artigo 52.

Fator de Cessão - em o significado que lhe é atribuído no item 2.2 do Contrato de Cessão.

Fatura Mensal de Energia Elétrica– é o documento preparado na forma do Anexo III do Contrato de Cessão, emitida em razão da realização da venda de energia elétrica pela Cedente às Distribuidoras Cedidas.

Fundo – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1.

FGC – Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos.

Governo Federal – é o governo federal da República Federativa do Brasil.

IGP-M – é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Cobertura – é o índice obtido pela divisão da (A) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40, acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes a um determinado Período de Disponibilidade, pelo (B) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas Inadimplentes, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir de fevereiro de 2006.

Instituições Autorizadas – são as instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABC Brasil S.A.; e (ii)

PROTÓTIPO - MICROFILME
MAY 2005
4803712
TITULO: REGULAMENTOS 1
- 4 OUT 55

instituições financeiras com classificação de risco mínima “AA”, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, pela Moody’s Investors Service e pela Fitch Atlantic Rating.

Instituições Intermediárias – são as seguintes instituições financeiras: Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABC Brasil S.A.

Instrução CVM 356 – é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003.

Instrumento de Garantia - são os instrumentos representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente descritos de forma resumida no Anexo II ao Contrato de Cessão.

Intermediário – corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.

Investidores Qualificados – são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

IPCA – é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

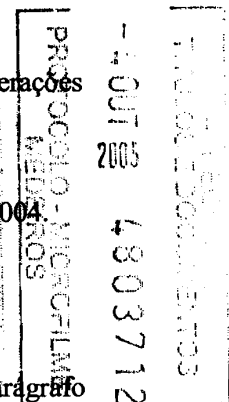
Lei de Concessões – é a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico – é a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

ONS – é o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Parâmetro de Rentabilidade – tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13.

Parcela da Fatura – cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica).



Parcela da Fatura Inadimplente – é, para fins de cálculo do Índice de Cobertura, uma Parcela da Fatura que não teve a totalidade do seu valor exigível efetivamente pago até o 3º (terceiro) dia útil anterior ao vencimento da Parcela da Fatura subsequente.

Partes Relacionadas – são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa.

Patrimônio Líquido – é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um.

Período de Disponibilidade – é cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusive, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive, conforme definido na Cláusula 2.2. do Contrato de Cessão.

Período de Capitalização - o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º dia útil imediatamente subsequente a uma dada Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o dia útil subsequente à Data de Emissão de Quotas.

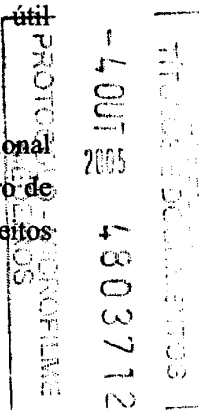
Plano Contábil – é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

Poder Concedente – é o Governo Federal.

Prazo de Duração – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4.

Preço de Aquisição – tem o significado que lhe é atribuído no item 1.5.2. do Contrato de Cessão.

Prospecto – é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.



Quantidade Mínima Mensal – tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2 do Contrato de Cessão.

Quotas – são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.

Quotas Seniores – são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma única série, observado o disposto neste Regulamento.

Quotas Subordinadas – são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma única série.

Quotistas – são os titulares das Quotas.

Quotistas Seniores – são os titulares das Quotas Seniores.

Quotistas Subordinados – são os titulares das Quotas Subordinadas.

Regulamento – é o regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica – é o relatório das Faturas Mensais de Energia Elétrica encaminhado pela Cedente ao Custodiante nos termos do Contrato de Cessão.

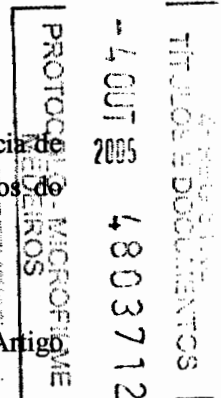
Relatório de Transferência de Direitos Creditórios – é o relatório de transferência de Direitos Creditórios encaminhado pela Custodiante ao Administrador nos termos do Contrato de Cessão, na forma do Anexo VII do Contrato de Cessão.

Reserva de Amortização e Resgate – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 41.

SELIC – é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

SFF – Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.

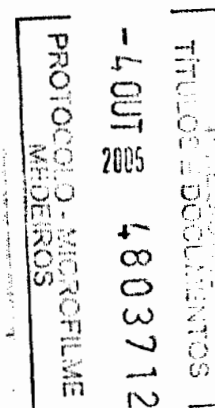
SOMAFIX – mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA.



Taxa DI – é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco – é o documento preparado sob a forma do Anexo II do Regulamento.

Valor Unitário de Emissão – é o valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada na Data de Emissão de Quotas, calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente.



Handwritten signature or initials.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

REGULAMENTO

CAPÍTULO UM – DO FUNDO

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II (“Fundo”), é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões, iniciados em Maiúsculas, neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Glossário deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. No prazo de até 10 (dez) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Parágrafo Único. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

Artigo 3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4. O prazo de duração regular do Fundo inicia-se na Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último (“Prazo de Duração”), podendo ser estendido, sem prejuízo do disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo e no Artigo 52.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo. O término do Prazo de Duração não afetará o cumprimento das obrigações do Fundo que tenham se tornado exigíveis até o último dia daquele, inclusive.

CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR

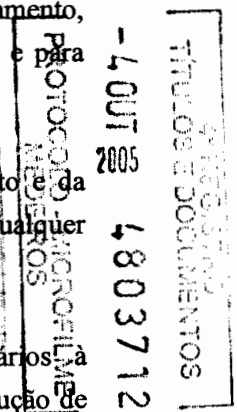
Artigo 5. O Fundo é administrado pela **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáua, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31 (o “Administrador”).

Parágrafo Primeiro. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral, e (ii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

Parágrafo Segundo. O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros.

Parágrafo Terceiro. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos (i) Direitos Creditórios; e (ii) Ativos Financeiros, ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado (i) aos Direitos Creditórios; ou (ii) aos Ativos



Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;

- c) constituir procuradores, inclusive para fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas.

Artigo 6. O Administrador poderá, mediante aviso aos Quotistas na forma prevista neste Regulamento, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único. Na hipótese de renúncia do Administrador prevista no *caput* deste Artigo, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da Assembléia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos titulares das Quotas Seniores na respectiva Assembléia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério dos referidos Quotistas, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assumam efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento. Decorrido este prazo, e não ocorrendo a substituição do Administrador, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação do Fundo previstos no artigo 52 deste Regulamento.

Artigo 7. O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de

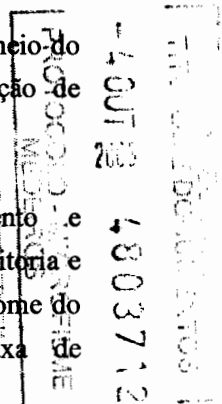
PROCOPIA MICROFILME
- 4 OUT 2005 4803712
TRULOS E DOCUMENTOS 1

continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

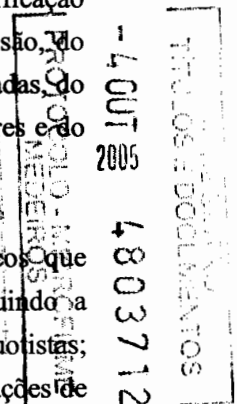
CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Artigo 8. São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356; e
 - (viii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Agente de Recebimento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico no qual o Fundo publica suas informações, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;



- e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;
- k) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e do Contrato de Colocação;
- l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;



- m) fazer, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante após realizada a auditoria anual:
- (i) extratos da Conta Autorizada do Fundo;
 - (ii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
 - (iv) o Relatório de Faturas Mensais de Energia Elétrica e Relatório de Transferência de Direitos Creditórios; e
 - (v) relatórios preparados pelo Agente de Recebimento nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.
- n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
- (i) a substituição do Administrador, do Custodiante ou da Empresa de Auditoria;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Regulamento, ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e ao Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores;
- o) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco; e
- p) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1.

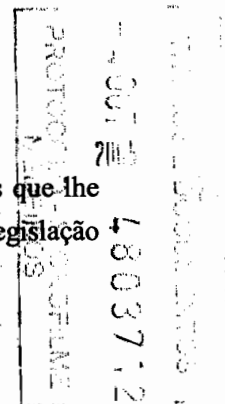
Artigo 9. É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único. As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 10. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento;
- c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se, com recursos do Fundo, de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- g) prometer rendimentos predeterminados aos Quotistas;
- h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;



20

- i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- j) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, observado o aqui disposto; e
- b) distratar, rescindir ou aditar o contrato de prestação de serviços firmado com o Custodiante, o Contrato de Cessão, o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e o Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Artigo 11. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO

Artigo 12. O Administrador contratou o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo,

Classificação de Risco, para que sejam adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão.

CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

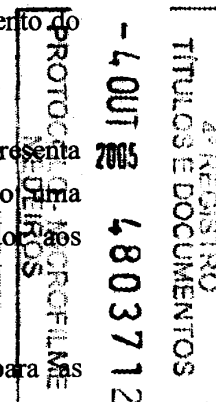
Parágrafo Primeiro. O Fundo buscará atingir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida de cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis (o “Parâmetro de Rentabilidade”), conforme apurado em processo de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido processo de *bookbuilding* constará do Suplemento do Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo III ao Regulamento.

Parágrafo Segundo. O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas.

Parágrafo Terceiro. Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

Artigo 14. O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da Data de Emissão de Quotas, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios (“Disponibilidades”), em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; ou



- b) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas e tendo com lastro títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

Parágrafo Primeiro. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo Segundo. As aplicações realizadas no Fundo de acordo com este Capítulo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

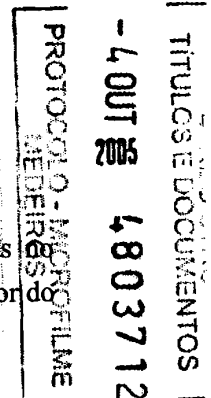
Parágrafo Terceiro. Não se aplicam ao Fundo os limites previstos nos incisos I e II do §9º, do artigo 40, da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de direitos creditórios e títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 15. O Fundo não poderá realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) quaisquer operações com instrumentos derivativos;
- c) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); e
- d) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 16. O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência das Distribuidoras Cedidas ou pela correta constituição, e, quando constituídos, existência, pela liquidez e certeza dos Direitos Creditórios.

Artigo 17. Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no



SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

Artigo 18. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 19. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Cedente, o Administrador, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 20. As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia do Administrador, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 21. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE**
- Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão

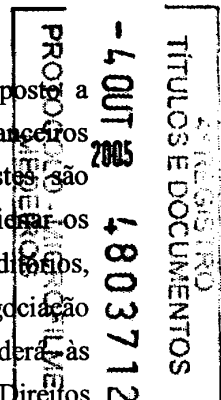
PROTOCOLO MICROFILME
DE
MEDIDOS

- 4 OUT 2003 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS 1

integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.
- d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo



Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- e) **Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- g) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezesesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer

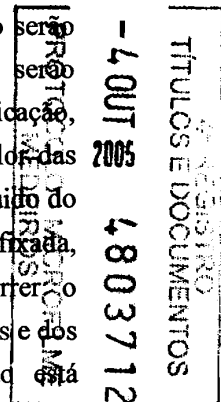
PROTÓCOLO - MICROFILME
2005

- 4 OUT 2005 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS I

pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

- h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.
- i) **Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.



- j) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Artigo 22. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- b) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

PROTOCOLO DE REGISTRO
- 4 OUT 2005 4803712
TÍTULOS E DOCUMENTOS 1

- c) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.** Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- d) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os

PROTÓCOLO MICROFILME
- 4 OUT 2005 4803712
TÍTULOS E DOCUMENTOS

valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezoito, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- e) **Regularidade dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará verificação periódica dos Direitos Creditórios com base em análise por amostragem. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.
- f) **Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.
- g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 (“Nova Lei de Falências”), nos termos de seu artigo 2º, inciso II.

TÍTULOS E DOCUMENTOS OF
- 40UF 3 4803712
2005

Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

Artigo 23. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Término Antecipado da Concessão.** Em manifestação sobre a questão referente ao término antecipado do Contrato de Concessão, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo continuará recebendo o pagamento dos Direitos Creditórios.
- b) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus

PROTÓCOLO - MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS |
- 4 OUT 2005 4803712

resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

- c) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal. Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos.** Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Regulamento, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

- d) **A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

PROT. 4803712

- 4 OUT 2005 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS

- e) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedidas quando da contratação dos CCEAR Cedidos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.
- f) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

- 4 OUT 2005 4803712

concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

- g) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.

CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 24. Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, e adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, compensatórias e/ou indenizatórias, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

Artigo 25. Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios oriundos dos CCEAR Cedidos, que, para os fins deste Regulamento, são considerados como tendo atendidos aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de um Evento de Avaliação, a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral que deliberar sobre o Evento de Avaliação.

Parágrafo Segundo. Caso a Cedente apresente novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para sanar o Evento de Avaliação, o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para deliberar sobre os critérios de elegibilidade e eventuais condições precedentes para aceitação dos referidos contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, assegurando-se, no caso de decisão pela aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

1. TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

PROTÓCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

Handwritten signature

Artigo 26. Os Direitos Creditórios serão cobrados nos termos dos CCEAR Cedidos, nos termos dos quais a Cedente envia as Faturas Mensais de Energia Elétrica às Distribuidoras Cedidas, observado o disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro. Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a partir da Data de Início da Entrega, a Cedente está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Fundo ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante o Prazo de Duração, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, que deverão ser pagos pelas Distribuidoras Cedidas, na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Os procedimentos de recebimento e pagamento dos Direitos Creditórios ao Fundo serão efetuados pelo Agente de Recebimento e Pagamento de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

Artigo 27. Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual foi contratada pelo Administrador, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta efetuado, sempre observados os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável.

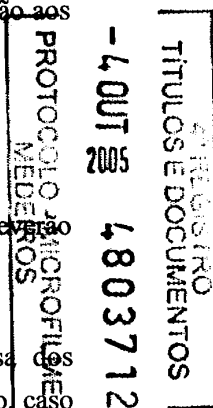
Parágrafo Primeiro. Caso os recursos existentes na Conta Autorizada do Fundo não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Quotas Seniores no Período de Disponibilidade em questão, serão utilizados os recursos depositados na Reserva de Amortização e Resgate para tanto, observado o disposto no Capítulo Dezesseis.

CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 28. O Administrador cobrará taxa de administração correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido. A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Emissão de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data de Emissão de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração.

Artigo 29. Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;



- i) taxa de custódia dos ativos do Fundo;
- j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- k) despesas com a atualização do Prospecto e do presente Regulamento.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Artigo 30. Os valores correspondentes aos Encargos do Fundo devidos e pagáveis após a Data de Resgate serão transferidos ao Administrador quando da liquidação do Fundo, cabendo a este a responsabilidade pelo seu pagamento nas datas devidas.

Artigo 31. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no Artigo 28.

CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 32. O Fundo emitirá 2.000 (duas mil) Quotas Seniores com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais);
- c) seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40; e
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

PROTÓCOLO - MICROFILME
DE DIREITOS

- 4 OUT 2005 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS

Parágrafo Primeiro. As Quotas Seniores serão amortizadas em 60 (sessenta) parcelas mensais, no dia 27 de cada mês, ou, caso este não seja um dia útil, no dia útil imediatamente subsequente, (as “Datas de Amortização”), sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que (i) excepcionalmente, a 1ª Data de Amortização ocorrerá no dia 27 do mês subsequente à Data de Emissão de Quotas, ou em data posterior, ressalvado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a Data de Emissão de Quotas e a 1ª Data de Amortização, e (ii) a 60ª (sexagésima) Data de Amortização será a Data de Resgate.

Parágrafo Segundo. Os valores de amortização e resgate das Quotas serão pagos aos Quotistas nos prazos e conforme os procedimentos previstos no Capítulo Treze.

Parágrafo Terceiro. Nos termos do Capítulo Dezoito, os Quotistas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Quotas em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 33. O Fundo emitirá 100 (cem) Quotas Subordinadas, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, não haverá amortização de Quotas Subordinadas;
- b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e deste Regulamento;
- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais);
- d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 42; e

PROTÓCOLO MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS |
- 4.001.502 4803712

- e) observado o disposto no Capítulo Dezenove, direito de voto restrito nas Assembléias Gerais.

Artigo 34. Observado o disposto na alínea (b) do Artigo 33, as Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 35. As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 52 e observado o disposto na alínea (a) do Artigo 33.

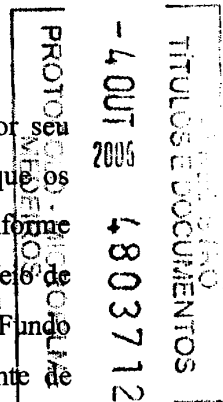
Artigo 36. O somatório do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

Artigo 37. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 40 e 42, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta de titularidade do Fundo mantida na CETIP a ser indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 38. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, ou terceiro por este contratado, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo Primeiro. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das



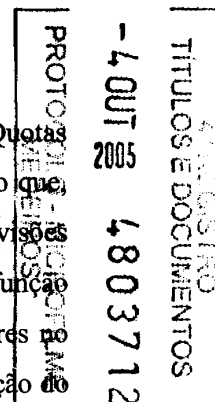
comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos deste Regulamento e, se for o caso, entregar a declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador, ou pelo terceiro por este contratado, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 39. Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pelo Administrador, tampouco taxa de performance.

Artigo 40. A partir da Data de Emissão das Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil (a “Data de Cálculo”), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, da seguinte forma:

- a) ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior será acrescido o valor equivalente ao Parâmetro de Rentabilidade, desde que o patrimônio do Fundo assim o permita, e subtraída a diferença, definida na alínea (b) abaixo;
- b) caso o montante dos ajustes (“Ajustes”) seja superior ao valor total das Quotas Subordinadas, a diferença será deduzida do valor das Quotas Seniores, observado que, por Ajustes, entenda-se: (i) redução do Patrimônio Líquido em função das provisões contábeis efetuadas na Data do Cálculo; (ii) aumento do Patrimônio Líquido em função da eventual reversão das provisões contábeis, por meio do recebimento de valores no dia útil anterior à Data do Cálculo; e (iii) redução do Patrimônio Líquido em função do pagamento de taxas e despesas previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- c) quando da amortização ou Resgate do valor da Quota Sênior, calculado de acordo com as alíneas (a) e (b) acima, será deduzido o valor da amortização ou resgate, conforme o caso, dividido pelo número de Quotas Seniores;



d) o valor da amortização ou resgate por Quota Sênior será o menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação, considerando os Ajustes descritos na aliena (b) acima, ou (ii) o resultado da seguinte fórmula:

$$A_i = VAP_i \times NQ_i$$

$$VAP_i = \frac{VQS_{inicial}}{\sum_{i=1}^{60} Spread} \times FatorDI$$

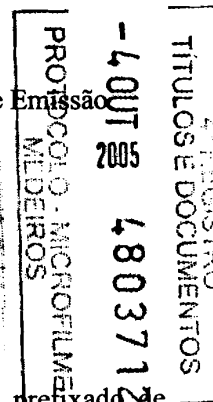
$$Spread = \left((1 + S)^{\frac{-(b_i - a_0)}{252}} \right)$$

$$FatorDI = \prod_{t=0}^{b_i} DI$$

$$DI = (1 + cdi_t)^{\frac{1}{252}}$$

Onde :

- i = Períodos de Capitalização ; 1,2,3,...,60;
- t = Dia útil de divulgação da Taxa DI; 0,1,2,3,..., b_i , sendo $t=0$ na Data de Emissão;
- A_i = Valor da amortização das Quotas Seniores;
- NQ_i = Número de Quotas Seniores;
- a_0 = Data de Emissão;
- a_i = dia útil de início de determinado Período de Capitalização ;
- b_i = dia útil de término de determinado Período de Capitalização ;
- S = Parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente ao cupom prefixado de juros ao ano base 252 dias úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding*, e constante do Suplemento do Regulamento;
- cdi_t = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- $VQS_{inicial}$ = Valor Unitário de Emissão; e
- VAP_i = Valor da amortização por Quota Sênior na data final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.



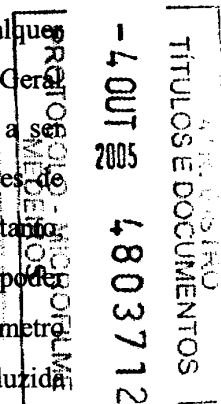
O *FatorDI* e *DI* serão calculados com 8 (oito) casas decimais com arredondamento. O *Spread* será calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

Parágrafo Primeiro. Para fins de estimativa dos valores futuros da Taxa DI serão utilizadas as taxas dos Contratos Futuros de Taxa DI, negociados na BM&F, na respectiva data de cálculo.

Parágrafo Segundo. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir um parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do referido parâmetro. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Quarto. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de definição do valor das Quotas Seniores entre os titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação e os titulares das Quotas Subordinadas, estes últimos optarão, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir



estabelecidas, obrigando-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral, a informar ao Administrador, que procederá (i) ao resgate antecipado da totalidade das Quotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral, pelo seu valor calculado na forma do *caput* deste Artigo 40, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou (ii) à amortização das Quotas Seniores, em cronograma a ser estipulado pelos titulares das Quotas Subordinadas, o qual não excederá o Prazo de Duração. Nesta hipótese, durante o prazo de amortização das Quotas Seniores (a) todos os titulares de Quotas Seniores receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade das amortizações continuará sendo aquela estabelecido no Parágrafo Primeiro, do Artigo 32, observado que, até a amortização e o resgate final das Quotas Seniores, será utilizada a taxa de remuneração a ser definida pelos titulares das Quotas Seniores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, reunidos em Assembléia Geral, e apresentada aos titulares das Quotas Subordinadas na referida Assembléia Geral. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Parágrafo Quinto. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Artigo 41. A partir da Data de Emissão de Quotas e até o final do Prazo de Duração, o Administrador deverá constituir e manter uma reserva de amortização e resgate (a

PROTOCOLADO
EM
15/09/2015
AS 14:03

- 4 OUT 2015 4803712

TITULOSE DOCUMENTOS

“Reserva de Amortização e Resgate”) nos termos deste Artigo, de forma que, em qualquer Data de Apuração, esta corresponda à soma dos valores estimados para a amortização das Quotas Seniores dos três próximos Períodos de Disponibilidade, de acordo com a fórmula abaixo, e ressalvado as disposições dos parágrafos abaixo.:

$$RA_i = A_i + C_i + A_{i+1} + C_{i+1} + A_{i+2} + C_{i+2}$$

Onde:

RA_i = é a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Capitalização.

A_i = Valor estimado da amortização das Quotas Seniores do Fundo na Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, subsequente à Data de Apuração *i*.

C_i = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade *i*

Parágrafo Primeiro. A Reserva de Amortização e Resgate será constituída com os recursos provenientes da subscrição e integralização das Quotas Subordinadas e com o produto do pagamento dos Direitos Creditórios, na forma da cláusula 2.2 do Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Excepcionalmente, entre o período compreendido entre a Data de Emissão de Quotas e até o Período de Disponibilidade iniciado em janeiro de 2006, a Reserva de Amortização e Resgate deverá corresponder sempre ao maior de: (i) a estimativa do total das amortizações compreendidas entre a Data de Emissão de Quotas e as amortizações previstas até o dia 27 de janeiro de 2006, inclusive, ou (ii) a Reserva de Amortização e Resgate calculada de acordo com o disposto no *caput* deste Artigo. .

Artigo 42. A partir da Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de resgate, sendo que o mesmo será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das

PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

-4 OUT 2005 4803712

Quotas Seniores em circulação, e deduzido das eventuais provisões dos Ajustes referidos na alínea (b) do Artigo 40, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 43. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Dezessete, o Administrador deverá transferir as Disponibilidades depositadas na Conta Autorizada do Fundo aos titulares das Quotas, na conta corrente por estes indicadas no Boletim de Subscrição, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro. O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

Parágrafo Segundo. Os recursos depositados na Conta Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou na hipótese prevista no Artigo 54, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observados os termos do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 44. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição (i) no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento integrante da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas, e (ii) na CBLC, observada a responsabilidade das Instituições Intermediárias assegurarem que somente investidores qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Artigo 45. As Quotas Seniores serão registradas para negociação, (i) no MNC – Módulo de Negociação de Cotas de Fundos de Investimento da CETIP, a qual

PROTÓTIPO DE MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS I
- 4 OUT 2005 4803712

g

efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no BOVESPAFIX, SOMAFIX e SFF, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 46. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 47. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 48. Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo vencidos e não pagos, total ou parcialmente, integrantes da carteira do Fundo deverão ser provisionados no 10º (décimo) dia corrido contado da data do respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Artigo 49. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado (*market-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 50. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2007
4803712

[Handwritten signature]

Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo do disposto acima, a efetiva baixa dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos e não pagos, ocorrerá depois de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados de sua respectiva data de vencimento, conforme as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, todos os Direitos Creditórios vencidos e não pagos (independentemente do número de dias corridos a partir do respectivo vencimento) serão considerados, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, como sem valor para fins de dação em pagamento aos Quotistas, se for o caso, nos termos do Capítulo Dezesesseis do Regulamento.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 51. São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”), qualquer das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização e Resgate que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização e Resgate tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;
- b) ajuizamento de pedido de falência em face de qualquer das Distribuidoras Cedidas cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente individualmente valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do valor médio da totalidade das Faturas Mensais de Energia Elétrica nos 3 (três) Períodos de Disponibilidade imediatamente anteriores

PROTÓTIPO
MATERIA
DEBRO
C

-4 OUT 2005 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS

88

ou o ajuizamento por qualquer destes de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Avaliação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- e) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) que represente(m) mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- f) descumprimento, pela Cedente, da obrigação assumida nos termos do item 6.2 do Contrato de Cessão (relativa à obrigação de entregar as Faturas Mensais de Energia Elétrica), não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- g) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma

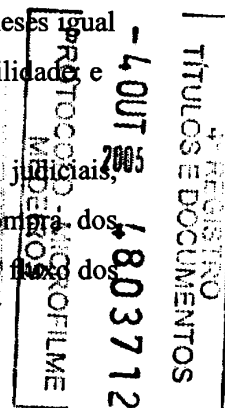
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- h) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brAAf, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente substituir a Agência de Classificação de Risco;
- i) caso, a partir de fevereiro de 2006, o Índice de Cobertura seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses igual ou superior a 40% (quarenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;
- j) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Administrador, comprometer o fluxo dos Direitos Creditórios dos respectivos CCEAR Cedidos.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

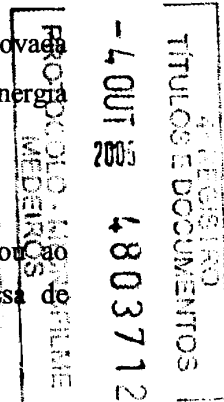
Parágrafo Segundo. Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos Parágrafos do Artigo 52 abaixo, independentemente da realização de



uma nova Assembléia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Artigo 52. São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os “Eventos de Liquidação”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- b) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão da Cedente, previstas em lei;
- c) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extra judicial;
- d) decretação de intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- e) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovação negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas Mensais de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade;
- f) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- g) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- h) caso os Quotistas reunidos em Assembléia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- i) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;



- j) caso os titulares das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 40; e
- k) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Quotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo Terceiro. Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Quotas e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto. Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo Dezessete, quando os recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas; e (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o Administrador debitará a Conta Autorizada do Fundo e procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas em circulação.

Artigo 53. As verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de resgate antecipado de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 52 somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas.

PROTOCOLADO - NOTARIAL
TÍTULOS E DOCUMENTOS |
- 4 OUT 2005 4803712

Artigo 54. Caso, 180 (cento e oitenta) dias após a data da realização da Assembléia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 120 (cento e vinte) dias depois da data da realização da Assembléia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. Para fins do disposto no *caput* deste Artigo, os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros dados em pagamento aos titulares das Quotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Quotas Seniores (i) para que os Quotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas faz jus.

Parágrafo Segundo. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas em circulação.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 55. Diariamente, a partir da Data de Emissão de Quotas e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

PROTÓCOLO - MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS
4803712
2005

- c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito, por meio da amortização da série de Quotas Seniores específica;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Quotas Seniores; e
- e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 56. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Artigo 57, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigado pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. O Administrador não é responsável por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 57.

Parágrafo Único. Observado o disposto no *caput* deste Artigo, o Fundo contratará a Cedente para proceder à cobrança das Distribuidoras Cedidas Inadimplentes e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento efetuado pelas Distribuidoras Cedidas Inadimplentes, nos termos do Artigo 27. A Cedente perceberá importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata este Parágrafo, que serão pagos pelo Fundo na data de pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

Artigo 57. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de

PROTOCOLO MICROFILME

- 4 OUT 2005 4803712

TÍTULOS E DOCUMENTOS 1

série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Quotistas Seniores dissidentes terão direito de recesso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo, após esgotado o Patrimônio Líquido, antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador não será responsável por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo Segundo. As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 29.

Parágrafo Terceiro. Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58. Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembléia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos neste Regulamento:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante e do Agente de Recebimento;
- d) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- f) deliberar sobre a (i) os critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica para aquisição pelo Fundo, se o caso, (ii) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Quotas Seniores, (iii) conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iv) necessidade de aporte de recursos ao Fundo, e (v) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Artigo 59. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 68 ou enviado por meio de correio eletrônico ao representante de

TÍTULOS E DOCUMENTOS I
- 4 OUT 2025 4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
DE MEDERES

cada Quotista, indicado no Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral poderá ser convocada por iniciativa própria do Administrador ou por solicitação de Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo Terceiro. A presidência da Assembléia Geral caberá ao Administrador.

Parágrafo Quarto. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Quotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Quinto. Fica estabelecido que os titulares de Quotas Seniores que mantenham as Quotas Seniores de sua titularidade custodiadas em outra entidade que não o Custodiante, em virtude de aquisição de Quotas Seniores no mercado secundário, não serão convocados diretamente pelo Administrador, mas sim por meio da entidade na qual estiverem custodiadas as Quotas Seniores de sua titularidade.

Parágrafo Sexto. Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Sétimo. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas devem

TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
MIBEROS

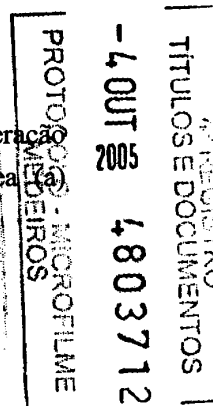
indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

Artigo 60. A cada Quota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 61. Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. Independentemente do disposto no *caput* deste Artigo, as seguintes deliberações das Assembléias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas Seniores que representem:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois, Seis, Oito, Onze, Doze e Dezesesseis deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo;
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 52;
 - (iii) alterações dos Capítulos Quinze e Dezesete; e
 - (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante.
- c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação para (i) deliberação acerca da conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação; (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40; (iii) para definição dos critérios de elegibilidade e aceitação de novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica nas hipóteses previstas no



Parágrafo Primeiro do Artigo 25; e (iv) demais matérias não previstas nas alíneas “a” e “b” acima.

Parágrafo Segundo. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade da Cedente ou de suas Partes Relacionadas.

Parágrafo Terceiro. As seguintes deliberações dependerão da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas:

- (a) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 40;
- (b) aprovação do aumento da taxa de administração; e
- (c) aprovação de novos encargos do Fundo não previstos na legislação.

Parágrafo Quarto. Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 25 e no Parágrafo Segundo do Artigo 52, deverão ser definidos na respectiva Assembléia Geral, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes, os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Quotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembléia Geral.

Parágrafo Quinto. Os referidos titulares de Quotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Quotas Seniores, sendo que os demais Quotistas somente terão suas Quotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

Artigo 62. As deliberações tomadas pelos Quotistas Seniores, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido.

Artigo 63. Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PROTÓTIPO DE MICROFILME
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

88

Artigo 64. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 65. As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único. A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 11.

Artigo 66. O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de maio.

CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 67. O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores investidos em Direitos Creditórios e das Disponibilidades do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 48 e 50.

Parágrafo Único. Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 68. Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente; e, as demais comunicações previstas neste Regulamento, serão realizadas por meio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no Boletim de Subscrição.

Parágrafo Primeiro. As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Segundo. Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o respectivo quorum.

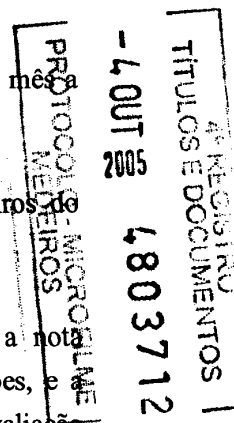
Artigo 69. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

Artigo 70. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 71. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e



- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 72. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 73. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

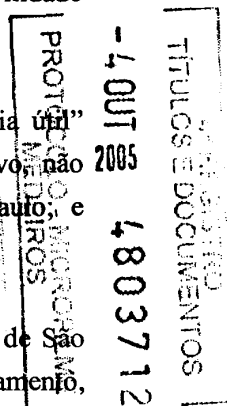
Parágrafo Único. Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 74. Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

Artigo 75. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou Cidade de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

Artigo 76. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**ANEXO I – LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS
CEDIDAS**

4º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712
PROTOCOLO - MICROFILME MEDEIROS

8

8

ANEXO I

LISTAGEM DOS CCEAR CEDIDOS E DISTRIBUIDORAS CEDIDAS

I. CCEAR Cedidos – Produto 2005/2012

1. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light	
Dados do CCEAR:	Nº 64/2004 8284SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG ("CCG")- Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.197-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2262/04	

2. Distribuidora:	Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. - Caiuá	
Dados do CCEAR:	Nº 39/2004 8259SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.150-8 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 057/05	

3. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – Copel Distribuição	
Dados do CCEAR:	Nº 55/2004 8275SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG -- Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil -- Agência 3306-5 – C/C 11.500-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2313/04	

4. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº 59/2004 8279SE	
Assinatura:	10/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

PROTÓCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

2005

-4 OUT

480371

TÍTULOS E DOCUMENTOS

Aplicação em CDB (R\$ 790.000,00), com vencimento em 21/12/05

RECEBIMENTO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005
480371
PROTÓCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

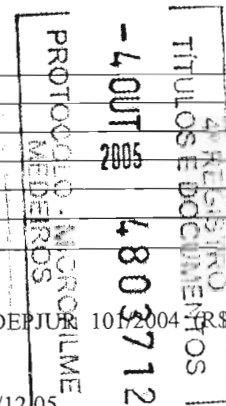
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Banespa – Agência 0154 – C/C 13003394-9 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2252/04	Aplicação em CDB (R\$ 4.354.000,00), com vencimento em 18/12/06
--	--	---

5. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 45/2004 8265SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 3399-5 – C/C 5.900-5 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2298/04	

6. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº 56/2004 8276SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 4361-3 – C/C 206414-6 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2364/04	Carta Fiança (R\$ 238.546,06) Banco do Brasil Vencimento em 27/12/05

7. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº 52/2004 8272SE	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.200-8 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 081/05	Carta Fiança nº DEPJUR 1012/2004 (R\$ 11.886,09) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

8. Distribuidora:	Companhia de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº 36/2004 8256SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



	Carta Fiança nº 01003422'01 (R\$ 1.720.235,00) Banco Unibanco Vencimento em 23/02/06	
--	--	--

9. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – Saelpa	
Dados do CCEAR:	Nº 67/2004 8287SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.166-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 80/05	Carta Fiança DEPJUR 76/2004 (R\$ 151.349,49) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

10. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº 57/2004 8277SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.186-9	Carta Fiança (R\$ 90.334,25) Banco do Brasil Vencimento em 01/01/06

11. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº 49/2004 8269SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Coopercem – Agência 4247 – C/C 1003-0 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2276/04	

PROTÓTIPO - MICROFILME
- 4 OUT 2005
TÍTULOS E DOCUMENTOS
4803712

12. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº 43/2004 8263SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco - Agência Centralizadora - C/C 76.225-3 Recebíveis período 2005/2012 - Ofício ANEEL 056/05	Carta Fiança DEPJUR 82/2004 (R\$ 20.602,55) Banco BVA Vencimento em 26/12/05
--	--	--

13. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	
Dados do CCEAR:	Nº 53/2004 8273SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil - Agência 2940-8 - C/C 199.000-4	Carta Fiança (R\$ 648.845,29) Banco do Brasil Vencimento em 27/12/05

14. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº 62/2004 8282SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% , Banco Bradesco - Agência 0895-8 - C/C 76.121-4 Recebíveis período 2005/2012 - Ofício ANEEL 2351/04	

15. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº 37/2004 8257SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil - Agência 1893-7 - C/C 2600-X	Carta Fiança (R\$ 210.659,16) Banco do Brasil Vencimento em 18/12/05

16. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará - COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº 54/2004 8274SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

PROTÓCOLO DE INSCRIÇÃO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%	
	Banco BEC - Agência 084 - C/C 730.100-6	
	Recebíveis período 2005/2012 - Ofício ANEEL 2312/04	

17. Distribuidora:	Empresa De Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEPV	
Dados do CCEAR:	Nº 58/2004 8278SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.153-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2301/04	

18. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº 63/2004 8283SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG - Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% , Banco Bradesco - Agência 0895-8 - C/C 76.118-4 Recebíveis período 2005/2012 - Ofício ANEEL 2325/04	

19. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	
Dados do CCEAR:	Nº 38/2004 8258SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.156-7 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2299/04	

20. Distribuidora:	Companhia Elétrica de Pernambuco - CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº 46/2004 8266SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

TRINIDAD EDDUQUENTOS	4803712	2005	-L OUT	PROTODOLLO MICROFILME
				NEGATIVOS

	Carta Fiança nº 55007/04 (R\$ 1.063.020,47) Banco Citibank Vencimento em 29/12/05	
--	---	--

21. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº 61/2004 8281SE	
Assinatura:	14/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.203-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2321/04	Carta Fiança DEPJUR 92/2004 (R\$ 92.711,47) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

22. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº 68/2004 8288SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Carta Fiança nº 0100319990001(R\$ 148.179,87) Banco Unibanco Vencimento em 01/01/06	

23. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº 47/2004 8276SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.162-1 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2277/04	

24. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº 66/2004 8286SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005
4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.189-3	Carta Fiança (R\$ 47.544,34) Banco do Brasil Vencimento em 01/01/06
--	--	---

25. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº 65/2004 8285SE	
Assinatura:	29/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.159-1 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2300/04	

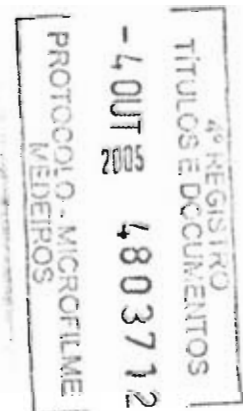
26. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº 48/2004 8268SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.192-3 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2352/04	

27. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº 50/2004 8270SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.229-6	

4º REPARTO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005
4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
MATERIAIS

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo	
Dados do CCEAR:	Nº 60/2004 8280SE	
Assinatura:	2º/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

	<p>CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2%</p> <p>Banco Banespa – Agência 0319-9 – C/C 55.0.00174-7</p> <p>Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2251/04</p>	<p>Carta Fiança (R\$ 1.050.563,11)</p> <p>Banco ABC Brasil S.A.</p> <p>Vencimento em 31/12/05</p>
--	---	---



8

II. CCEAR Cedidos – Produto 2006/2013:

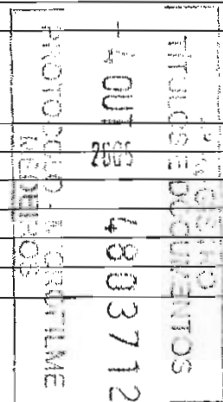
1. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº 413/2004 8667SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

2. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB	
Dados do CCEAR:	Nº 414/2004 8668SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

3. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº 426/2004 8680SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

4. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema - CELB	
Dados do CCEAR:	Nº 419/2004 8673SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

5. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº 439/2004 8693SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar



--	--	--

6. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº 430/2004 8684SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

7. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº 431/2004 8685SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

8. Distribuidora:	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº 435/2004 8689SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

TITULOS E DOCUMENTOS
 - 4 OUT 2012
 4803712
 PROTOCOLO MICROFILME
 NEDERHOS

9. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº 440/2004 8694SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

10. Distribuidora:	Copel Distribuições S.A. – Copel Distribuição	
Dados do CCEAR:	Nº 432/2004 8686SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

11. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº 433/2004 8687SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

12. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 422/2004 8676SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

TITULO DE DOCUMENTOS
 - 4 OUT 2005
 4803712
 PROTOCOLO - MICROFILME
 CELPA

13. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº 436/2004 8690SE	
Assinatura:	10/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

14. Distribuidora:	Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. - Caiuá	
Dados do CCEAR:	Nº 415/2004 8669SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

15. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº 423/2004 8677SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

16. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº 412/2004 8666SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

4803712
 - 4 OUT 2004
 TITULOS E DOCUMENTOS
 PROTOCOLO - MICROFILME
 MEDEIROS

17. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº 429/2004 8683SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

18. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº 434/2004 8688SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

19. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba. - SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 444/2004 8698SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

20. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGIPE	
Dados do CCEAR:	Nº 438/2004 8692SE	
Assinatura:	14/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

4º REQUISITO
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 - 4 OUT 2005
 4803712
 PROTOCOLO - MICROFILME
 MEDEIROS

21. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz - CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº 445/2004 8699SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

22. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº 443/2004 8697SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

23. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº 442/2004 8696SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

24. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº 425/2004 8679SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

25. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	
Dados do CCEAR:	Nº 420/2004 8674SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

26. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light	
Dados do CCEAR:	Nº 441/2004 8695SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

27. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº 427/2004 8681SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo	
Dados do CCEAR:	Nº 437/2004 8691SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

29. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº 424/2004 8678SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

--	--	--

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
NÚMEROS

20

**ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE
RISCO**

4^o REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS |
-4 OUT 2005 4803712
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

1 - Nome do Quotista			2 - CNPJ/CPF	
3 - Banco	4 - Agência N°	5 - Conta/Dac N°		6 - Data
7 - E-mail			8 - Valor	

9 – Estou(amos) ciente(s) de que:

9.1 – O objetivo do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II (“Fundo”), administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM (o “Administrador”), é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito de titularidade da CESP - Companhia Energética de São Paulo, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, n° 5.312, inscrita no CNPJ/MF sob n° 60.933.603/0001-78 (os “Direitos Creditórios” e a “Cedente”).

9.2 – Os principais riscos associados ao investimento no Fundo, dentre outros, em decorrência das características dos mercados que investe, são:

a) **NÃO EXISTÊNCIA DE SEGURO DA PERFORMANCE DA CEDENTE.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a entrega de energia elétrica às Distribuidoras Cedidas, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

b) **Modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos direitos creditórios, eventos de amortização das Quotas e de liquidação do

PROT. 101.130.012-1
- 4 OUT 2005 4803712
TÍTULOS E DOCUMENTOS I

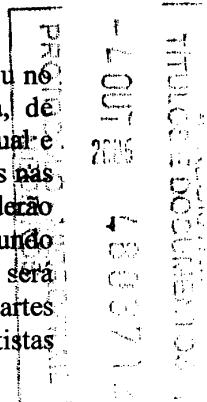
Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

c) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas é a liquidação (i) dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas.

d) **Amortização e resgate condicionado das Quotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que (i) os Direitos Creditórios sejam pagos pelas Distribuidoras Cedidas; e/ou (ii) os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

e) **Risco de Mercado e Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares



8

das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

g) **Risco de Descontinuidade e Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezesesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Artigo 52 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

h) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

i) **Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos CCEAR Cedidos adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com o IPCA, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Capítulo Seis. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do Fundo permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os parâmetros de atualização dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador não está autorizado a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

j) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005 4803712

avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

9.3 – Os principais riscos associados aos Direitos Creditórios, dentre outros, são:

a) **Risco de Liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

b) **Risco de Crédito das Distribuidoras Cedidas, em virtude da não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência das Distribuidoras Cedidas e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente tem responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Distribuidoras Cedidas. Ademais, os mecanismos de garantia de que dispõe o Fundo (tais como a Reserva de Amortização e Resgate, o Índice de Cobertura ou as garantias vinculadas aos CCEAR Cedidos) podem não ser suficientes para que o Fundo proceda às amortizações e/ou resgate das Quotas integral e/ou tempestivamente. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento das Distribuidoras Cedidas, cujos mercados de energia elétrica apresentam diferentes níveis de demanda. Ressalte-se, ainda, que não foi realizada nenhuma auditoria independente nas Distribuidoras Cedidas, e que as informações disponíveis sobre cada uma das Distribuidoras Cedidas são e serão, durante o Prazo de Duração, aquelas disponíveis, de forma geral, ao mercado. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

c) **Redução e Cessão do Volume de Energia Elétrica contratada pelas Distribuidoras Cedidas.** Os CCEAR Cedidos cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo contêm dispositivo contratual que permite às Distribuidoras Cedidas reduzirem a energia elétrica contratada da Cedente nas hipóteses de (i) exercício da opção, por determinados consumidores, denominados consumidores potencialmente livres (aqueles cuja demanda é igual ou maior que 3 MW em níveis de tensão iguais ou superiores a 69 kV ou, no caso de novos consumidores que entraram no mercado a partir de julho de 1995, aqueles cuja demanda é igual ou superior a 3 MW em qualquer nível de tensão) de escolha de novo fornecedor de energia elétrica; (ii) variações de mercado da respectiva Distribuidora Cedida, limitado à redução de 4% (quatro por cento) da energia elétrica contratada por ano; ou (iii) em razão de acréscimos na aquisição de energia elétrica por parte das Distribuidoras Cedidas decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. A redução da energia contratada deve ser precedida de mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio do qual as Distribuidoras Cedidas poderão ceder a parcela da

- 4 OUT 2005

4803712

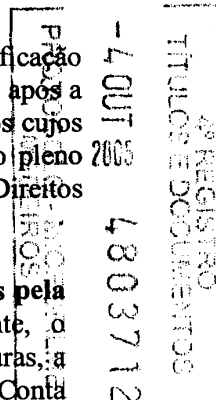
TÍTULOS E DOCUMENTOS 1

energia contratada que sofreu redução. Adicionalmente, os CCEAR Cedidos têm um mecanismo contratual, chamado sazonalização, que permite às Distribuidoras Cedidas determinar os montantes mensais de energia a ser consumida durante o ano numa variação de 15% (quinze por cento). Assim, caso a energia elétrica contratada no âmbito dos CCEAR Cedidos seja reduzida por uma ou mais Distribuidoras Cedidas, poderá haver uma redução de Direitos Creditórios a serem entregues ao Fundo, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento do Fundo. Nestes casos, o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Distribuidoras Cedidas em montante suficiente para tanto, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

d) **Necessidade de Aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros.** O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os Quotistas Seniores adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Dezoito, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Caso quaisquer dos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador não será responsável por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

e) **Regularidade dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará verificação periódica dos Direitos Creditórios com base em análise por amostragem. Mesmo após a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

f) **Riscos Operacionais e Manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** O envio das Faturas Mensais de Energia Elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento das Parcelas das Faturas, a transferência dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada para a Conta Corrente do Fundo, a troca de informações a respeito da caracterização da inadimplência das Distribuidoras Cedidas, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, o Agente de Recebimento e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda destes pela Cedente pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a cobrança judicial



ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelas Distribuidoras Cedidas.

g) **Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão sob Condição Suspensiva dos Direitos Creditórios em caso de insolvência da Cedente.** A Cedente é uma sociedade de economia mista e não está sujeita à Lei n.º 11.101/05 ("Nova Lei de Falências"), nos termos de seu artigo 2º, inciso II. Não obstante esse fato, caso a Nova Lei de Falências venha, no futuro, a ser aplicada às sociedades de economia mista, o §1º do artigo 136 da Nova Lei de Falências estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do devedor, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Segundo a opinião dos assessores legais da Cedente e das Instituições Intermediárias, manifestada em pareceres escritos, tal regra se aplicaria aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo. Contudo, como a cessão dos créditos ao Fundo tem por objeto recebíveis não performados, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado, e considerando, ademais, que não há jurisprudência sobre a aplicação da referida norma legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação da referida norma aos recebíveis objeto de Cessão sob Condição Suspensiva ao Fundo.

9.4 – Os principais riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, dentre outros, são:

a) **Término Antecipado da Concessão.** No caso do término antecipado do Contrato de Concessão, foi considerado que o Fundo poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios. No entanto, a ANEEL, ao se manifestar sobre a questão, apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, que dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão da Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos Creditórios.

b) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente e/ou das Distribuidoras Cedidas, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

c) **A Cedente atua no setor elétrico brasileiro, o qual vem sendo reestruturado pelo Governo Federal.** Os efeitos do novo modelo do setor elétrico para as empresas sujeitas às suas regras, como a Cedente, ainda são incertos. Em 15 de março de 2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que promoveu

REPRODUTIVO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2004 4803712

profundas modificações na atual estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (iv) a criação de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio das ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Na data deste Prospecto, não é possível se prever os eventuais possíveis efeitos adversos da regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e do resultado do julgamento das ADINs no setor em que a Cedente atua e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

d) A geração de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis. O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora da Cedente e das demais empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela Cedente poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente para com as Distribuidoras Cedidas, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

e) O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a geração de energia elétrica pela Cedente. Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Com o fim do racionamento, os níveis de consumo de energia elétrica aumentaram, mas não voltaram aos patamares observados antes do racionamento. Adicionalmente, o nível de água dos reservatórios pode abaixar novamente, obrigando o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia, que poderiam ter um impacto negativo na economia brasileira. Alguns analistas do setor acreditam que o nível dos investimentos direcionados para o setor de energia elétrica não seja o suficiente para acompanhar o crescimento econômico do Brasil e prevêem a possibilidade de nova crise do setor para o ano de 2007. Caso as projeções de consumo de energia elétrica feitas pelas Distribuidoras Cedidas quando da contratação dos CCEAR Cedidos não se verifiquem corretas ou caso novas medidas de redução de consumo de energia elétrica venham a ser impostas ao setor elétrico, a geração de receita operacional e a capacidade de originação dos Direitos Creditórios da Cedente poderão ser negativamente afetados.

PROJETO DE LEI Nº 4.803/2001
TÍTULOS E DOCUMENTOS 1
- 1 OUT 2001 4803712

f) **A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas, sendo que cada multa está limitada a, no máximo, 2,0% da receita da Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir qualquer das concessões da Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Cedente, ou por meio de encampação. A Cedente, o Administrador, ou qualquer de suas Partes Relacionadas, não podem garantir que a Cedente não será penalizada pela ANEEL por descumprimentos dos contratos de concessão ou que as concessões de que a Cedente é titular não serão extintas no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção de qualquer de suas concessões, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

g) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos a regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, no âmbito ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Cedente operar suas usinas em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a originação e a entrega de Direitos Creditórios ao Fundo.

9.5 – O Administrador empreenderá seus melhores esforços na seleção dos Ativos Financeiros do Fundo para composição da carteira do Fundo, e utilizará mecanismos de gestão de riscos, que monitoram, mas não anulam estes riscos. Apesar disso, não

PROTOCOLO - MICROFILME
FEDERAIS

-40UT 2 4803712

obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, o Administrador não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.

9.6 – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal equivalente ao percentual anual sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, calculado à taxa de 0,10% (dez centésimos por cento).

9.7 – O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é a Gazeta Mercantil.

9.8 – Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e no Contrato de Cessão.

9.9 – Declaro(mos) ter recebido, lido e entendido o Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II e o Prospecto do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo. Declaro(amos), ademais, ter aderido ao inteiro teor do Regulamento acima referido, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração devida ao Administrador, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido. Declaro(amos) ser investidor(es) qualificado(s), conforme legislação vigente.

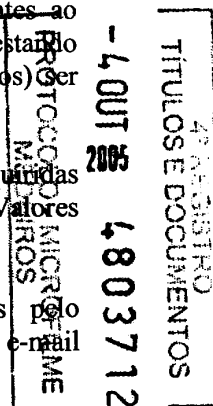
9.10 – As Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

9.11 – Por fim, informamos que comunicações a [mim/nós] enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

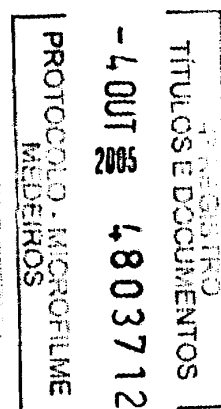
Assinatura do(s) Quotista(s)

A instituição responsável pela distribuição das Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II declara que verificou a condição de



Investidor Qualificado e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo do investidor.

Assinatura da Instituição



28

ANEXO III - SUPLEMENTO

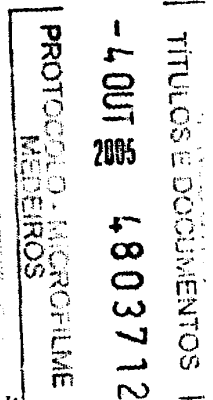
Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II

Suplemento

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II CNPJ/MF n.º 07.589.985/0001-81

A série única de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II (“Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 9 de setembro de 2005, no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 4797265 (“Regulamento”), terá as seguintes características:

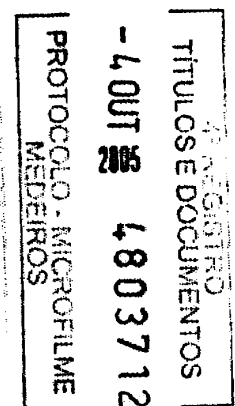
- a) Montante da série única: R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 325.000 (trezentos e vinte e cinco mil reais);
- c) Quantidade de Quotas Seniores: 2.000 (duas mil quotas seniores);
- d) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) “S” - parcela do Parâmetro de Rentabilidade apurado no processo de *bookbuilding*, cujo o valor está especificado na coluna (x) da tabela abaixo. A este valor será somado o valor da parcela do VQS_{inicial}, em cada Data de Amortização, especificado na coluna (y) da tabela abaixo, cujo resultado será a base para o cálculo da parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente à Taxa DI: [•] ([•]); e



g) Tabela de amortização das Quotas Seniores:

Data de Amortização	(x)	(y)	(x)+(y)
---------------------	-----	-----	---------

Observação: O rendimento da Quota Sênior corresponde ao valor da coluna (x)+(y) atualizado pela Taxa DI e deduzido do valor da coluna (y), observado que as datas e períodos de dias úteis utilizados para o cálculo dos valores da tabela acima foram obtidos na data do Suplemento e que qualquer "novo feriado" que venha a ser instituído não alterará os valores da tabela.



[Handwritten signature]

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

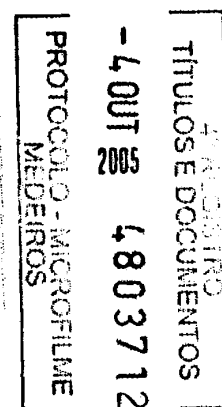
São Paulo, [•] de [•] de 2005.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II
Por: INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Administrador

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop.

SUPLEMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

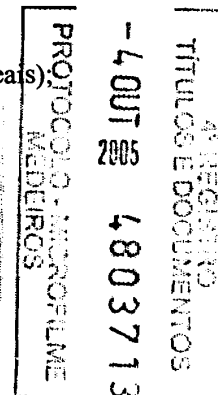
Anexo III ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II

Suplemento

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II
CNPJ/MF n.º 07.589.985/0001-81

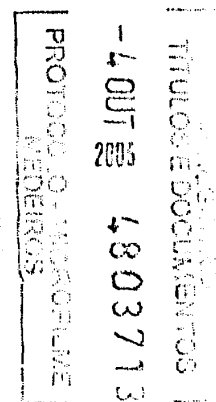
A série única de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 9 de setembro de 2005, no 4º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob n.º 4797265 ("Regulamento"), terá as seguintes características:

- a) Montante da série única: R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 325.000 (trezentos e vinte e cinco mil reais);
- c) Quantidade de Quotas Seniores: 2.000 (duas mil quotas seniores);
- d) Data de Emissão: 6 de outubro de 2005;
- e) Data de Resgate: 27 de outubro de 2010;
- f) "S" - parcela do Parâmetro de Rentabilidade apurado no processo de *bookbuilding*, cujo o valor está especificado na coluna (x) da tabela abaixo. A este valor será somado o valor da parcela do $VQS_{inicial}$, em cada Data de Amortização, especificado na coluna (y) da tabela abaixo, cujo resultado será a base para o cálculo da parcela do Parâmetro de Rentabilidade correspondente à Taxa DI: 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento); e



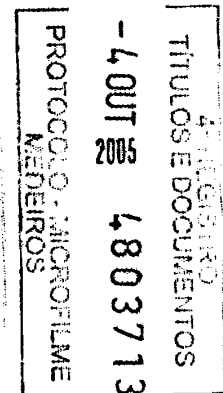
g) Tabela de amortização das Quotas Seniores:

Data de Amortização	(x)	(y)	(x)+(y)
28-nov-05	718.40	4,930.20	5,648.60
27-dez-05	436.80	5,211.80	5,648.60
27-jan-06	470.64	5,177.96	5,648.60
27-fev-06	402.48	5,246.12	5,648.60
27-mar-06	375.87	5,272.73	5,648.60
27-abr-06	408.27	5,240.33	5,648.60
29-mai-06	401.11	5,247.49	5,648.60
27-jun-06	375.18	5,273.42	5,648.60
27-jul-06	405.19	5,243.41	5,648.60
28-ago-06	397.69	5,250.91	5,648.60
27-set-06	372.43	5,276.17	5,648.60
27-out-06	365.23	5,283.37	5,648.60
27-nov-06	323.91	5,324.69	5,648.60
27-dez-06	350.76	5,297.84	5,648.60
29-jan-07	359.90	5,288.70	5,648.60
27-fev-07	304.26	5,344.34	5,648.60
27-mar-07	313.34	5,335.26	5,648.60
27-abr-07	337.07	5,311.53	5,648.60
28-mai-07	299.50	5,349.10	5,648.60
27-jun-07	307.19	5,341.41	5,648.60
27-jul-07	314.19	5,334.41	5,648.60
27-ago-07	292.62	5,355.98	5,648.60
27-set-07	298.90	5,349.70	5,648.60
29-out-07	278.01	5,370.59	5,648.60
27-nov-07	244.88	5,403.72	5,648.60
27-dez-07	263.30	5,385.30	5,648.60
28-jan-08	255.95	5,392.65	5,648.60
27-fev-08	236.75	5,411.85	5,648.60
27-mar-08	229.72	5,418.88	5,648.60
28-abr-08	233.81	5,414.79	5,648.60
27-mai-08	204.85	5,443.75	5,648.60
27-jun-08	239.87	5,408.73	5,648.60
28-jul-08	211.61	5,436.99	5,648.60
27-ago-08	213.92	5,434.68	5,648.60
29-set-08	215.53	5,433.07	5,648.60
27-out-08	180.34	5,468.26	5,648.60
27-nov-08	199.24	5,449.36	5,648.60
29-dez-08	174.46	5,474.14	5,648.60
27-jan-09	159.04	5,489.56	5,648.60
27-fev-09	159.50	5,489.10	5,648.60
27-mar-09	144.77	5,503.83	5,648.60
27-abr-09	130.73	5,517.87	5,648.60
27-mai-09	136.97	5,511.63	5,648.60
29-jun-09	135.62	5,512.98	5,648.60
27-jul-09	116.11	5,532.49	5,648.60



27-ago-09	125.27	5,523.33	5,648.60
28-set-09	106.83	5,541.77	5,648.60
27-out-09	94.54	5,554.06	5,648.60
27-nov-09	96.06	5,552.54	5,648.60
28-dez-09	80.11	5,568.49	5,648.60
27-jan-10	76.52	5,572.08	5,648.60
1-mar-10	68.91	5,579.69	5,648.60
29-mar-10	58.38	5,590.22	5,648.60
27-abr-10	48.55	5,600.05	5,648.60
27-mai-10	48.22	5,600.38	5,648.60
28-jun-10	38.38	5,610.22	5,648.60
27-jul-10	30.73	5,617.87	5,648.60
27-ago-10	25.26	5,623.34	5,648.60
27-set-10	14.65	5,633.95	5,648.60
27-out-10	7.70	5,640.90	5,648.60

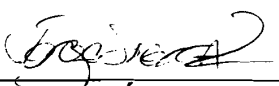
Observação: O rendimento da Quota Sênior corresponde ao valor da coluna (x)+(y) atualizado pela Taxa DI e deduzido do valor da coluna (y), observado que as datas e períodos de dias úteis utilizados para o cálculo dos valores da tabela acima foram obtidos na data do Suplemento e que qualquer "novo feriado" que venha a ser instituído não alterará os valores da tabela.



[Handwritten signature]

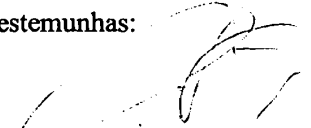
Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, 4 de outubro de 2005.

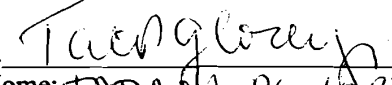

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II
Por: INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
João Estanislau F. de Castro **Administrador**
Diretor
INTRAG DTVM LTDA.

Jorge EHC Sienra Rojas
INTRAG DTVM LTDA.
RNE W067804-3
CPF: 127.539.088-08

Testemunhas:

1.


Nome: Edilson Francisco Tencina
RG: 18.785.659
CPF: 124.199.158-73

2.


Nome: TADANA DE SOUZA
RG: 242627470
CPF: 270.003188-13

TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 OUT 2005
4803713
PROTOCOLO E MICROFILME
MEDEIROS



Emol:.....: 21,12
Estado/RG/TJ: 8,28
Ipesp:.....: 4,45
TOTAL.....: 33,85

SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA

4º Oficial de Registros de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
Tel.: 3241-0033 CEP 01008-010 - Centro

Apresentado hoje, protocolado e registrado
em microfilme sob nº **4803713**

Averbado no registro primitivo nº 4797265/05

São Paulo, 04 OUT 2005

Escrevente Autorizado

07137427

CONTRATO DE CESSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado,

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.933.603/0001-78, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (a “Cedente”);

e, de outro lado,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.589.985/0001-81, constituído sob a forma de condomínio fechado (“Cessionário” ou “Fundo”), neste ato representado, na forma de seu Regulamento, pelo seu administrador, a **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (“Administrador”), neste ato representado na forma de seu Contrato Social, sendo a Cedente e o Fundo, em conjunto, referidos como “Partes” ou, individualmente, como “Parte”;

e, como interveniente,

BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Eudoro Villela, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (o “Itaú”, “Custodiante” ou “Agente de Recebimento”, conforme o caso);

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Cedente é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão n.º 003/2004 – ANEEL – CESP, firmado em 12 de novembro de 2004, entre a Cedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”), com a interveniência do Estado de São Paulo (“Contrato de Concessão”), por meio do qual a Cedente detém o direito de comercializar a energia elétrica oriunda das usinas de geração listadas no Anexo I a este Contrato, objeto do Contrato de Concessão, nos termos da legislação aplicável;

(ii) Em 7 de dezembro de 2004, a Cedente participou do leilão de energia elétrica promovido pela ANEEL, nos termos da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004 (“Lei n.º 10.848/04”), e firmou Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR (“CCEAR”) com concessionárias de distribuição de energia elétrica, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para venda de energia elétrica pela Cedente às distribuidoras, cujos direitos creditórios subjacentes a Cedente deseja ceder ao Fundo;

(iii) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o “CMN”), e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (a “Instrução nº 356/2001” e a “CVM”, respectivamente);

(iv) o Cessionário emitirá, para distribuição pública, 6.500 (seis mil e quinhentas) quotas seniores (as “Quotas Seniores”) e, para subscrição pela Cedente, 325 (trezentos e vinte e cinco) quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas” e, em conjunto com as Quotas Seniores, as “Quotas”);

(v) os recursos havidos pelo Cessionário com a emissão e distribuição pública das Quotas Seniores serão utilizados para a aquisição de direitos creditórios de titularidade da Cedente originados da venda de energia elétrica a distribuidoras de energia elétrica realizada por meio dos CCEAR;

(vi) o Itaú prestará os serviços de custódia para o Fundo, conforme previstos no artigo 38 da Instrução nº 356/2001, e de Agente de Recebimento; e,

(vii) todos os termos e expressões, iniciados em maiúsculas, em sua forma singular ou plural, utilizados neste Contrato e em seus Anexos, e neles não definidos, têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II (“Regulamento”), no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores firmado entre o Fundo, a Cedente e o Banco Itaú S.A. nesta data, ou no Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, firmado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do Banco Itaú S.A. nesta data;

resolvem as Partes celebrar o presente “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças” (o “Contrato”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS

1.1. A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, cede ao Fundo, que por sua vez adquire, a totalidade dos direitos creditórios a serem constituídos a partir da data de assinatura deste Contrato, os quais serão considerados entregues ao Cessionário na data em que forem constituídos de acordo com o disposto na Cláusula Segunda abaixo, sendo que, (i) nos termos dos itens 2.1. e 2.2. abaixo, uma parcela dos direitos creditórios é cedida ao Fundo de forma incondicionada e, conforme o disposto no item 2.3., a parcela restante é cedida ao

Fundo sob condição suspensiva, e (ii) os direitos creditórios ora cedidos são (a) aqueles representados por Notas Fiscais Fatura de Energia Elétrica emitidas na forma estabelecida na Cláusula 9ª dos CCEAR celebrados entre a Cedente e as concessionárias de distribuição de energia elétrica indicadas no Anexo II ao presente Contrato (as “Distribuidoras Cedidas” e os “CCEAR Cedidos”) (as “Faturas Mensais de Energia Elétrica”), e (b) os respectivos instrumentos de garantia representativos das garantias, outorgadas ou contratadas pelas Distribuidoras Cedidas em favor da Cedente descritos de forma resumida no Anexo II ao presente Contrato (“Instrumentos de Garantia”), além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todas e quaisquer multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão de qualquer dos CCEAR Cedidos, tudo pelo preço indicado no item 1.4.2. abaixo (os “Direitos Creditórios”).

1.2. Independentemente de uma parcela dos Direitos Creditórios ser cedida de forma incondicionada e da parcela restante ser cedida sob condição suspensiva, para todos os fins e efeitos de direito, a cessão objeto deste Contrato abrange a totalidade dos Direitos Creditórios, os quais ficam, por esta razão, a este vinculados e indisponíveis , em caráter irrevogável e irretratável, até o término deste Contrato.

1.3. A Cedente não responde pela solvência das Distribuidoras Cedidas, mas apenas pela correta constituição, e, quando constituídos, pela existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato.

1.4. Os Direitos Creditórios ora cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato, serão considerados entregues pela Cedente ao Cessionário ou a quem for por este indicado para recebê-los em seu nome, tão logo sejam constituídos em cada mês durante a vigência deste Contrato, observados os procedimentos estabelecidos nas Cláusulas Segunda, Quinta, Sexta e Sétima deste Contrato.

1.4.1. As Faturas Mensais de Energia Elétrica, cujo modelo se encontra no Anexo III, emitidas pela Cedente de acordo com o procedimento estabelecido nos CCEAR Cedidos, em conjunto com os CCEAR Cedidos e com os Instrumentos de Garantia, constituem os documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos Creditórios (os “Documentos Comprobatórios”).

1.4.2. Pela cessão incondicionada e pela cessão sob condição suspensiva objeto deste Contrato, o Cessionário pagará à Cedente, na data em que esta entregar ao Administrador as vias originais das Notificações (conforme abaixo definido), na forma como estipulado no item 1.4.3.1 (a “Data de Pagamento do Preço de Aquisição”), o preço certo e ajustado de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) (o “Preço de Aquisição”), desde que (i) as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas tenham sido integralmente subscritas e integralizadas na Data de Pagamento do Preço de Aquisição e (ii) tenha sido observado o disposto no item 1.4.3.2 abaixo.

1.4.3. Na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, o valor correspondente ao Preço de Aquisição será depositado, pelo Custodiante, por ordem e conta do Fundo, em fundos imediatamente disponíveis na conta corrente n.º 00814-1, agência n.º 0912, mantida pela Cedente no Agente de Recebimento (“Conta Autorizada da Cedente”).

1.4.3.1. A Cedente, desde já, autoriza (i) o Agente de Recebimento, de forma irrevogável e irretratável, a proceder à transferência, da Conta Autorizada da Cedente para as contas de sua titularidade abaixo indicadas e, (ii) os Bancos Cessionários (conforme definido abaixo) a debitar de tais contas, os montantes necessários à completa e integral liberação dos CCEAR Cedidos que se encontram cedidos ao Banco Itaú BBA S.A., ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco ABC Brasil S.A. (em conjunto, os “Bancos Cessionários”), em decorrência do “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios com Coobrigação e Outras Avenças”, de forma que, a partir da Data de Pagamento do Preço de

Aquisição, inclusive, os Direitos Creditórios estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive e especialmente aqueles constituídos em favor dos Bancos Cessionários:

- (i) conta vinculada nº [•], no Banco Itaú BBA S.A., agência n.º 001;
- (ii) conta vinculada nº [•], no Banco Bradesco S.A., agência 0912; e,
- (iii) conta vinculada nº [•], no Banco ABC Brasil S.A., agência n.º 001.

1.4.3.2. Para fins do pagamento do Preço de Aquisição, a Cedente deverá, na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, entregar ao Agente de Recebimento, por ordem e conta do Administrador, (i) os termos de quitação do preço de aquisição dos CCEAR pela Cedente, com firma reconhecida, pelos representantes legais dos Bancos Cessionários (“Termos de Quitação”), acompanhados dos documentos legais com a comprovação dos seus poderes para tanto e (ii) as notificações das Distribuidoras Cedidas, feitas para os fins do Art. 290 do Código Civil brasileiro, substancialmente na forma do Anexo IV (“Notificação”) a este Contrato.

- 1.4.4. Após (i) a transferência, pelo Agente de Recebimento, dos valores acima referenciados da Conta Autorizada da Cedente para as contas da Cedente indicadas nas alíneas (i) a (iii) do item 1.4.3.1. acima, (ii) a realização dos débitos realizados pelos respectivos Bancos Cessionários em tais contas, para o completo e integral pagamento do preço de aquisição dos CCEAR que se encontram cedidos aos Bancos Cessionários e a liberação dos CCEAR Cedidos, e (iii) o cumprimento do disposto no item 1.4.3.2 acima pela Cedente, estarão atendidas as condições para a total e completa desoneração dos respectivos CCEAR Cedidos e para que sejam os Bancos Cessionários considerados satisfeitos e quitados para nada mais reclamar em razão do referido “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios com Coobrigação e Outras Avenças”, tudo conforme os termos dos respectivos Termos de Quitação.

1.5. O presente Contrato não constitui contrato aleatório referido nos artigos 458 e 459 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA QUANTIDADE DE DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDA AO FUNDO

2.1. A partir do primeiro dia útil seguinte à Data de Pagamento do Preço de Aquisição (“Data de Início da Entrega”), a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a entregar ao Custodiante, em cada mês durante a vigência deste Contrato, na forma do disposto no item 6.2 abaixo, tão logo sejam constituídos, os Direitos Creditórios cedidos nos termos deste Contrato, seja incondicionalmente, seja sob condição suspensiva (respectivamente, a “Cessão Incondicionada” e a “Cessão sob Condição Suspensiva”), os quais deverão ser pagos, pelas Distribuidoras Cedidas, nos prazos estabelecidos nos CCEAR Cedidos, mediante depósito na, ou transferência para a, Conta de Recebimento e Pagamento do Agente de Recebimento (conforme abaixo definido) indicada nas Notificações.

2.1.1. Dado que até o advento de uma condição suspensiva conforme definido no item 2.3 abaixo, o produto do recebimento dos Direitos Creditórios pertencerá, observado o disposto neste Contrato, parte ao Fundo e parte à Cedente, a Cedente e o Cessionário constituíram, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, para toda a vigência e como condição essencial para a celebração deste Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, o Itaú como Agente de Recebimento da totalidade dos Direitos Creditórios, os quais, depois de recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento (conforme abaixo definido), serão imediatamente creditados pelo Agente de Recebimento nas respectivas Contas Autorizadas (conforme abaixo definido) do Fundo e da Cedente, estritamente de acordo com o disposto nesta Cláusula e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

2.2. A partir da primeira Data de Início da Entrega e durante 60 (sessenta) meses subsequentes consecutivos, ou até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores, o que ocorrer por último, os Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada (que compreendem, inclusive, os Direitos Creditórios objetos da Cessão sob Condição Suspensiva que, em cada mês durante a vigência deste Contrato, se tornem, pelo advento de qualquer das condições suspensivas, Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada) deverão ser, em cada período de tempo compreendido entre o dia 10 de cada mês, inclusive, e o dia 10, exclusive, do mês subsequente, a partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive (um “Período de Disponibilidade”), observado o disposto no item 2.2.1 abaixo, equivalentes ao somatório do produto do valor nominal de cada parcela de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica vencíveis no referido Período de Disponibilidade (sendo cada parcela equivalente a 1/3 (um terço) do valor da Fatura Mensal de Energia Elétrica, doravante denominada individualmente como “Parcela da Fatura”), pelo respectivo Fator de Cessão, representado pelo símbolo ϕ abaixo (a “Quantidade Mínima Mensal” e o “Fator de Cessão”, respectivamente), conforme apurado em cada data de apuração (a “Data de Apuração”) indicada abaixo:

(a) no dia útil anterior à data de vencimento da primeira Parcela da Fatura (qual seja, todo dia 15 do mês subsequente ao mês do fornecimento da energia pela Cedente, conforme cláusula 9.1 dos CCEAR Cedidos) (a “Primeira Data de Apuração), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o primeiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i1}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i1} = \frac{QMM_i}{FT_{i1}}$$

(b) no dia útil anterior à data de vencimento da segunda Parcela da Fatura (a “Segunda Data de Apuração”), correspondente ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e

Agente de Recebimento, o segundo Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i2}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i2} = \frac{QMM_i}{FT_{i2}}$$

(c) no dia útil anterior à data de vencimento da terceira Parcela da Fatura (a “Terceira Data de Apuração”), correspondentes ao Período de Disponibilidade i, o Administrador calculará, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e Agente de Recebimento, o terceiro Fator de Cessão dos Direitos Creditórios a ser aplicado sobre a referida Parcela (ϕ_{i3}), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\phi_{i3} = \frac{\Delta RA_i}{FT_{i3}}$$

$$QMM_i = A_i + C_i + \Delta RA_i$$

$$\Delta RA_i = RA_i - DI_i$$

observado que, para as fórmulas contidas nos itens (a), (b) e (c) acima:

i	Período de Disponibilidade em que há amortização de Quotas Seniores do Fundo.
ϕ_{i1}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a primeira Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
ϕ_{i2}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a segunda Parcela da Fatura com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente;

ϕ_{i3}	Fator de Cessão a ser aplicado sobre a terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i. Se o Fator de Cessão apurado for maior que 1 ou menor que 0, o Custodiante deverá considerar o fator como sendo 1 ou 0, respectivamente.
QMM_i	Quantidade Mínima Mensal prevista no Período de Disponibilidade i, que deverá ser calculada e apurada pelo Administrador, nas Datas de Apuração aplicáveis, com duas casas decimais após a vírgula.
FT_{i1}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à primeira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
FT_{i2}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à segunda Parcela das Faturas Mensais de Energia Elétrica com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
FT_{i3}	Somatório dos valores dos Direitos Creditórios correspondentes à terceira Parcela das Faturas com vencimento no Período de Disponibilidade i, desconsiderados os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente (conforme abaixo definido).
RA_i	Reserva de Amortização e Resgate no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração, conforme definida no artigo 41 do Regulamento.
DI_i	Disponibilidade (conforme definido no artigo 14 do Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.

ΔRA_i	Diferença entre a Reserva de Amortização e Resgate para o Período de Disponibilidade i e a Disponibilidade (conforme definido no Regulamento) no Período de Disponibilidade i, calculada em cada Data de Apuração.
A_i	Montante calculado conforme disposto na alínea (d) do Artigo 40 do Regulamento para o Período de Disponibilidade i, calculado em cada Data de Apuração.
C_i	Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo referentes à taxa de administração, despesas com a prestação de serviços do Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência de Classificação de Risco, para o Período de Disponibilidade i.

2.2.1. O primeiro Período de Disponibilidade se inicia na Data de Início da Entrega, inclusive, e se encerra no dia 10 do mês subsequente à 1ª Data de Amortização, conforme definido no Artigo 32 do Regulamento (o “Primeiro Período de Disponibilidade”). Durante o Primeiro Período de Disponibilidade, a Primeira Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da primeira Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega, a Segunda Data de Apuração será um dia útil anterior ao vencimento da segunda Parcela de Fatura com vencimento após a Data de Início de Entrega e assim sucessivamente. Havendo mais de três Datas de Apuração no Primeiro Período de Disponibilidade serão aplicados com relação a tais Datas de Apuração o mesmo procedimento aplicável à Terceira Data de Apuração, tudo conforme alíneas (a), (b) e (c) do item 2.2. acima.

2.2.2. Nas mesmas datas de recebimento, pelo Agente de Recebimento, do pagamento de cada uma das Parcelas das Faturas Mensais de Energia Elétrica na Conta de Recebimento e Pagamento, e uma vez apurada a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura em cada Data de Apuração, conforme as fórmulas contidas no item 2.2. acima, o Agente

de Recebimento transferirá, nos termos deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, por ordem do Administrador, para a Conta Autorizada do Fundo, recursos que sejam equivalentes ao valor financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura.

2.2.3. Sujeito ao disposto no item 2.3. abaixo, o valor que sobejar a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, conforme estabelecido no item 2.2.1 acima, em cada Período de Disponibilidade será, na mesma data em que for recebido pelo Agente de Recebimento, transferido para a Conta Autorizada da Cedente.

2.2.4. O Administrador será responsável pelo cálculo da Quantidade Mínima Mensal e do montante financeiro dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada por Parcela da Fatura, em cada Data de Apuração, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante e pelo Agente de Recebimento, de acordo com o aqui disposto.

2.2.5. Dessa forma, fica certo e ajustado entre as Partes, que o Agente de Recebimento receberá, mensalmente, na Conta de Recebimento e Pagamento, o equivalente a 100% (cem por cento) do valor nominal de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica representativas dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva.

2.2.6. O recebimento, pelo Agente de Recebimento, de 100% (cem por cento) do valor nominal de Parcela da Fatura, representativas dos Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, na Conta de Recebimento e Pagamento, será bastante para a plena, total e rasa quitação a cada uma das Distribuidoras Cedidas com relação à referida Parcela da Fatura.

2.2.7. Para fins de apuração do Fator de Cessão, o Administrador, após o recebimento das informações prestadas pelo Agente de Recebimento nos termos da Cláusula Oitava abaixo, não considerará, em qualquer Data de Apuração, os Direitos Creditórios a serem pagos por Distribuidora Cedida que, nas datas de vencimento da Parcela da Fatura imediatamente anterior a tal Data de Apuração, não tenha pago a Parcela da Fatura vencida pontual e integralmente ou tenha efetuado pagamento de qualquer Parcela da Fatura a menor ou com atraso e que não tenha sanado a inadimplência até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração em referência (“Distribuidora Cedida Inadimplente”).

2.2.8. Caso, porém, a Distribuidora Cedida Inadimplente efetue ou complemente o pagamento da Parcela da Fatura em atraso ou paga a menor até o 2º (segundo) dia útil anterior à Data de Apuração subsequente à da sua inadimplência, do mesmo modo deverá o Administrador, a partir desta Data de Apuração em que se verificou pagamento da integralidade do Direito Creditório inadimplido, voltar a considerar a Parcela da Fatura da Distribuidora Cedida Inadimplente na Data de Apuração subsequente, conforme previsto no item 2.2. acima.

2.3. Na ocorrência de um dos Eventos de Revisão (conforme definido abaixo) estabelecidos no subitem (ii) do item 11.3 deste Contrato, que corresponderá ao advento da Cessão sob Condição Suspensiva, e após a determinação do Administrador, o Agente de Recebimento transferirá a totalidade dos Direitos Creditórios por Parcela das Faturas pagos na Conta de Recebimento e Pagamento diretamente para a Conta Autorizada do Fundo. Este procedimento perdurará até que o Agente de Recebimento receba determinação em contrário do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

2.4. A transferência da quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, inclusive em razão do advento de uma Condição Suspensiva, de

Direitos Creditórios de que trata esta Cláusula será realizada de acordo com os procedimentos previstos nas Cláusulas Quinta, Sexta e Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

3.1. A Cedente, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato, que:

- a) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a explorar potenciais hidrelétricos e a comercializar a energia por estes gerada, nos termos do Contrato de Concessão;
- b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial, as relativas à cessão e transferência dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede, exceto pelas deliberações que constituem o Anexo V a este Contrato, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, em especial das Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgadas, respectivamente, por meio dos Ofícios GS/JCF n.º 0386/2005, de 16 de agosto de 2005, OF/GS/414/2005, de 24 de junho de 2005 e Despacho n.º 1.009, de 11 de agosto de 2005, à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento

das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão e transferência dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;

- d) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente ou suas Partes Relacionadas, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;

- g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- h) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são cedidos ao Fundo, terão origem na legítima e efetiva compra e venda de energia elétrica, realizada com estrita observância dos CCEAR Cedidos, são de sua legítima e exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos deste Contrato; e
- i) a cessão e transferência de Direitos Creditórios, nos termos deste Contrato, não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo ou comercial entre a Cedente e o Fundo ou entre a Cedente e o Custodiante, ou ainda entre o Fundo e as Distribuidoras Cedidas.

3.2. O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, que:

- a) o Fundo é uma comunhão de recursos validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução n ° 356/2001, e está apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;

- b) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
- c) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a cessão e aquisição de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
- d) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato têm poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
- e) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
- f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

3.3. O Custodiante declara e assegura, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, que:

- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a prestar os serviços de custódia e controladoria para o Fundo;
- b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como as do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, estão devidamente autorizadas pelos seus atos constitutivos;
- c) os representantes legais do Custodiante que assinam este Contrato têm poderes estatutários para tanto, assim como para assumir as obrigações deste decorrentes;
- d) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
- e) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de custódia e controladoria para o Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos deste Contrato e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA QUARTA

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

4.1. Os direitos creditórios elegíveis são somente aqueles oriundos da venda de energia elétrica, pela Cedente, às Distribuidoras Cedidas, por meio dos CCEAR Cedidos, representados pelas Faturas Mensais de Energia Elétrica, e adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato. Os Direitos Creditórios compreendem o direito de crédito decorrente da venda de energia elétrica correspondente ao valor integral de cada Fatura Mensal de Energia Elétrica, e todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, além de todas as garantias outorgadas pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, bem como toda e qualquer multa, penalidade e/ou indenização devida pelas Distribuidoras Cedidas à Cedente, inclusive, em caso de rescisão dos CCEAR Cedidos.

4.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.3. abaixo, na ocorrência de um Evento de Revisão (conforme abaixo definido), a Cedente poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Fundo acerca da referida ocorrência, apresentar ao Fundo novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Cedente, para consideração dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral que deliberar sobre o Evento de Revisão. O critério de elegibilidade a serem atendidos pelo(s) (s) novo(s) contrato(s) de compra e venda de energia elétrica a ser(em) cedido(s) nos termos deste item pela Cedente ao Cessionário será definido pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

CLÁUSULA QUINTA

DA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PELO CUSTODIANTE

5.3. Caso a Cedente ofereça novos direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de energia elétrica conforme os termos definidos na Cláusula 4.2 acima,

a referida cessão será considerada formalizada depois da verificação, pelo Custodiante, do atendimento, pelos novos direitos creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, e eventuais condições precedentes, definidos pelos Quotistas Seniores na Assembléia Geral a que se refere o item 4.2 acima, hipótese em que passarão a ser considerados Direitos Creditórios, para todos os fins e efeitos deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

DOS PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

6.1. A partir da primeira Data de Início de Entrega, os Direitos Creditórios cedidos nos termos deste Contrato serão entregues em cada mês durante a vigência deste Contrato, ao Custodiante, observado o disposto nesta Cláusula Sexta e na Cláusula Sétima deste Contrato.

6.1.1. A entrega dos Direitos Creditórios será considerada feita quando do envio do relatório a que se refere o item 6.2 abaixo e será realizada de acordo com esta Cláusula, sem prejuízo da perfeição, desde a data de assinatura deste Contrato, da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a qual é ora formalizada.

6.2. A entrega dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Custodiante na forma do item anterior será comprovada por um relatório com os dados das Faturas Mensais de Energia Elétrica, na forma do Anexo VI a este Contrato, o qual a Cedente se compromete a entregar ao Custodiante a partir da Data de Início de Entrega, acompanhado de uma via de cada uma das Faturas Mensais de Energia Elétrica representadas no referido relatório com relação às Parcelas de Faturas já emitidas e ainda não vencidas. O referido relatório deverá ser entregue pela Cedente ao Custodiante, no mais tardar, no 6º (sexto) dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente ao respectivo fornecimento de energia às Distribuidoras Cedidas.

6.3. A partir da primeira Data de Início da Entrega, inclusive na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, a totalidade dos valores

recebidos das Distribuidoras Cedidas na conta de recebimento e pagamento, n.º 08395-3, agência n.º 0910, do Custodiante (a “Conta de Recebimento e Pagamento”) será movimentada pelo Agente de Recebimento de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ENTREGA DO PRODUTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

7.1. Nas datas do recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios na Conta de Recebimento e Pagamento, na forma do item 6.3. acima, o Agente de Recebimento transferirá, observada a ordem dada pelo Administrador na forma estabelecida no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, em fundos imediatamente disponíveis, da Conta de Recebimento e Pagamento para a conta n.º 52785-8, mantida pelo Fundo na agência n.º 2001 do Agente de Recebimento (a “Conta Autorizada do Fundo”) (cada data de transferência em cada Período de Disponibilidade, uma “Data de Transferência”) recursos de titularidade do Fundo e que são os necessários e suficientes para atender a Quantidade Mínima Mensal, observado o disposto na Cláusula Segunda deste Contrato.

7.1.1. O Administrador será responsável pelo cálculo do montante a ser transferido ou creditado na Conta Autorizada do Fundo, a ser feito nos termos do item 2.2. da Cláusula Segunda deste Contrato, na Data de Apuração, devendo prontamente informá-lo à Cedente, ao Custodiante e ao Agente de Recebimento.

7.2. O Custodiante entregará ao Administrador, com cópia para a Cedente, por meio eletrônico até o 6º (sexto) dia útil após o encerramento do Período de Disponibilidade anterior, relatório de transferência, com indicação do montante financeiro dos Direitos Creditórios transferidos ao Cessionário no mês imediatamente anterior, na forma indicada no Anexo VII deste Contrato.

7.3. O saldo da Conta de Recebimento e Pagamento não transferido para a Conta Autorizada do Fundo em cada Data de Transferência corresponde aos Direitos Creditórios cedidos sob Condição Suspensiva, e não tendo havido o advento de qualquer das condições suspensivas, será transferido em fundos imediatamente disponíveis, na mesma data prevista no item 7.1., pelo Agente de Recebimento, para a Conta Autorizada da Cedente, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

7.4. Fica desde já esclarecido que o montante financeiro recebido pelo Agente de Recebimento correspondente aos Direitos Creditórios cedidos sob Condição Suspensiva, transferidos da Conta de Recebimento e Pagamento para a Conta Autorizada da Cedente não fará parte do Patrimônio Líquido do Fundo.

7.5. O Agente de Recebimento manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer momento, dos Direitos Creditórios recebidos na Conta de Recebimento e Pagamento que forem transferidos para a Conta Autorizada do Fundo e para a Conta Autorizada da Cedente.

7.6. O Agente de Recebimento está devidamente autorizado a movimentar a Conta de Recebimento e Pagamento nos termos descritos nesta Cláusula Sétima e no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTROLE DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1. O Agente de Recebimento fará, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, o controle do recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios pelas Distribuidoras Cedidas e informará imediatamente ao Administrador, ao Custodiante e à Cedente o inadimplemento de qualquer Distribuidora Cedida nos pagamentos devidos em cada Período de Disponibilidade durante a vigência deste Contrato.

8.2. Na mesma data do não pagamento de quaisquer Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, a Cedente, na qualidade de agente cobradora da Distribuidora Cedida Inadimplente, função para a qual é ora contratada pelo Cessionário, e com a qual a Cedente concorda em exercer por todo o prazo de vigência deste Contrato, deverá tomar todas as providências necessárias para a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente e repassar ao Fundo, sem qualquer retenção, todo e qualquer pagamento por esta efetuado. A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata esta Cláusula, que serão pagos pelo Fundo na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

8.2.1. A Cedente deverá observar os procedimentos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e nos respectivos Instrumentos de Garantia e demais disposições da regulamentação aplicável para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios da respectiva Distribuidora Cedida Inadimplente.

CLÁUSULA NONA

DO DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

9.1. A Cedente, na pessoa de seu representante legal, obriga-se a manter os Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositário, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se pela sua guarda, por ordem e conta do Custodiante, pelo prazo exigível pela legislação fiscal, contados da data de emissão das Faturas Mensais de Energia Elétrica, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante em nome do Cessionário, ou a quem este indicar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da data do recebimento da solicitação deste, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Cedente perceberá a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pela prestação dos serviços de que trata esta Cláusula, que serão pagos pelo Custodiante na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, mediante crédito na Conta Autorizada da Cedente.

9.1.1. Independentemente do disposto no item 9.1 acima, o Custodiante realizará auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, na Cedente e nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios estejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios, bem como o cumprimento das obrigações da Cedente, com relação à guarda dos Documentos Comprobatórios, nos termos desta Cláusula. O resultado dessa auditoria será comunicado pelo Custodiante ao Administrador, à Cedente, à Empresa de Auditoria e à Agência de Classificação de Risco, para que sejam adotadas as medidas aqui previstas.

9.2. A Cedente neste ato expressamente autoriza o acesso irrestrito do Cessionário, e do Custodiante, ou de qualquer pessoa que estes indicarem, aos Documentos Comprobatórios, no endereço indicado no Preâmbulo do presente Contrato.

9.3. A Cedente aceita sua nomeação como depositária, e declara conhecer as conseqüências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, dos Documentos Comprobatórios, e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil brasileiro

CLÁUSULA DEZ

DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente expressamente obriga-se a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Terceira acima, e a manter o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;

- b) a entregar, na Data de Aquisição e Pagamento, as Notificações firmadas pelas Distribuidoras Cedidas, sob pena do não pagamento do Preço de Aquisição;
- c) comunicar ao Fundo a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão (conforme abaixo definido) de que venha a tomar conhecimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva ciência;
- d) emitir as Faturas Mensais de Energia Elétrica conforme os prazos e termos estabelecidos nos CCEAR Cedidos e indicar a Conta Autorizada do Fundo no campo apropriado para o recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios;
- e) proceder à cobrança das Distribuidoras Cedidas Inadimplentes e praticar todos os atos necessários para tanto, nos termos da Cláusula 8.2 e regulamentação aplicável;
- f) transferir ao Agente de Recebimento e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores, devidamente corrigidos, que venha a receber das Distribuidoras Cedidas com relação aos Direitos Creditórios ora cedidos ao Fundo, seja os Direitos Creditórios contra Distribuidora Cedida Inadimplente ou não, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência ao Agente de Recebimento, sob as penas da lei;
- g) permitir ao Fundo, ou a quem for por este indicado, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, das suas obrigações nos termos deste Contrato;

- h) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que as Distribuidoras Cedidas honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- i) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, cópia (i) do seu estatuto social; (ii) das respectivas deliberações societárias que constituem o Anexo V a este Contrato; e, conforme o caso, (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato;
- j) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato, parecer legal emitido por seu advogado interno, e, a cada período de 12 (doze) meses, uma ratificação dos termos do referido parecer legal, substancialmente na forma do Anexo VIII;
- k) encaminhar ao Fundo, no prazo de 5 (cinco) dias de sua aprovação, cópias (i) das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto social; e (ii) de qualquer alteração nos mandatos outorgados aos seus mandatários nos termos deste Contrato, do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, ou do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas;
- l) encaminhar ao Fundo, no prazo de 3 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- m) encaminhar ao Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;

- n) encaminhar ao Fundo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro do comércio, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- o) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- p) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela Agência de Classificação de risco das Quotas do Fundo, em especial aquelas relacionadas aos Direitos Creditórios, às Distribuidoras Cedidas e às condições econômico-financeiras da Cedente;
- q) não renunciar ao exercício de direito, tácita ou expressamente, e não alterar, por meio de aditamento ou por qualquer outro meio, as cláusulas dos CCEAR Cedidos sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Fundo, a qual não será negada injustificadamente;
- r) enviar ao Fundo, com cópia para o Custodiante, no prazo de 15 dias corridos ao recebimento de qualquer comunicação recebida pela Cedente das Distribuidoras Cedidas, com relação à intenção de reduzir e/ou ceder o volume de energia contratada dos CCEAR Cedidos, seja por meio do exercício do direito à sazonalização da energia contratada, cessão da energia contratada ou outro meio permitido pelo respectivo CCEAR Cedido;
- s) notificar a(s) concessionária(s) de distribuição de energia elétrica que vier(em) a firmar o “Termo de Cessão de Direitos e Obrigações” com as Distribuidoras Cedidas, conforme previsto no inciso II da Cláusula 7.7 dos CCEAR Cedidos (“Termo de Cessão”), de que os Direitos Creditórios subjacentes aos

montantes de energia contratada objeto de eventual cessão pelas Distribuidoras Cedidas foram integralmente cedidos ao Fundo e indicar, no referido Termo de Cessão, de que os pagamentos a serem realizados no âmbito do(s) CCEAR que vier(em) a ser aditado(s) deverão ser efetuados na Conta de Recebimento e Pagamento, bem como fazer todas as comunicações necessárias no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada a respeito da referida cessão; e

- t) informar imediatamente ao Administrador e ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Revisão do qual tenha conhecimento.

10.2. As obrigações previstas nesta Cláusula para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula Quinze abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

CLÁUSULA ONZE

DOS EVENTOS DE REVISÃO

11.1. São considerados eventos de revisão (os “Eventos de Revisão”) cada uma das seguintes ocorrências:

- a) utilização, por 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos ou 3 (três) Períodos de Disponibilidade alternados num período de 6 (seis) meses, da Reserva de Amortização que não seja recomposta no Período de Disponibilidade imediatamente subsequente (i) ao segundo Período de Disponibilidade consecutivo em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada ou (ii) ao Período de Disponibilidade imediatamente subsequente àquele em que a Reserva de Amortização tenha sido utilizada pela terceira vez no período de 6 (seis) meses;

- b) ajuizamento de pedido de falência em face de qualquer das Distribuidoras Cedidas, cuja Fatura Mensal de Energia Elétrica represente individualmente valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do valor médio da totalidade das Faturas Mensais de Energia Elétrica nos 3 (três) Períodos de Disponibilidade imediatamente anteriores ou o ajuizamento por qualquer destas de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes deste Contrato que não seja um Evento de Revisão e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- d) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- e) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- f) a efetiva rescisão, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de CCEAR Cedido(s) que represente(m) mais do que 4% (quatro por cento) da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 (três) Períodos de Disponibilidade anteriores à referida rescisão;
- g) descumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos do item 6.2. deste Contrato, não sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- h) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 22.500.000,00 (vinte e

dois milhões e quinhentos mil reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de corresponsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- i) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Standard & Poor's para uma nota inferior a brAAf, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Standard & Poor's;
- j) caso, a partir de fevereiro de 2006, o índice obtido pela divisão da (A) quantia correspondente ao montante calculado conforme alínea (d) do Artigo 40 do Regulamento, acrescido dos Encargos do Fundo, ambos referentes a um determinado Período de Disponibilidade, pelo (B) somatório dos valores das Faturas Mensais de Energia Elétrica subtraído das Parcelas das Faturas

Inadimplentes, assim entendidas aquelas Parcelas das Faturas que não tiveram a totalidade do seu valor exigível efetivamente pago até o 3º (terceiro) dia útil anterior ao vencimento da Parcela da Fatura subsequente, referentes ao mesmo Período de Disponibilidade, apurado no 6º (sexto) dia útil após o encerramento de tal Período de Disponibilidade a partir de fevereiro de 2006, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses, igual ou superior a 40% (quarenta por cento) no respectivo Período de Disponibilidade;

- k) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei;
- l) adoção, por qualquer das Distribuidoras Cedidas, de quaisquer medidas judiciais, inclusive aquelas que tenham por objeto a discussão do preço de compra dos CCEAR Cedidos que possam, a critério do Cessionário, comprometer o fluxo de receita dos CCEAR Cedidos;
- m) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- n) decretação de intervenção na concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- o) existência de evidências de que a Cedente tenha (i) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Faturas de Energia Elétrica sem lastro e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao Fundo CCEAR Cedidos sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo;

p) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos deste Contrato e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas; e

q) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.

11.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.3. abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará, conforme o caso, as providências estabelecidas nos Artigos 51 ou 52 do Regulamento.

11.3. Cada um dos Eventos de Revisão referidos no item 11.1. é considerado, para todos os fins e efeitos de direito, uma Condição Suspensiva, cuja ocorrência fará com que o Administrador (i) adote as providências referidas no Parágrafo Primeiro, do Artigo 51, do Regulamento, e, se o caso, (ii) determine ao Agente de Recebimento reter 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios nas hipóteses estabelecidas nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (o) e (q) do item 11.1. acima, conforme os termos do item 2.3 deste Contrato e observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

11.4. O exercício da faculdade referida no item 11.3. supra não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato, das penalidades previstas na Cláusula Treze abaixo.

CLÁUSULA DOZE

DA RESILIÇÃO PELA CEDENTE

12.1. A Cedente poderá resilir este Contrato, mediante comunicação enviada ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de resilição, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros; (ii) modificações do

Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato; ou (iii) aprovação pelos Quotistas de novo Parâmetro de Rentabilidade que torne o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente.

12.2. O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, inclusive o disposto no item 12.3. abaixo, e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e que já sejam exigíveis, ou se tornem exigíveis em razão da rescisão deste Contrato, na data do recebimento da comunicação referida no item 12.1. acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

12.3. O exercício do direito a rescisão do Contrato nos termos do item 12.1. acima é condicionado à restituição, pela Cedente, ao Fundo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de rescisão a ser encaminhada pela Cedente ao Administrador, do valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescidos dos custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, após o que o Administrador adotará as providências estabelecidas no Artigo 52 do Regulamento para proceder à liquidação antecipada do Fundo.

CLÁUSULA TREZE

DAS PENALIDADES

13.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não

compensatória, de 3% (três por cento), calculada sobre o respectivo valor devido. Na hipótese de inadimplemento atribuído ao Fundo, a Cedente deverá cobrar os encargos da inadimplência do Administrador, a menos que este comprove não ter concorrido omissiva ou comissivamente para a ocorrência do inadimplemento.

13.2. O inadimplemento, pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 13.1. desta Cláusula se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no tocante ao descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante, do Agente de Recebimento e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

13.3. O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo estabelecido neste Contrato ou assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA QUATORZE

DA CONFIDENCIALIDADE

14.1. Cada uma das Partes e o Interveniente (em conjunto, as “Partes Obrigadas” e, individualmente, a “Parte Obrigada”) obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou

informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato (as “Informações Confidenciais”), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os “Representantes”) e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia e expressa autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

14.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.

14.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

14.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato.

14.5. O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula Quatorze sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos estando seu descumprimento sujeito ao disposto neste Contrato a qualquer tempo durante a vigência do prazo ora referido, inclusive após a extinção ou a resolução deste Contrato.

CLÁUSULA QUINZE DAS COMUNICAÇÕES

15.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) para a Cedente:

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312

CEP 04447-011- São Paulo, SP

At.: Vicente K. Okazaki

e-mail: vicente.okazaki@cesp.com.br

Fac-símile: 5612-6849

b) para o Fundo/Administrador:

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar

CEP 04344-902 – São Paulo, SP

At.: Rogerio Aoki / Carlos Augusto Salamonde

e-mails: rogerio.aoki@itau.com.br/carlos.salamonde@itau.com.br

intrag@itau.com.br/odilon.teixeira@itau.com.br

Fac-símile: 55-11-5029.4708

- c) para o Custodiante:
BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 9º andar
CEP 04344-902 - São Paulo, SP
At.: Rosa Machado / Cibele Bertolucci
e-mail: rosa.machado@itau.com.br / cbele.bertolucci@itau.com.br
Fac-símile: 55-11-5029.4554/5029.1538
- d) para o Agente de Recebimento e Pagamento
BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 9º andar
CEP 04344-902 - São Paulo, SP
At.: Rosemeire Pires Araujo Sciacca
José Manuel Canosa Monteiro
Luiz Carlos da Silva
Gilberto Cesar Guimarães
e-mail: rosemeire.sciacca@itau.com.br - jose.canosa@itau.com.br
luiz.silva@itau.com.br - gilberto.guimaraes@itau.com.br
Fac-símile: (11) 3882.5053
- e) para a Agência de Classificação de Risco:
Standard & Poor's
Avenida Engº Luis Carlos Berrini, 1253 – 10º andar
04571-010 São Paulo, SP
At.: Sergio Garibian
e-mail: sergio_garibian@sandp.com
Fac-símile: 011-5501-8654

15.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

15.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

CLÁUSULA DEZESSEIS DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O Cessionário reconhece que não tem qualquer direito de agir contra a ANEEL em caso de inadimplemento dos compromissos financeiros assumidos pela Cedente nos termos deste Contrato.

16.2. A Cedente e o Fundo reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Contrato que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor insolvente.

16.3. Todas as disposições contidas neste Contrato que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

16.4. Observados os prazos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil.

16.5. As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 15.3. acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação descumprida.

16.6. O presente Contrato vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Encerramento da Distribuição das Quotas Seniores, ou até que tenham sido resgatadas todas as Quotas em circulação, o que ocorrer por último.

16.7. A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma via (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato.

16.8. Toda e qualquer modificação deste Contrato somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante.

16.9. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial e/ou de exclusividade entre a Cedente, o Fundo e o Custodiante.

16.10. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

16.11. Os anexos a este Contrato (os “Anexos”) são dele parte integrante e inseparável. Em caso de divergência entre o teor e/ou sua interpretação do Contrato e de seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

16.12. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulável, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulabilidade.

16.13. A tolerância e as concessões recíprocas entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

16.14. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes acerca dos direitos e obrigações nele estabelecidos, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

16.15. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

16.16. O presente Contrato e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo.

16.17. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

16.18. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA DEZESSETE

DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 5 de outubro de 2005.

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

Por: Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Administrador

BANCO ITAÚ S.A.

Interveniente

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO I

USINAS HIDRELÉTRICAS DA CEDENTE

Nome	Potência Instalada (MW)	Rio	Municípios	UF	Prazo da Concessão
UHE Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)	1.540,00	Paraná	Anaurilândia e Rosana	MS/SP	21 de maio de 2008
UHE Jupia (Engº Souza Dias)	1.551,20	Paraná	Castilho e Três Lagoas	SP/MS	7 de julho de 2015
UHE Ilha Solteira	3.444,00	Paraná	Ilha Solteira e Selvíria	SP/MS	7 de julho de 2015
UHE Jaguari	27,60	Jaguari	São José dos Campos	SP	20 de maio de 2020
UHE Paraibuna (Paraibuna/Paraitinga)	85,00	Paraíba do Sul	Paraibuna	SP	9 de março de 2021
UHE Três Irmãos	807,50	Tietê	Pereira Barreto	SP	18 de novembro de 2011

ANEXO II

LISTAGEM DAS DISTRIBUIDORAS CEDIDAS E RESPECTIVOS CCEAR CEDIDOS (ACOMPANHADOS DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE GARANTIA)

I. CCEAR Cedidos – Produto 2005/2012

1. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light	
Dados do CCEAR:	Nº 64/2004 8284SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG (“CCG”) – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.197-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2262/04	

2. Distribuidora:	Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. - Caiuá	
Dados do CCEAR:	Nº 39/2004 8259SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.150-8 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 057/05	

3. Distribuidora:	Copel Distribuição S.A. – Copel Distribuição	
Dados do CCEAR:	Nº 55/2004 8275SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 3306-5 – C/C 11.500-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2313/04	Aplicação em CDB (R\$ 790.000,00), com vencimento em 21/12/05

4. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº 59/2004 8279SE	
Assinatura:	10/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Banespa – Agência 0154 – C/C 13003394-9 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2252/04	Aplicação em CDB (R\$ 4.354.000,00), com vencimento em 18/12/06

5. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 45/2004 8265SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 3399-5 – C/C 5.900-5 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2298/04	

6. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº 56/2004 8276SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 4361-3 – C/C 206414-6 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2364/04	
		Carta Fiança (R\$ 238.546,06) Banco do Brasil Vencimento em 27/12/05

7. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº 52/2004 8272SE	
Assinatura:	17/12/2004	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.200-8 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 081/05	
		Carta Fiança nº DEPJUR 101/2004 (R\$ 11.886,09) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

8. Distribuidora:	Companhia de eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº 36/2004 8256SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Carta Fiança nº 0100342210001 (R\$ 1.720.235,00) Banco Unibanco Vencimento em 23/02/06	

9. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba – Saelpa	
Dados do CCEAR:	Nº 67/2004 8287SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.166-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 80/05	
		Carta Fiança DEPJUR 76/2004 (R\$ 151.349,49) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

10. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº 57/2004 8277SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.186-9	Carta Fiança (R\$ 90.334,25) Banco do Brasil Vencimento em 01/01/06

11. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº 49/2004 8269SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Coopercem – Agência 4247 – C/C 1003-0 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2276/04	

12. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema – CELB	
Dados do CCEAR:	Nº 43/2004 8263SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência Centralizadora – C/C 76.225-3 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 056/05	Carta Fiança DEPJUR 82/2004 (R\$ 20.602,55) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

13. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	
Dados do CCEAR:	Nº 53/2004 8273SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 2940-8 – C/C 199.000-4	Carta Fiança (R\$ 648.845,29) Banco do Brasil Vencimento em 27/12/05

14. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº 62/2004 8282SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.121-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2351/04	

15. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº 37/2004 8257SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco do Brasil – Agência 1893-7 – C/C 2600-X	Carta Fiança (R\$ 210.859,16) Banco do Brasil Vencimento em 18/12/05

16. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará - COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº 54/2004 8274SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco BEC – Agência 084 – C/C 730.100-6 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2312/04	

17. Distribuidora:	Empresa De Eletricidade Vale Parapanema S.A. - EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº 58/2004 8278SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.153-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2301/04	

18. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº 63/2004 8283SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.118-4 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2325/04	

19. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	
Dados do CCEAR:	Nº 38/2004 8258SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.156-7 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2299/04	

20. Distribuidora:	Companhia Elétrica de Pernambuco - CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº 46/2004 8266SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Carta Fiança nº 55007/04 (R\$ 1.063.020,47) Banco Citibank Vencimento em 29/12/05	

21. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº 61/2004 8281SE	
Assinatura:	14/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.203-2 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2321/04	Carta Fiança DEPJUR 92/2004 (R\$ 92.711,47) Banco BVA Vencimento em 26/12/05

22. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº 68/2004 8288SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	Carta Fiança nº 0100319990001(R\$ 148.179,87) Banco Unibanco Vencimento em 01/01/06	

23. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº 47/2004 8276SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.162-1 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2277/04	

24. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº 66/2004 8286SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.189-3	Carta Fiança (R\$ 47.544,34) Banco do Brasil Vencimento em 01/01/06

25. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº 65/2004 8285SE	
Assinatura:	29/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.159-1 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2300/04	

26. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº 48/2004 8268SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.192-3 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2352/04	

27. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº 50/2004 8270SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Bradesco – Agência 0895-8 – C/C 76.229-6	

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo	
Dados do CCEAR:	Nº 60/2004 8280SE	
Assinatura:	27/12/04	
Vencimento:	31/12/2012	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar
	CCG – Bloqueio de conta até o valor do débito + juros de 1% am + multa de 2% Banco Banespa – Agência 0319-9 – C/C 55.0.00174-7 Recebíveis período 2005/2012 – Ofício ANEEL 2251/04	Carta Fiança (R\$ 1.050.563,11) Banco ABC Brasil S.A. Vencimento em 31/12/05

II. CCEAR Cedidos – Produto 2006/2013:

1. Distribuidora:	Bandeirante Energia S.A. - Bandeirante	
Dados do CCEAR:	Nº 413/2004 8667SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

2. Distribuidora:	Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB	
Dados do CCEAR:	Nº 414/2004 8668SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

3. Distribuidora:	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	
Dados do CCEAR:	Nº 426/2004 8680SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

4. Distribuidora:	Companhia Energética da Borborema - CELB	
Dados do CCEAR:	Nº 419/2004 8673SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

5. Distribuidora:	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	
Dados do CCEAR:	Nº 439/2004 8693SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

6. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	
Dados do CCEAR:	Nº 430/2004 8684SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

7. Distribuidora:	Companhia Energética do Ceará – COELCE	
Dados do CCEAR:	Nº 431/2004 8685SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

8. Distribuidora:	Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A. – EEVP	
Dados do CCEAR:	Nº 435/2004 8689SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

9. Distribuidora:	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA	
Dados do CCEAR:	Nº 440/2004 8694SE	
Assinatura:	16/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

10. Distribuidora:	Copel Distribuições S.A. – Copel Distribuição	
Dados do CCEAR:	Nº 432/2004 8686SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

11. Distribuidora:	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	
Dados do CCEAR:	Nº 433/2004 8687SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

12. Distribuidora:	Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 422/2004 8676SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

13. Distribuidora:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro	
Dados do CCEAR:	Nº 436/2004 8690SE	
Assinatura:	10/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

14. Distribuidora:	Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. - Caiuá	
Dados do CCEAR:	Nº 415/2004 8669SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

15. Distribuidora:	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	
Dados do CCEAR:	Nº 423/2004 8677SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

16. Distribuidora:	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ	
Dados do CCEAR:	Nº 412/2004 8666SE	
Assinatura:	30/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

17. Distribuidora:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - Cataguazes	
Dados do CCEAR:	Nº 429/2004 8683SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

18. Distribuidora:	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista	
Dados do CCEAR:	Nº 434/2004 8688SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

19. Distribuidora:	S.A. de Eletrificação da Paraíba. - SAELPA	
Dados do CCEAR:	Nº 444/2004 8698SE	
Assinatura:	15/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

20. Distribuidora:	Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGIZE	
Dados do CCEAR:	Nº 438/2004 8692SE	
Assinatura:	14/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

21. Distribuidora:	Companhia Luz e Força Santa Cruz - CLFSC	
Dados do CCEAR:	Nº 445/2004 8699SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

22. Distribuidora:	Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL Piratininga	
Dados do CCEAR:	Nº 443/2004 8697SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

23. Distribuidora:	Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	
Dados do CCEAR:	Nº 442/2004 8696SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

24. Distribuidora:	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	
Dados do CCEAR:	Nº 425/2004 8679SE	
Assinatura:	20/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

25. Distribuidora:	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	
Dados do CCEAR:	Nº 420/2004 8674SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

26. Distribuidora:	Light Serviços de Eletricidade S.A. - Light	
Dados do CCEAR:	Nº 441/2004 8695SE	
Assinatura:	17/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

27. Distribuidora:	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	
Dados do CCEAR:	Nº 427/2004 8681SE	
Assinatura:	23/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

28. Distribuidora:	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo	
Dados do CCEAR:	Nº 437/2004 8691SE	
Assinatura:	21/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

29. Distribuidora:	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	
Dados do CCEAR:	Nº 424/2004 8678SE	
Assinatura:	22/12/04	
Vencimento:	31/12/2013	
Garantia(s):	Permanente	Suplementar

ANEXO III
MODELO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

Nota Fiscal /
Conta de Energia Elétrica



Companhia Energética
de São Paulo
Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312
04447-011 São Paulo SP

Tel: 56132100
Cx. Postal 1035
CNPJ 60.933.603/0001-78
Inscr. Est. 104.918.003.117

Data	Referência
Destinatário	

Período Findo	Apresentação	Legislação	Valor
---------------	--------------	------------	-------

Valor por Extensão

1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
Vencimento	Vencimento	Vencimento

Local de Pagamento

Dados do Suprimento e Faturamento

" ICMS Diferido conforme Decreto nº 33.118, cap. VIII art. 399 "

Assinatura do Responsável	Autenticação CESP / Local e Data

AF. 271/97

ANEXO IV
MINUTA DE NOTIFICAÇÃO

São Paulo, [•] de 2005.

À

[Distribuidora Cedida]

[Endereço]

A/C: [•]

Ref.: Cessão de Direitos Creditórios oriundos de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR

Prezados Senhores,

1. Vimos, pela presente, notificar V.Sas. de que a titularidade dos direitos creditórios futuros oriundos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, celebrados entre a CESP e a **[DISTRIBUIDORA CEDIDA]**, e respectivos instrumentos de garantia, relativos aos Produtos 2005-2012 e 2006-2013¹ (os “Direitos Creditórios” e a “Distribuidora”, respectivamente) em dezembro de 2004 (“CCEAR”), os quais haviam sido cedidos, pela **CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (“CESP”)** aos Bancos Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABC Brasil S.A., conforme os termos da Notificação n.º [•] enviada à V.Sas., foi transferida pela CESP ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II**, constituído em 8 de setembro de 2005, sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.589.985/0001-81, na forma da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003 (“FIDC CESP II”), em caráter irrevogável e irretratável, por meio do Contrato de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, firmado entre a CESP e o FIDC CESP II.

2. A partir desta data, os pagamentos das faturas a serem emitidas pela CESP contra a Distribuidora até a integral liquidação das obrigações assumidas pela CESP nos termos do Contrato de Cessão, deverão continuar a ser feitos, (i) via TED - Transferência Eletrônica Disponível, na Conta Corrente n.º 08395-3, da Agência n.º 0910 do Banco Itaú S.A., o qual passará a ser o agente de recebimento e pagamento

¹ À exceção da Celesc, que firmou apenas o CCEAR 2006-2013.

dos Direitos Creditórios (o “Agente de Recebimento”), ou (ii) por meio da quitação de boleto bancário a ser enviado pelo Banco Itaú S.A., a critério dessa Distribuidora, sendo que somente o depósito na referida conta ou a liquidação comprovada do referido boleto bancário, conforme o caso, quitará o pagamento efetuado, independentemente de qualquer formalidade adicional.

3. A Distribuidora deverá acatar exclusivamente instruções do Agente de Recebimento em relação ao pagamento e forma de quitação dos Direitos Creditórios, sendo que os pagamentos devidos nos termos do CCEAR e sua respectiva quitação serão efetuados na forma estabelecida no parágrafo 2 acima diretamente ao Agente de Recebimento, salvo expressa ordem por escrito em contrário deste.

Atenciosamente,

CESP – Companhia Energética de São Paulo

BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

ANEXO V
DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS DA CEDENTE

COLEGIADAJUCESP PROTOCOLO
338776/05-9**CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO****CNPJ Nº 60.933.603/0001-78****NIRE Nº 35300011996****ATA DA QÜINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de 2005, às 16:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no Artigo 18 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 - 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, justificou a ausência do Conselheiro Nelson Vieira Barreira e, ato contínuo, colocou em apreciação o único item da pauta, **"Estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, no valor de até R\$ 525 milhões"**, solicitando ao Presidente da CESP, Guilherme Augusto Cirne de Toledo, e ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Vicente Kazuhiro Okazaki, que apresentassem o assunto, o que foi feito com base na Resolução de Diretoria nº 210/01/405ª, de 18/04/2005, e na Proposta do Conselho de Administração, cujo teor é o seguinte: **"PROPOSTA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. 19/04/2005. Nos termos do Relatório F/009/2005 e da conseqüente Resolução de Diretoria, o senhor Presidente da Diretoria propõe ao Conselho de Administração, nos termos do inciso VI do Artigo 17 do Estatuto Social, aprovar proposta no sentido de autorizar a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores a conceder Mandato ao Consórcio formado pelas instituições Banco Bradesco S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) para a estruturação financeira, distribuição pública, administração, custódia, controladoria e gestão de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, no montante de até R\$ 525 milhões, nas seguintes principais condições :**

Patrimônio Líquido

Até R\$ 525 milhões. A ser definido após o processo de análise/auditoria ("Due Diligence") que avaliará os Contratos cujos direitos creditórios serão cedidos ao Fundo.

Prazo de duração	60 meses.
Carência	Até janeiro de 2006.
Juros	Mensal
Amortização das Quotas (principal e juros)	Em parcelas mensais, iguais e consecutivas a partir do término da carência (limitado ao prazo de duração do FIDC de 60 meses).
Público Alvo	Investidores qualificados.
Regime de colocação	Garantia Fime para as Quotas Seniores até o limite de R\$ 500 milhões, da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none">✓ Itaú BBA: Até R\$ 200 milhões (Coordenador Líder);✓ Bradesco: Até R\$ 175 milhões; e✓ ABC Brasil: Até R\$ 125 milhões.
Devedores/Sacados:	A serem definidos.
Constituição e Estrutura das Quotas	O FIDC será constituído por Quotas Subordinadas e Quotas Seniores, que terão preferência no pagamento das obrigações do FIDC. Será realizada Oferta Pública para as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão detidas pela CESP, em percentual do Patrimônio Líquido do FIDC a ser definido, uma vez que se destinam somente a oferecer maior segurança aos investidores das Quotas Seniores.
Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores	Será definida em processo de construção de preço ("bookbuilding"), tendo como rentabilidade alvo a taxa CDI + até 2,5% a.a.
Quantidade	A definir, de acordo com a estrutura de subordinação das Quotas.
Valor Nominal/ Preço de Subscrição	Mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Negociação no mercado secundário	Bovespa Fix ou Soma Fix.

Referida emissão está relacionada à seguinte estrutura de custos:

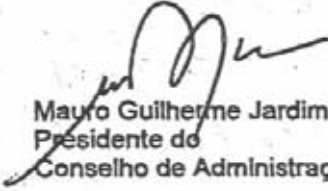
Comissão de Coordenação	0,45%, sobre o valor das Quotas Seniores;
Comissão de Estruturação	0,45%, sobre o valor das Quotas Seniores;

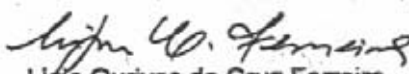
Comissão de Colocação	0,90%, sobre o valor das Quotas Seniores;
Comissão de Garantia Firme	0,40%, sobre o valor das Quotas Seniores;
Comissão de Sucesso	30% sobre a economia obtida na taxa teto do bookbuilding;
Administração, Custódia, Controladoria e Gestão	Limitada a 0,20%, sobre o Patrimônio Líquido do FIDC;
Demais Custos	Auditoria, Classificação de Risco (Rating), Apresentações (Roadshow), Viagens, Assessoria Jurídica, Publicações, Registros (CVM / CETIP / Cartório / Junta Comercial, etc), Consultoria e/ou Especialistas e demais custos inerentes a constituição do FIDC são de responsabilidade da CESP.

Nos termos da proposta conjunta, os Bancos se comprometem a realizar empréstimo-ponte no montante de até R\$ 250 milhões, a ser liberado até o início do mês de maio, o que poderá ser necessário enquanto se estrutura a operação completa deste FIDC. Guilherme Augusto Cime de Toledo, Presidente". Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou aprovada por unanimidade a estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, no valor de até R\$ 525 milhões, nas condições supra mencionadas.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Ruy Martins Altenfelder Silva, Antonio Mardevânio Gonçalves da Rocha, Carlos Pedro Jens, Cláudia Maria Costin, Fernando Carvalho Braga, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva, Luiz de Freitas Bueno, Luiz Tacca Júnior, Marcelo Sili Reis, Martus Tavares e Norberto de Franco Medeiros.

São Paulo, 19 de abril de 2005.


Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração


Lígia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária Executiva do
Conselho de Administração



JUCESP

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
444447/05-2



CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

CNPJ Nº 60.933.603/0001-78

NIRE Nº 35300011996

EXTRATO DA ATA DA QÜINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 6 (seis) dias do mês de junho de 2005, às 17:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no Artigo 18 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 - 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, colocou em apreciação o único item da pauta, "Ampliação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, para o volume de até R\$ 682,5 milhões", solicitando ao Presidente da CESP, Guilherme Augusto Cime de Toledo, e ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Vicente Kazuhiro Okazaki, que apresentassem o assunto, o que foi feito com base na Resolução da Diretoria nº 1630/01/1253ª, de 01/06/2005, e na Proposta ao Conselho de Administração Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou aprovada por unanimidade a ampliação em R\$ 150,0 milhões da operação de crédito anteriormente aprovada, mediante a constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, para o montante de até R\$ 682,5 milhões, dos quais R\$ 650,0 milhões em regime de Garantia Firme, composto por Quotas Seniores, e R\$ 32,5 milhões em Quotas Subordinadas, bem como a realização de operação financeira de empréstimo de R\$ 150,0 milhões, sob a forma de empréstimo - ponte ao referido FIDC, que será amortizado quando da integralização das Quotas Seniores. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC passa a ter os seguintes termos e condições: 1. Patrimônio Líquido: até R\$ 682.500.000,00 (seiscentos e oitenta e dois milhões e quinhentos mil reais). 2. Carência: até janeiro de 2006. 3. Amortização de Quotas (principal e juros): em parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir do término da carência, limitadas ao prazo de duração do FIDC de 60 (sessenta) meses. 4. Regime de Colocação: Garantia Firme para as Quotas Seniores até o limite de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), distribuídas entre os Bancos Bradesco S.A., ABC Brasil S.A. e Itaú BBA S.A.

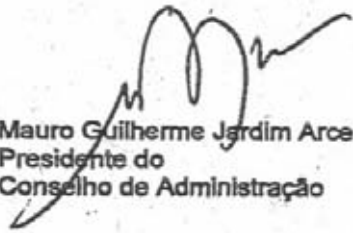
RESOLUÇÃO Nº 167/05-2

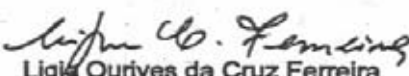
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Coordenador Líder). 5. Ficam mantidas as demais condições para estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 19/04/2005.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Ruy Martins Altenfelder Silva, Antonio Mardevânio Gonçalves da Rocha, Carlos Pedro Jens, Cláudia Maria Costin, Fernando Carvalho Braga, Fernando Maída Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva, Luiz de Freitas Bueno, Luiz Tacca Júnior, Martus Tavares, Nelson Vieira Barreira, Norberto de Franco Medeiros e Rogério da Silva.

São Paulo, 8 de junho de 2005.


Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração


Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária Executiva do
Conselho de Administração



ANEXO VI
RELATÓRIO DE FATURAS MENSAS DE ENERGIA ELÉTRICA

CNPJ (Distribuidora Cedida)	Vencimento 1ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 2ª Parcela (Data)	Valor (R\$)	Vencimento 3ª Parcela (Data)	Valor (R\$)

ANEXO VII

RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ DA FATURA	VENCIMENTO DA FATURA	VALOR	PAGAMENTO EFETUADO *	FATOR DE CESSÃO	VALOR DEVIDO AO FUNDO	VALOR DEVIDO À CEDENTE	PGTO. EFETUADO AO FUNDO *	PGTO. EFETUADO À CEDENTE*

ANEXO VIII
MINUTA DE PARECER LEGAL DA CESP

São Paulo, [•] de [•] de 2005.

Ao

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo SP

At.: [Diretor Responsável pelo Fundo]

Ref.: Parecer Legal –Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Subscrição e
Integralização de Quotas Subordinadas

Prezado Senhor,

1. Na qualidade de advogado(s) interno(s) da CESP – Companhia Energética de São Paulo (a “Cedente”) e tendo em vista o disposto na alínea (i) da Cláusula 10.1 do “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado em [•] de [•] de 2005, entre o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP (o “Fundo”) e a Cedente, com a interveniência do Banco Itaú S.A. (“Banco Itaú”) (o “Contrato de Cessão”), apresentamos a V. Sas. nossa opinião sobre a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais (conforme definidos no item 2 abaixo).

2. Esta opinião abrange as obrigações assumidas pela Cedente nos documentos abaixo enumerados (os “Instrumentos Contratuais”), que foram analisados, para fins de emissão desta opinião:

(i) o Contrato de Cessão;

(ii) o “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II”, celebrado em [•] de [•] de 2005], entre o Fundo e a Cedente, com a interveniência do Banco Itaú S.A. (o “Contrato de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas”); e

(iii) o “Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores”, celebrado em [•] de [•] de 2005, entre o Fundo, a Cedente e o Banco Itaú (o “Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento”).

3. Exceto se disposto de modo diverso nesta opinião, os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado que lhes é atribuído nos Instrumentos Contratuais.

4. Baseados na análise acima referida, somos de opinião que:

- (i) são verdadeiras e exatas as declarações prestadas pela Cedente nos Instrumentos Contratuais;
- (ii) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, foram devidamente autorizadas pelos órgãos deliberativos e/ou executivos da Cedente, conforme as deliberações que constituem o Anexo V ao Contrato de Cessão, nos termos dos seus atos constitutivos e que não é exigível qualquer outra deliberação societária para que a Cedente pudesse ter celebrado os Instrumentos Contratuais e assumir e cumprir com suas obrigações nos termos pactuados;
- (iii) os representantes legais da Cedente na assinatura dos Instrumentos Contratuais têm poderes estatutários para obrigar a Cedente, bem como para outorgar ao Banco Itaú os mandatos outorgados nos Instrumentos Contratuais;
- (iv) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, não representam o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora ou acarretam o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente em contratos de natureza comercial ou financeira firmados anteriormente à data de assinatura dos Instrumentos Contratuais dos quais a Cedente seja parte ou aos quais estejam vinculados bens de qualquer natureza de propriedade desta;
- (v) a celebração dos Instrumentos Contratuais, a assunção e o cumprimento das obrigações nesses estabelecidas, em especial (i) a cessão de Direitos Creditórios; (ii) a outorga de mandatos ao Banco Itaú; e (iii) a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, mediante pagamento em moeda corrente nacional, não representam o descumprimento ou a violação, pela Cedente, de normas legais ou regulamentares a que estejam sujeitas, assim como de qualquer decisão judicial, ainda que liminar, ou administrativa, vigentes na data da celebração dos Instrumentos Contratuais; e
- (vi) exceto pelo registro dos Instrumentos Contratuais nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e pelas aprovações das Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, outorgadas por meio dos Ofícios GS/JCF n.º 0386/2005, de 16 de agosto de 2005, OF/GS/414/2005, de 24 de junho de 2005 e Despacho n.º 1.009, de 11 de agosto de 2005, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por estas assumidas nos termos dos Instrumentos Contratuais.

5. Esta opinião é endereçada ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II, Banco Itaú BBA S.A., ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco ABC Brasil S.A., na qualidade de instituições intermediárias da distribuição pública das Quotas Seniores de emissão do Fundo (as “Instituições Intermediárias”) e ao Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, na qualidade de assessor legal do Fundo.

6. Esta opinião é regida e será interpretada de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente nesta data.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

CESP – Companhia Energética de São Paulo
Alfredo de Freitas Pimentel Neto
Gerente da Divisão de Consultoria e Contencioso - SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SÚMULA DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Standard & Poor's atribui rating preliminar ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II

Analistas de Crédito : Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648, pedro_gazoni@standardandpoors.com; César Fernandez, Nova York (1) 212 438-2681, cezar_fernandez@standardandpoors.com; Sergio Garibian, São Paulo (55) 11 5501-8944, sergio_garibian@standardandpoors.com

Nova York (Standard & Poor's) 2 de setembro de 2005 – A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – CESP II (CESP II FIDC).

Os ativos subjacentes do CESP FIDC são: direitos de crédito cedidos pela CESP, oriundos do fornecimento de energia elétrica – sob os termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), caixa e outros investimentos específicos – às seguintes empresas:

Distribuidoras Cedidas

- Bandeirante Energia S.A. – Bandeirante
- Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A. – Caiuá
- Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC
- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS
- Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
- Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ/AMPLA
- Companhia Energética da Borborema – CELB
- Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
- Companhia Energética do Ceará – COELCE
- Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – Cataguazes
- Copel Distribuição S.A. – Copel Distribuição
- Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
- Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC
- Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE
- Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista
- Companhia Piratininga de Força e Luz S/A – CPFL, Piratininga
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A. – Elektro
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo
- Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB
- Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL
- Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA
- Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light
- S.A. de Eletrificação da Paraíba. – SAELPA),

O Fundo CESP II FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de cinco anos. O administrador do Fundo incluirá recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Em função do fato de a CESP operar sob o regime de uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, serviço este de titularidade do Governo Federal Brasileiro – o qual é concedido à exploração de acordo com as regras sobre concessão –, nas hipóteses de término antecipado da concessão e observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente (o Governo Federal) ou uma nova concessionária assumiria a prestação do serviço público que era prestado pela CESP, o que, de forma geral, garante a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes da CESP. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade do serviço público de energia prestado sob regime de concessão, seja este fornecido por uma outra concessionária ou diretamente pelo Poder Concedente, no caso de insolvência da CESP. Em razão da anuência da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's, aperfeiçoada por um *true sale*, e de que os recursos obtidos por meio dessa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços, a Standard & Poor's considera que o Poder Concedente, nas hipóteses de término antecipado da concessão da CESP, provavelmente deverá transferir as obrigações especificadas pela documentação da transação para qualquer concessionária futura que assuma a operação das usinas operadas hoje pela CESP sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços). É importante ressaltar-se que (i) não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações e (ii) não há manifestação da ANEEL a respeito da transferência dessas obrigações, havendo apenas uma anuência da ANEEL com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's. Assim, em razão do exposto acima, a Standard & Poor's considera que a transação não dependerá da análise de performance da CESP, como normalmente acontece em transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa (qualidade de crédito das Distribuidoras Cedidas) e da garantia legal de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A legislação brasileira que rege as concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente as distribuidoras nos casos de término antecipado da concessão. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente, no caso de insolvência da CESP;
- A opinião da Standard & Poor's é que a cessão dos direitos creditórios subjacentes aos CCEAR's, aperfeiçoada por um *true sale*, e as obrigações especificadas pela documentação da transação deverão ser válidas não somente para a CESP, mas também para qualquer concessionária futura que assuma a operação das usinas que a CESP opera hoje sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços), dado que a ANEEL anuiu essa cessão e que os recursos obtidos por intermédio delas serão aplicados em benefício da concessão;
- A forte estrutura do fluxo de caixa. Os altos níveis de sobrecolateralização (*overcollateralization*), calculados como a razão entre recebíveis futuros

originados por meio da venda de energia elétrica para as Distribuidoras Cedidas e as amortizações das cotas seniores. De acordo com a análise da Standard & Poor's, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 3,3x. A Standard & Poor's considera esses níveis suficientes para suportar uma crise severa do setor de energia elétrica. Em um cenário de estresse correspondente a uma redução média de 64% nos fluxos de caixa provenientes das Distribuidoras Cedidas, essa razão atinge o mínimo de 1,18x;

- A disponibilidade de uma conta reserva cobrindo o pagamento de três amortizações consecutivas de cotas seniores somadas aos custos previstos para os próximos três meses de vida do Fundo (Reserva de Amortização e Resgate – RAR). Entretanto, a partir da data de emissão até fevereiro de 2006, a reserva, que será iniciada com o montante descrito acima, receberá recursos até se atingir a cobertura do montante total das amortizações previstas no referido período;
- O mecanismo de reforço de crédito (*credit enhancement*) adicional mediante a subordinação de cotas no nível de 4,8%.
- Outras melhoras estruturais como a existência de contas separadas e o *true sale* dos recebíveis.
- A possibilidade de o Custodiante (Itaú) determinar ao Agente de recebimento a retenção de 100% dos fluxos provenientes das Distribuidoras Cedidas em determinados Eventos de Avaliação ou Liquidação;
- A qualidade de crédito do conjunto de Distribuidoras Cedidas que dão suporte ao pagamento das cotas seniores;
- A habilidade do Itaú, como *Servicer* e Custodiante do Fundo.

As principais fragilidades, bem como seus fatores atenuantes, observados na análise de crédito da estrutura são:

1. A possibilidade das Distribuidoras Cedidas terminarem antecipadamente seus acordos com a CESP.

Esse risco de rescisão antecipada dos contratos é atenuado pelo fato de que existem cláusulas e condições específicas de rescisão dos CCEAR's que implicam na aplicação de penalidades contra a parte que rescindir o contrato. Além disso, os recursos provenientes dessas penalidades seriam revertidos para o Fundo.

2. A possibilidade de um novo racionamento generalizado de energia no Brasil e um ambiente regulatório ainda em evolução.

De acordo com as previsões hidrológicas e de demanda preparadas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o Brasil necessita de investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar um racionamento potencial em 2008/2009, se tudo mais permanecer constante. As mudanças na estrutura regulatória surgiram para garantir um ambiente mais estável que propiciasse investimentos e melhorasse a posição financeira das geradoras e distribuidoras. A percepção da Standard & Poor's do novo modelo é positiva, acreditando que as distribuidoras serão mais reguladas, porém menos arriscadas, e que o ambiente comercial para as geradoras permanece justo, já que elas podem optar por vender sua energia no mercado regulado ou para

Consumidores Livres (em acordos bilaterais). A grande incerteza é o preço futuro da energia a ser praticado na expansão do sistema, mas o mercado e o governo devem encontrar um nível de preço que remunere adequadamente os novos investimentos.

De acordo com a Standard & Poor's, o principal risco seria uma diminuição do volume imposta pelo ONS como resultado de um racionamento, já que preços e volumes são estipulados pelos contratos existentes (novas regras são válidas apenas para energia descontratada). A Standard & Poor's acredita que os níveis de cobertura proporcionados pela sobrecolateralização seriam suficientes para suportar uma possível redução de volume em um cenário de racionamento.

O rating 'brAAf' atribuído ao CESP II FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAf' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem forte proteção contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação das cotas juniores e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*) em diferentes cenários de estresse.

Para obter mais informações sobre o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP II (CESP II FIDC) ou sobre outros fundos de recebíveis de crédito, por favor contate Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648 ou via e-mail, pedro_gazoni@standardandpoors.com; ou César Fernandez, Nova Iorque (1) 212 438-2681 ou via e-mail, cesar_fernandez@standardandpoors.com; ou Sergio Garibian, São Paulo, (55) 11-5501-8944, ou via e-mail, sergio_garibian@standardandpoors.com.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2005 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

MODELO DE CCEAR CEDIDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR**

CCEAR Nº..... / 05
PRODUTO .. (INÍCIO e TÉRMINO DO SUPRIMENTO)

**CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO - CCEAR NA
MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA QUE
ENTRE SI FAZEM A _____ E A _____.**

De um lado, a _____, empresa _____ (*concessionária, permissionária ou autorizada*) para _____ (gerar, importar ou comercializar) energia elétrica, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado _____, empresa titular de _____ (*concessão, permissão ou autorização*) de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas partes, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos do seu Contrato Social ou Estatuto Social;

CONSIDERANDO QUE:

- I. as partes participaram do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, visando ao atendimento das necessidades de suprimento de energia elétrica do COMPRADOR, conforme o Edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005, e demais disposições aplicáveis;
- II. o VENDEDOR declarou que possui lastro para a venda, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e do item 3.3 do referido Edital do LEILÃO;
- III. o COMPRADOR adquiriu energia elétrica do VENDEDOR no LEILÃO, e a comercialização realizada, de natureza regulada, deve ser acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação referida, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;

As partes têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado "CONTRATO" ou "CCEAR", o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, realizada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, em decorrência do 2º LEILÃO ocorrido em XXX de XXXX de 2005, conforme os montantes indicados na tabela da subcláusula 6.1 deste CONTRATO.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO DE LASTRO PARA A VENDA;
- b) ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA;
- c) ANEXO III – GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO CCEAR.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Objetivando o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, relacionados no ANEXO II – NOMENCLATURA TÉCNICA, como parte integrante deste CONTRATO.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos.

2.3. No caso de divergências entre as disposições constantes do presente CONTRATO e os termos dispostos no seu ANEXO II, deverão prevalecer as disposições deste CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

III.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, sendo que:

- I. o ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, conforme indicado na subcláusula 6.1 deste CONTRATO; e
- II. os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelo VENDEDOR.

3.2. Os riscos financeiros eventualmente impostos ao COMPRADOR, decorrentes de diferenças de preços entre SUBMERCADOS, serão tratados de acordo com as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia 31 de dezembro de *(2015 ou 2016, conforme os prazos de duração de suprimento de cada PRODUTO).*

4.2. O início do suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA dar-se-á à zero hora do dia 1º de janeiro do ano de*(2008 OU 2009)* e o término do suprimento ocorrerá às 24 (vinte e quatro) horas do dia 31 de dezembro do ano de **(2015 ou 2016).**

4.3. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

4.4. O suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA, vigorará pelos prazos previstos na subcláusula 4.2, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR.

4.5. Na eventualidade do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos.

5.2. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR, conforme normas estabelecidas pela ANEEL, e as condições e padrões estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE.

5.3. As partes concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição e de conexão, e perdas de transmissão porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

5.4 As partes concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, custos e encargos de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição de conexão, e perdas de transmissão porventura incidentes e/ou verificadas após a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA no CENTRO DE

GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR, observado o disposto na Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA

6.1. Para fins deste CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE dos seus SUBMERCADOS, as ENERGIAS CONTRATADAS e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA, nos montantes iniciais de ENERGIA CONTRATADA especificados nas Tabelas 01 e 02:

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA em MWh

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				
AAAA				

Tabela 02 – Potência Associada em MWh/h

ANO DE SUPRIMENTO	SUBMERCADO			
	Sul	Sudeste / Centro-Oeste	Nordeste	Norte
AAAA a AAAA				

6.2. Na hipótese de alocação de ENERGIA CONTRATADA em mais de um SUBMERCADO, a CCEE deverá registrar o presente CCEAR considerando um registro contratual independente para cada SUBMERCADO, para fins de controle, monitoramento, contabilização, aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS e outros fins previstos na CONVENÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO e a MODULAÇÃO deste CONTRATO, os riscos de exposição a diferenças de preços entre SUBMERCADOS, e os riscos hidrológicos do presente serão tratados conforme o previsto neste CONTRATO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.4. A sazonalização de um CCEAR será realizada de comum acordo entre o VENDEDOR e o COMPRADOR e, caso não seja efetuada nos prazos previstos em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, deverá ser feita seguindo o perfil de carga declarada pelo COMPRADOR ao final de cada ano e consolidada pelo SIMPLES ou seu sucedâneo, de acordo com limites máximos e mínimos situados entre 85% e 115% da média anual da ENERGIA CONTRATADA, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.5. A MODULAÇÃO da ENERGIA CONTRATADA para cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO de cada MÊS CONTRATUAL, respeitados os limites de POTÊNCIA ASSOCIADA, deverá ser realizada pelo Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL em conformidade com as REGRAS e PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis.

6.6. Os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO regerão os prazos para informação da SAZONALIZAÇÃO e da MODULAÇÃO das ENERGIAS CONTRATADAS, bem como o tratamento a ser dado em caso de seu descumprimento.

6.7. A venda da ENERGIA CONTRATADA objeto deste CONTRATO não implica sua entrega física de energia por parte do VENDEDOR, podendo a ENERGIA CONTRATADA ser entregue por AGENTE DA CCEE ou pelo conjunto dos AGENTES, em razão da operação otimizada do Sistema Interligado Nacional – SIN, mantendo-se, porém, para todos os efeitos, a responsabilidade contratual pela entrega da energia como sendo do VENDEDOR referido no CONTRATO.

6.8. A ENERGIA CONTRATADA deverá ser entregue no CENTRO DE GRAVIDADE dos SUBMERCADOS do VENDEDOR, considerando a POTÊNCIA ASSOCIADA.

6.9. Os montantes iniciais da ENERGIA CONTRATADA previstos nesta Cláusula poderão ser reduzidos, nas condições e forma constantes da Cláusula 7ª.

6.10. Em caso de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª – DA CESSÃO E REDUÇÃO DA ENERGIA CONTRATADA

7.1. A critério exclusivo do COMPRADOR, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e observadas as REGRAS e os PROCEDIMENTOS de COMERCIALIZAÇÃO, a ENERGIA CONTRATADA poderá ser reduzida, em razão:

- I. do exercício pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor;
- II. de outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até quatro por cento do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e
- III. de acréscimos na aquisição de energia elétrica, decorrentes de contratos celebrados até 16 de março de 2004, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 10.848, de 2004.

7.2. A redução prevista no inciso I da subcláusula 7.1, e observados os PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos:

- I. terá eficácia a partir do mês da efetiva aquisição de energia de outro fornecedor pelos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES, que não tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

- II. terá eficácia a partir do ano seguinte ao da declaração de necessidades de energia de que trata o art. 18 do Decreto nº 5.163, de 2004, apresentada pelo COMPRADOR, relativamente aos CONSUMIDORES POTENCIALMENTE LIVRES que tenham firmado novos contratos ou prorrogado os contratos existentes, observado o disposto nos art. 49 e 72 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e
- III. deverá ser precedida de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

7.3. As reduções anuais dos montantes contratados, devido a outras variações de mercado, previstas no inciso II da subcláusula 7.1, terão eficácia no primeiro dia de cada ano de suprimento, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à compra do COMPRADOR, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.4. As reduções anuais dos montantes contratados de que trata o inciso III da subcláusula 7.1 terão eficácia a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer o suprimento relativo à respectiva contratação, e tais reduções deverão ser precedidas de MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS.

7.5. As reduções de ENERGIA CONTRATADA deverão implicar a correspondente redução de POTÊNCIA ASSOCIADA.

7.6. O MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS será operacionalizado pela CCEE conforme REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, sem afetar a receita do VENDEDOR com o CCEAR, observado o disposto na subcláusula 7.7.

7.7. No caso de aplicação do MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DEFICITS, o COMPRADOR fica autorizado pelo VENDEDOR, desde já, com sua anuência prévia e expressa, a ceder montantes de ENERGIA CONTRATADA a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, nos seguintes termos:

- I. o COMPRADOR, como cedente, deverá informar ao VENDEDOR os montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos a outros AGENTES DISTRIBUIDORES, indicando os PERÍODOS DE SUPRIMENTO, os respectivos valores envolvidos na cessão e dados dos COMPRADORES para fins de faturamento;
- II. a cessão deverá ser efetuada mediante assinatura de termo de cessão de direitos e obrigações contratuais entre o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários, que deverá conter, entre outras, cláusula de adesão integral e expressa ao disposto neste CONTRATO;
- III. os montantes de ENERGIA CONTRATADA a serem reduzidos serão considerados individualmente, conforme cada CCEAR e PERÍODOS DE SUPRIMENTO contratados;
- IV. a cessão deverá ser irrevogável e irretratável, tendo validade por todo o período de vigência remanescente do respectivo CCEAR;
- V. os valores envolvidos na cessão deverão ser proporcionais aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, observado o disposto neste CONTRATO sobre o PREÇO DE VENDA e respectiva atualização monetária;
- VI. a partir do início do suprimento previsto no termo de cessão de direitos contratuais, o VENDEDOR irá proceder ao faturamento dos valores devidos diretamente ao COMPRADOR e

aos AGENTES DISTRIBUIDORES cessionárias, observada a proporcionalidade prevista no inciso V;
VII. o COMPRADOR cedente e os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários deverão registrar na ANEEL e na CCEE os termos de cessão de direitos e obrigações contratuais, os que equivalerão ao presente CCEAR, para todos os fins.

7.8. Os AGENTES DISTRIBUIDORES cessionários previstos na subcláusula 7.7 deverão aportar novas GARANTIAS FINANCEIRAS em favor do VENDEDOR, conforme previsto na Cláusula 11, equivalentes aos montantes de ENERGIA CONTRATADA cedidos pelo COMPRADOR, que ficará autorizado a liberar suas respectivas garantias, na mesma proporção, de forma a que as garantias apresentadas ao VENDEDOR sejam mantidas em sua integralidade.

CLÁUSULA 8ª – DO PREÇO DE VENDA

8.1. O COMPRADOR pagará mensalmente ao VENDEDOR, a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o valor atualizado conforme previsto nas subcláusulas 8.2 e 8.3, considerando o valor do PREÇO DE VENDA de R\$,..... (.....), por megawatt-hora, referente ao mês da realização do LEILÃO.

ADAPTAR CADA CCEAR, CONFORME OS PRODUTOS E RESPECTIVOS PREÇOS DE VENDA.

8.2. O PREÇO DE VENDA será atualizado monetariamente, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização do LEILÃO, com base no IPCA.

8.3. A primeira atualização monetária, independentemente do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, deverá ocorrer somente na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, respeitado o prazo mínimo legal de doze meses, e observada a seguinte fórmula:

$$PVi = PV0 \times (I_i / I_0)$$

Onde:

PV0 – é o PREÇO DE VENDA;

I₀ – é o índice referente ao mês da realização do LEILÃO;

PVi – será o novo PREÇO DE VENDA corrigido; e

I_j – é o valor do índice acumulado de preços adotado desde o mês da realização do LEILÃO até o mês anterior à data base de reajuste tarifário do COMPRADOR e, para os cálculos a serem efetuados, deverão ser adotadas seis casas decimais exatas, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.4. As atualizações monetárias subseqüentes à primeira também deverão ocorrer na data base do reajuste tarifário do COMPRADOR, observando-se a mesma fórmula prevista na subcláusula 8.3.

8.5. Caso o índice de preço não seja publicado até o momento do faturamento pelo VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado. No primeiro faturamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado será efetuado o ajuste no PREÇO DE VENDA e dos faturamentos efetuados com base no índice provisório.

8.6. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

8.7. As partes reconhecem que o PREÇO DE VENDA previsto nesta Cláusula, em conjunto com as respectivas regras de correção monetária previstas neste CONTRATO, é suficiente, nesta data, para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

8.8. Caso sejam criados, após a data de assinatura deste contrato, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das partes com repercussão na economia contratual, o PREÇO DE VENDA será adequado de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos.

CLÁUSULA 9ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento mensal devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, desdobrada em três vencimentos, cada uma equivalente a um terço do valor mensal a ser pago ao VENDEDOR, conforme as seguintes datas e condições:

- (i) Primeiro vencimento: Até o dia 15 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado;
- (ii) Segundo vencimento: Até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento considerado; e
- (iii) Terceiro vencimento: Até o dia 05 do segundo mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

- I. A fatura, com os correspondentes vencimentos, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do primeiro vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, as datas de vencimento serão automaticamente postergadas por prazo igual ao do atraso verificado.
- II. Os pagamentos mencionados nas alíneas desta Cláusula deverão ser efetuados por crédito em conta

corrente bancária a ser indicada pelo VENDEDOR, por meio de transferência eletrônica de disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério do VENDEDOR.

- III. Eventuais despesas financeiras por conta da realização do crédito em conta corrente bancária do VENDEDOR, nos termos do parágrafo precedente, correrão por conta do COMPRADOR.

9.2. Caso o valor do pagamento mensal seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), o pagamento deverá ser efetuado pelo COMPRADOR de uma só vez, na data prevista para o segundo vencimento, ou seja, até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimento.

9.3. O limite de valor previsto na subcláusula 9.2. deverá ser reajustado anualmente, na mesma proporção do PREÇO DE VENDA reajustado.

9.4. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

9.5. Caso as datas de vencimento previstas nesta Cláusula ocorram em dia não útil, no município de escolhido para pagamento da fatura, o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

9.6. O não cumprimento da obrigação de pagamento pelo COMPRADOR, nos prazos e condições determinados nesta Cláusula, implicará a aplicação de penalidade de multa e a incidência de juros e atualização monetária sobre o valor devido, nos termos da Cláusula 10.

9.7. Na hipótese de inadimplência no pagamento de qualquer valor devido pelo COMPRADOR, o VENDEDOR poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 11 para a realização de seu crédito.

9.8. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos para pagamento das faturas, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura subsequente, podendo, de comum acordo entre as partes, ser compensada no próprio mês.

9.9. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

9.10. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma parte, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pelo VENDEDOR outra parte, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 10.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 10 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

10.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

10.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

10.3. Os acréscimos moratórios previstos nas alíneas acima incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente corrigidas monetariamente pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2, relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 8.5.

10.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, será considerada nula.

CLÁUSULA 11 – DAS GARANTIAS FINANCEIRAS

11.1. As partes devem celebrar um instrumento jurídico-financeiro como garantia do fiel cumprimento das obrigações do presente CONTRATO, dentre as quais: (i) fiança bancária; (ii) CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ou (iii) cessão de CDB, observados os prazos constantes do item 7.1.4 do EDITAL, conforme modelo constante do ANEXO III.

11.1.1. Se a GARANTIA FINANCEIRA vincular recebíveis da COMPRADORA, a aceitação obrigatória da VENDEDORA estará condicionada à aprovação prévia da ANEEL quanto à vinculação dos recebíveis.

11.1.2. No caso de CDB e FIANÇA BANCÁRIA, se no prazo de sessenta dias não houver acordo quanto à definição da GARANTIA FINANCEIRA, as PARTES deverão solicitar a mediação da ANEEL para o caso, hipótese na qual deverá haver prorrogação da vigência das garantias provisórias previstas na subcláusula 11.2 por períodos iguais e sucessivos.

11.2. No prazo de até três dias corridos a contar da assinatura deste CONTRATO, caso não seja possível as partes acordarem qualquer das garantias mencionadas na subcláusula 11.1., o COMPRADOR deverá oferecer garantias provisórias no valor correspondente, que vigorarão pelo prazo máximo de sessenta dias corridos, constituídas de:

I. moeda corrente nacional;

- II. títulos públicos devidamente aprovados pelo VENDEDOR;
- III. cartas de fianças ou cartas de créditos emitidas por instituições com sede no país ou no exterior devidamente aprovadas pelo VENDEDOR; e
- IV. outra forma aceita pelo VENDEDOR.

11.3. No prazo de vigência das garantias provisórias previstas em 11.2, as partes ficarão obrigadas a acordar um instrumento jurídico-financeiro de garantia dentre aqueles listados na subcláusula 11.1. Não o fazendo, o presente CONTRATO será considerado rescindido, sem prejuízo dos direitos e obrigações dele decorrentes durante o período de sua

vigência.

11.4. O COMPRADOR poderá substituir, a qualquer momento, desde que em comum acordo com o VENDEDOR, as garantias concedidas, respeitando as opções listadas no item 11.1.

CLÁUSULA 12 – DA RESCISÃO

12.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. na eventualidade da outra parte ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência do COMPRADOR, e frustrada a execução da garantia ofertada;
- IV. caso a garantia financeira apresentada se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão do COMPRADOR, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia de igual teor e forma, não o faça no prazo de quinze dias úteis;
- V. caso o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA não seja firmado, observado o disposto na Cláusula 11.
- VI. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por qualquer das partes.

12.2. A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, caso não sanada no prazo máximo de quinze dias úteis, contados do recebimento de notificação por escrito, facultará à parte adimplente considerar rescindido este CONTRATO.

12.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 13.3, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

12.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as partes das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

12.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das partes comunicando o fato.

CLÁUSULA 13 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

13.1. A parte que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas nas Cláusulas 10, 11 e 12, ficará obrigada a pagar a outra parte penalidade de multa por rescisão equivalente a trinta por cento da multiplicação do PREÇO DE VENDA vigente na data de rescisão (estipulado na Cláusula 8ª) pelo Volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente até o final do PERÍODO DE SUPRIMENTO ("VECR"), calculado de acordo com a fórmula abaixo descrita:

Multa = 30 % x PREÇO DE VENDA x VECR, onde:

VECR – significa o volume de ENERGIA CONTRATADA remanescente entre a data de rescisão e a data de término do período de suprimento.

13.2. A parte inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado no item 13.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 10.2, "b", calculados entre a data de cálculo da multa e das perdas e danos, retro referidas, e a data do efetivo pagamento.

13.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade prevista no item 13.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 14.

13.4. A responsabilidade de cada uma das partes no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 14 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma parte a outra.

14.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as partes buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até quinze dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

14.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 14.2, as partes deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

14.4. Na hipótese de emissão de NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA anteriormente à instituição da CÂMARA DE ARBITRAGEM, as partes submeterão a controvérsia a uma câmara arbitral em funcionamento, de comum escolha entre as partes.

CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a parte atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a parte afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 10.2.

15.3. A parte afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra parte da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a cinco dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- III. informar regularmente a outra parte a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- IV. prontamente avisar a outra parte do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
- V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as determinações contidas na Cláusula 12.

16.2. Observado o disposto na Cláusula 7ª, o CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas partes, observado o disposto na Lei 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.3. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO, observadas as disposições contidas na Cláusula 7ª.

16.4. No caso de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária etc) do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, fica prévia e expressamente autorizada a sub-rogação dos direitos e/ou das obrigações decorrentes deste CONTRATO, nas proporções de ENERGIA a ser alocada às novas empresas, respeitadas as condições pactuadas no presente, notadamente o PREÇO DE VENDA.

16.5. No caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 16.7, e respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

16.6. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das partes, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

16.7. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as partes obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CCEAR, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as partes obrigam-se a adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e
- III. informar a outra parte, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

16.8. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

16.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

16.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as partes se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das partes.

16.11. O presente CONTRATO deverá ser registrado na ANEEL e na CCEE, e uma cópia autenticada ou o original do CCEAR deverá ser entregue pelo VENDEDOR à CCEE, no prazo a ser estabelecido pela CCEE, bem como dos eventuais aditamentos ou alterações.

16.12. O registro do CONTRATO na CCEE, poderá ser suspenso na hipótese de inadimplência de uma das partes no MERCADO DE CURTO PRAZO, conforme previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, ficando desde já o VENDEDOR autorizado pelo COMPRADOR, e o COMPRADOR autorizado pelo VENDEDOR a proceder à referida suspensão no âmbito da CCEE.

16.13. Este CONTRATO é reconhecido pelas partes como título executivo, na forma dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

16.14. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

16.15. Observado o disposto na Cláusula 14, fica eleito o Foro da Comarca do Município de, Estado de, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas partes, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, de _____ de _____ .
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome: _____

Nome: _____

Cargo:
RG:
CPF/MF:

Cargo:
RG:
CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:

(Esta página é parte integrante do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, firmado entre o VENDEDOR e o COMPRADOR)

ANEXO I AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO
COMPROVAÇÃO DE LASTRO PARA VENDA

INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE GERAÇÃO
OU
LISTAGEM DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA
OU
OUTRA FORMA DE COMPROVAÇÃO QUE VIER A SER DEFINIDA
(caso de importação ou de comercialização)

(A) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO PRÓPRIA.

Nº	NOME USINA	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	TIPO DE USINA

(B) CASO DE COMPROVAÇÃO DE LASTRO COM GERAÇÃO DE TERCEIROS, MEDIANTE CONTRATOS.

Nº	VENDEDOR ¹	MONTANTES CONTRATADOS (MW MÉDIO)	PRAZO DE VIGÊNCIA	
			INÍCIO	FIM

**ANEXO II AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO**

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e Consumidor Livre integrantes da CCEE.

AGENTE DISTRIBUIDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AGENTE VENDEDOR, PROPONENTE VENDEDOR ou VENDEDOR: titular de concessão, permissão ou autorização de geração, de comercialização ou de importação de energia elétrica;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das partes;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade externa eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo alternativo de solução de Conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir Conflitos por meio de arbitragem, nos termos da CONVENÇÃO de COMERCIALIZAÇÃO e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os AGENTES DA CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA;

COMPRADOR(ES): AGENTE(S) DISTRIBUIDOR(ES) de energia elétrica PARTICIPANTE(S) do LEILÃO;

CONTRATO ou CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR: Contrato Bilateral celebrado, no âmbito do ACR, entre AGENTE VENDEDOR e AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO;

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - CCG: contrato firmado entre o COMPRADOR e o VENDEDOR para garantir a execução do CONTRATO por parte do COMPRADOR, constituindo o Anexo III ao presente;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109 de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: é aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, é atendido de forma regulada, conforme definido no Decreto nº 5.249, de 20 de outubro de 2004.

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: montante em MWh contratado pelo COMPRADOR e colocado à disposição no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do VENDEDOR;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de ENERGIA que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de ENERGIA efetivamente adquiridas pelo COMPRADOR, no ponto CENTRO DE GRAVIDADE;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LEILÃO: processo licitatório de compra e venda de energia regido pelo Edital de Licitação nº 001/2005 da CCEE e seus documentos correlatos;

MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS: processo de realocação, entre AGENTES DISTRIBUIDORES, participantes da CCEE, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no ACR;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes da CCEE.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o PERÍODO DE SUPRIMENTO;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários.

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as partes acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado nos termos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada esta como uma hora;

PERÍODO(S) DE SUPRIMENTO(S): corresponde ao intervalo de tempo entre a DATA DE INÍCIO e a DATA DE TÉRMINO;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA que o VENDEDOR deverá disponibilizar ao COMPRADOR, observado um fator de capacidade igual a 0,66;

POTÊNCIA INSTALADA: a potência instalada de uma central geradora (em kW) é definida, em números inteiros, pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da central;

PREÇO DEVENDA: preço de cada PRODUTO no encerramento do LEILÃO;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

PROCESSO: processo relativo ao LEILÃO, disciplinado no Edital do LEILÃO e seus documentos correlatos;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN): conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SIMPLES: Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico, desenvolvido pela ELETROBRÁS;

SUBMERCADOS: divisões do SIN para as quais serão estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras.

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM _e,
TENDO OS BANCOS [XXXXXXXX] COMO INTERVENIENTES ANUENTES.**

De um lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária de serviço público de DISTRIBUIÇÃO de energia elétrica, mediante Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº xxxxxxxxxx, firmado com o Poder Concedente, doravante denominado COMPRADOR, e de outro lado, a xxxxxxxxxx, empresa concessionária/permissionária/autorizada (DEFINIR e DETALHAR, CONFORME A CONDIÇÃO DO AGENTE VENDEDOR), com sede na Cidade de, na, inscrita no CNPJ sob o n.º, denominado simplesmente VENDEDOR, neste ato representados por seus representantes legais ao final assinados, em conjunto denominadas partes; o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, o Banco [.....] , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º com sede na Rua, n.º, na Cidade de, todos representados na forma de seu(s) respectivo(s) Estatuto(s) Social(is), denominado(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S);

CONSIDERANDO QUE:

- (a) As partes assinaram, em/...../....., CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO, doravante denominado CCEAR n.º XXX/XX, cujo teor o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S) declara(m) expressamente conhecer; e
- (b) O CCEAR, em sua subcláusula 11.1, estabelece que o COMPRADOR deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade garantir o cumprimento das obrigações do COMPRADOR, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao VENDEDOR;

RESOLVEM, celebrar o presente Contrato de Constituição de Garantia ("CCG"), o qual será regido pelas cláusulas e disposições a seguir descritas.

CÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de permitir o entendimento e a precisão da terminologia técnica empregada neste CCG e seus Anexos, integrante deste CCG, fica, desde já, acordado entre os contratantes o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

- (a) CONTA CORRENTE DO VENDEDOR: Conta corrente de titularidade do VENDEDOR, utilizada para recebimento dos créditos oriundos dos pagamentos mencionados no CCEAR;
- (b) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S): Conta(s) corrente(s) de titularidade do COMPRADOR, mantida(s) junto ao(s)

INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), utilizada(s) para centralizar os recebimentos de créditos oriundos do fornecimento de energia elétrica;

- (c) CONTA CORRENTE ESPECIAL: Conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, a ser utilizada na forma prevista na Cláusula Quarta deste CCG;
- (d) CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: conta corrente de titularidade do COMPRADOR, mantida junto ao GESTOR, agência....., sob o nº....., quando se tratar de garantia suplementar na forma de moeda corrente nacional, **E/OU** outra forma de depósito para os demais ativos financeiros a serem dados como garantia suplementar, a qual será utilizada para pagamento dos débitos oriundos dos pagamentos mencionados na Cláusula 8.1 do CCEAR, subsidiariamente ao MECANISMO DE GARANTIAS, no caso deste último, se acionado, verificar-se insuficiente para cobertura de eventual débito verificado;
- (e) GESTOR: Banco, escolhido pelo COMPRADOR do conjunto dos INTERVENIENTES ANUENTES, responsável pelo acionamento do MECANISMO DE GARANTIA;
- (f) MECANISMO DE GARANTIA: O mecanismo previsto na Cláusula Quarta do presente CCG;
- (g) MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES: mecanismo previsto na Cláusula Quinta do presente CCG;

1.2. Quaisquer termos utilizados neste Instrumento, mas não definidos pelo presente, terão os significados definidos no CCEAR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Instrumento tem por objetivo estabelecer os termos e as condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações do COMPRADOR para com o VENDEDOR, conforme definido no CCEAR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA

3.1. No caso de inadimplência, o VENDEDOR informará ao COMPRADOR, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios, até o terceiro dia útil imediatamente subsequente à data do vencimento, nos termos previstos no CCEAR.

3.2. Não havendo, por parte do COMPRADOR, a quitação do débito no prazo estabelecido na subcláusula 3.1, o VENDEDOR instruirá o GESTOR para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA, dando ciência ao COMPRADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DO MECANISMO DE GARANTIA

4.1. O GESTOR, na data do recebimento da instrução do VENDEDOR, efetuará o bloqueio da CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do COMPRADOR no seu estabelecimento, transferindo para a CONTA CORRENTE ESPECIAL os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos dos seguintes acréscimos moratórios: juros efetivos de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e multa de 2% (dois por cento).

4.2. O valor do débito, constituído do principal e da multa, será atualizado monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e acrescido dos juros previstos na subcláusula 4.1.

4.3. Caso o atraso de pagamento seja menor ou igual a trinta dias, para os efeitos da aplicação da atualização referida nesta Cláusula, será considerada nula qualquer variação negativa do índice.

4.4. Caso o atraso de pagamento seja verificado dentro de um mesmo mês, para os efeitos da aplicação da atualização referida na subcláusula 4.1 será utilizada a variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, do mês anterior ao do pagamento.

4.5. Caso venha a ocorrer a extinção do índice de correção previsto na subcláusula 8.2 do CCEAR, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

4.6. Caso na CONTA CORRENTE CENTRALIZADORA do GESTOR não haja recursos suficientes para a quitação do débito no momento do bloqueio, caberá ao GESTOR acionar os demais INTERVENIENTES ANUENTES, determinando o bloqueio das suas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a transferência imediata dos recursos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até atingir o montante total do débito.

4.7. O GESTOR acionará os demais INTERVENIENTES ANUENTES observando a seqüência estabelecida pelo COMPRADOR no ANEXO I.

4.8. Caberá ao COMPRADOR informar ao GESTOR a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES a serem acionados para o cumprimento do estabelecido neste CCG, conforme Anexo I deste CCG, e novamente informá-lo caso haja qualquer alteração na referida seqüência.

4.9. Diariamente, o GESTOR transferirá os recursos disponíveis na CONTA CORRENTE ESPECIAL para a CONTA CORRENTE do VENDEDOR, de acordo com saldo disponível, até o montante do débito informado pelo VENDEDOR.

4.10. Na data em que tenham sido transferidos para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, os recursos suficientes para a quitação do débito do COMPRADOR junto ao VENDEDOR, o bloqueio e a transferência de recursos das CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS serão suspensos.

4.11. Acionado o MECANISMO DE GARANTIA, a quitação do débito deverá ocorrer em até cinco dias e, caso ultrapassado esse prazo, a critério do VENDEDOR, será acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES previsto na Cláusula Quinta do presente CCG.

4.12. Durante seu prazo de vigência, o COMPRADOR ficará obrigado a manter como INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), instituição(ões) financeira(s) responsável(is) pela arrecadação mensal de um valor mínimo de 110 % (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das três últimas faturas mencionadas no CCEAR, acrescentando, tantas instituições financeiras quantas forem necessárias para a manutenção desse percentual mínimo.

4.12.1. Nos três primeiros meses de suprimento, o cálculo das garantias será feito da seguinte forma: (i) para o primeiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia o valor da fatura correspondente; (ii) para o segundo mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das duas últimas faturas; e (iii) para o terceiro mês, deverá ser utilizado para o cálculo da garantia a média aritmética das três últimas faturas.

4.13. O COMPRADOR somente poderá alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer forma, gravar os recursos disponíveis nas(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas neste CCG e não impliquem a indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações ora estabelecidas, durante o prazo de vigência do CCEAR.

CLÁUSULA QUINTA – DO MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES

5.1. Decorrido o prazo definido na subcláusula 4.11, o GESTOR buscará os recursos necessários a quitar o débito do COMPRADOR para com o VENDEDOR, acionando o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES.

5.1.1. O MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES constitui-se de uma CONTA DE GARANTIAS SUPLEMENTARES que deverá ter, inicialmente, um volume de ativos depositados correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal

prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.1.2. Os seguintes ativos financeiros serão aceitos para depósito junto ao MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos públicos;
- (c) outro ativo financeiro;
- (d) ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsas de valores;
- (e) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com sede no país ou no exterior;

5.1.3 Acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, os valores correspondentes ao débito a ser quitado deverão ser transferidos para o VENDEDOR no prazo de cinco dias.

5.2. Considerado o período de doze meses imediatamente anterior ao eventual acionamento do Mecanismo de Garantias Suplementares, a Conta de Garantias Suplementares deverá ter um volume de ativos depositados observado o que se segue:

- (a) Um acionamento: 40% (quarenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (b) Dois acionamentos: 50% (cinquenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.
- (c) Três ou mais acionamentos: 60% (sessenta por cento) da receita mensal prevista na Cláusula 8.1 do CCEAR.

5.3. As garantias depositadas em moeda corrente nacional devem ser obrigatoriamente remuneradas diariamente, pelo GESTOR, por meio de aplicações financeiras que estejam autorizadas pelo BACEN, como Fundo de Investimento, ou Certificado de Depósito Bancário, ou Poupança, conforme pactuado com o COMPRADOR, e passíveis de descontos relativos à tributação aplicável.

5.4. As garantias financeiras serão avaliadas mensalmente pelo GESTOR considerando as oscilações de mercado, eventuais deságios de cada ativo e custos relevantes de execução.

5.5. O COMPRADOR deverá recompor, no prazo de cinco dias, o volume de ativos previsto no Parágrafo 1º, caso seja acionado o MECANISMO DE GARANTIAS SUPLEMENTARES, ou as reavaliações mensais previstas na subcláusula 5.4. assim o exigirem.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR

6.1. O GESTOR atuará, por força e em decorrência deste CCG, como mandatário especial do VENDEDOR, neste ato constituído, de forma irrevogável e irretratável,

nos termos dos artigos 683 e 684, do Código Civil Brasileiro, para executar o MECANISMO DE GARANTIA aqui descrito, e como procurador do COMPRADOR de acordo com o estabelecido na Procuração constante do Anexo II.

6.2. O COMPRADOR deverá encaminhar ao VENDEDOR uma cópia autenticada da Procuração citada na subcláusula 6.1.

6.3. O GESTOR se obriga a acatar todas as instruções escritas que receber do VENDEDOR, com relação ao MECANISMO DE GARANTIA, isto é, bloqueio e transferência dos recursos existentes na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), respondendo civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venha a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

6.4. O VENDEDOR aceita e reconhece que o GESTOR não será responsável pela insuficiência de fundos na(s) CONTA(S) CORRENTE(S) CENTRALIZADORA(S), que o impossibilite de operacionalizar o MECANISMO DE GARANTIA, conforme descrito na Cláusula Quarta deste instrumento.

6.5. O GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES, sempre que solicitados, deverão fornecer ao VENDEDOR, informações que atestem o atendimento ao disposto na subcláusula 4.12.

6.6. Durante a vigência deste Instrumento, caso o Banco [.....] deixe de atuar como GESTOR, o INTERVENIENTE ANUENTE de maior arrecadação será o seu sucessor, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

6.7. O GESTOR se obriga a notificar o COMPRADOR e o VENDEDOR, com sessenta dias de antecedência, sua intenção de não mais atuar como GESTOR.

6.8. Na hipótese de atuação de um único BANCO, durante a vigência deste Instrumento, caso o mesmo deixe de atuar como GESTOR, ficará o COMPRADOR obrigado a nomear novo GESTOR, no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação mencionada na subcláusula 6.7., nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste CCG.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Os INTERVENIENTES ANUENTES, por força e em decorrência deste CCG, após comunicação do GESTOR, executarão imediatamente o bloqueio e transferência dos recursos oriundos dos créditos do COMPRADOR, existentes nas CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS, para a CONTA CORRENTE ESPECIAL, até o valor do débito constante da instrução/autorização recebida do VENDEDOR.

7.2. Os INTERVENIENTES ANUENTES se obrigam a acatar todas as instruções decorrentes do MECANISMO DE GARANTIA e, portanto, responderão civil e penalmente por qualquer dano ou prejuízo que venham a causar ao VENDEDOR em decorrência do descumprimento de suas obrigações.

7.3. O VENDEDOR responderá civil e penalmente por qualquer prejuízo que venha a causar ao COMPRADOR, em decorrência de falsa emissão de aviso para o acionamento do MECANISMO DE GARANTIA descrito neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CUSTOS

8.1. Todas as despesas contraídas ou incorridas em razão do presente CCG serão de exclusiva responsabilidade do COMPRADOR.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VALIDADE

9.1. O presente CCG entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo até a liquidação das últimas faturas decorrentes do CCEAR, observado seu prazo de vigência, sendo regido e interpretado, em todos os seus aspectos, pelas leis brasileiras.

9.2. A eficácia do presente CCG está vinculada ao início do período de suprimento conforme descrito na Cláusula 4ª do CCEAR, somente após o que gerará quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. As partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES concordam que todas as informações e dados disponibilizados por um ao(s) outro(s) serão considerados confidenciais conforme preceitua este CCG e não divulgarão tais informações para terceiros, exceto se expressamente autorizado, a priori e por escrito, pelo(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

10.2. Somente será permitida a divulgação de informações sem autorização prévia no caso de determinação judicial ou de autoridade administrativa, ficando as partes, o GESTOR e os INTERVENIENTES ANUENTES obrigados a informar sobre referida divulgação ao(s) interessado(s) signatários do presente CCG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente CCG somente poderá ser alterado ou retificado mediante assinatura de correspondente Termo Aditivo pelas partes, com a anuência expressa do(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S).

11.2. A ausência, pelas partes, de reclamação relativa à falta de cumprimento por outro contratante, de quaisquer obrigações previstas neste CCG: (i) não operará ou será interpretada como renúncia a qualquer outro direito ou faculdade, seja ela similar ou de natureza diversa, nem (ii) terá efeito, a menos que, efetuada por escrito e devidamente assinada por um representante da respectiva parte, assim como, a tolerância ou concessão de prazo ou quaisquer outras condições que uma parte fizer à outra não operará como renúncia ao cumprimento da respectiva obrigação, novação ou alteração dos termos e condições aqui acordados.

11.3. O presente Instrumento obriga os contratantes, em caráter irrevogável e

irretratável, em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores, a qualquer título, bem como os cessionários autorizados.

11.4. Todos os valores previstos no presente CCG poderão ser exigidos por meio de processo de execução, reconhecendo as partes, desde já, que os aludidos valores poderão ser apurados mediante simples cálculo aritmético, constituindo este instrumento título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, II, do Código de Processo Civil.

11.5. As partes reconhecem neste ato que as obrigações decorrentes do presente Instrumento comportam execução específica, nos termos dos artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.6. Quaisquer dúvidas ou pendências relacionadas a este Instrumento serão dirimidas conforme disposto na Cláusula 14 do CCEAR. Caso sejam necessárias providências judiciais na forma prevista na Lei no 9.307/96, as partes elegem o Foro da Comarca da Cidade de, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.7. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma parte a outra e ao banco GESTOR a respeito deste CONTRATO será feita pelos representantes, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para o COMPRADOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail

Se para o banco GESTOR :

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CCG em conjunto com o(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S), em "n" (nº suficiente) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

(Local), de de

Pelo COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo Banco

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Pelo Banco

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF/MF:

Nome:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Nome:
Cargo:
CPF/MF:
RG:

Nome:
CPF/MF:

**ANEXO I AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO EM
...../...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

CONTAS CORRENTES CENTRALIZADORAS DE TITULARIDADE DO COMPRADOR

Informar a seqüência dos INTERVENIENTES ANUENTES, para fim do previsto na subcláusula 4.8. do CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA.

**ANEXO II AO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA ASSINADO
EM/...../....., ENTRE O VENDEDOR E O COMPRADOR**

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz a Empresa, como na forma seguinte:

SAIBAM os a que este instrumento público de procuração bastante virem que aos ... (dias) do mês de do ano de....., na Cidade de....., perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como Outorgante a Empresa, sociedade anônima de direito, com sede, na cidade de, Estado de, representada por, reconhecido como próprio e que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador o Banco..... (nome do banco GESTOR), que, como mandatário especial e no interesse do VENDEDOR (nome, endereço e qualificação), conforme o previsto no CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE REGULADO – CCEAR firmado entre a Outorgante e o VENDEDOR, o Banco poderá movimentar a Conta Corrente Especial que a Outorgante possui em sua Agência, sob o número , bem como exercer todos os demais atos necessários para cumprir ao disposto no Contrato de Constituição de Garantia, assinado em.....(dia) do mês de.....do ano de, incluindo, mas não se limitando, à acionar o Mecanismo de Garantia e o Mecanismo de Garantia Suplementar. A Outorgante dará por firme e valioso tudo quanto, nesse sentido, praticar seu dito procurador. Assim o disse do que dou fé e me pediu que lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo lido, aceitou e assina comigo. Eu,, Escrevente Notarial, digitei e dou fé. Eu,, Tabela designada, mandei digitar, subscrevo e assino em público e raso.

(Local),dede

Pelo COMPRADOR

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

**ANEXO III AO CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO**

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE CDB

Cedente], pessoa jurídica, com sede na cidade de [...], devidamente inscrita no CNPJ [...], doravante denominado simplesmente **CEDENTE**.

[Cessionária...], devidamente inscrita no CNPJ [...], neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

BANCO, instituição financeira, com sede na [...], por sua Agência [...], localizada [...], inscrita no CNPJ [...], representada pelos senhores, na qualidade de Interviente Anuente, doravante denominado **BANCO**.

As partes acima, nomeadas e qualificadas, resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **CEDENTE** ora cede e transfere à **CESSIONÁRIA**, como cedidos e transferidos estão, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo pró-solvendo, e sob a condição resolutive estipulada na **Cláusula Terceira**, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os direitos creditórios - capital e rendimentos oriundos do depósito a prazo representado pelo CDB Pós Fixado, emitido pelo [...], Agência [...], n.º [...], conta corrente n.º [...], no valor de [...], constituído no dia [...], sob n.º [...], com vencimento em 365 dias contados da data de constituição, com liquidez a partir do 30º dia contado da data de constituição, com taxa de [...], como forma e meio de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), e do qual o presente instrumento fica fazendo parte integrante.

Parágrafo único: Declara a **CEDENTE** que faz a presente cessão, para os efeitos do art. 286 e seguintes do Código Civil, de livre e espontânea vontade, sem que, sobre a presente outorga parem quaisquer dúvidas sobre a inexistência de vício de consentimento, na forma do Código Civil, art. 138 e seguintes, sendo de sua livre apreciação a decisão de lastrear o contrato descrito no caput com a cessão ora outorgada.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do crédito ora cedido, poderá a **CESSIONÁRIA**, a seu critério, por ocasião do inadimplemento das obrigações pactuadas pelo **CEDENTE** no CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e (Vendedor), exercer seu direito de crédito nas exatas quantias que se tornarem exigíveis, a qualquer tempo, a partir da data de início de liquidez acima descrita, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ao **CEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente cessão é feita sob a condição resolutive de adimplemento de obrigações, de modo que, em ocorrendo o pagamento integral da dívida objeto do Contrato de CCEAR, celebrado em [...], entre [...] (Comprador) e [...]. (Vendedor), resolver-se-á a propriedade da **CESSIONÁRIA**, retornando os créditos

cedidos à propriedade do **CEDENTE**. A condição resolutiva aqui estabelecida estará automaticamente desconstituída no momento e na exata medida dos créditos resgatados e transferidos para a **CESSIONÁRIA** na forma deste instrumento.

Parágrafo Único - A liberação dos créditos ao **CEDENTE**, nas condições referidas no caput desta cláusula, dependerá de prévia e expressa autorização da **CESSIONÁRIA** ao **BANCO**.

CLÁUSULA QUARTA - O **CEDENTE** obriga-se, desde já, a efetuar novas aplicações na mesma modalidade da ora cedida, que ficarão também cedidas à **CESSIONÁRIA**, sempre que o valor da presente cessão se tornar insuficiente à cobertura de suas obrigações perante a **CESSIONÁRIA**, ou quando vencida a aplicação objeto da cessão, de modo a adequar o vencimento final do ciclo de aplicações à mesma data de vencimento do CCEAR, celebrado em [], entre [] (Comprador) e (Vendedor).

CLÁUSULA QUINTA - A falta de utilização dos créditos por parte da **CESSIONÁRIA**, para quitação das obrigações do **CEDENTE**, não representará a renúncia ou desistência aos direitos cedidos.

CLÁUSULA SEXTA - O **CEDENTE** autoriza, desde já, o **BANCO**, na qualidade de depositário da aplicação objeto da cessão, a acatar quaisquer pedidos de resgate formulados pela **CESSIONÁRIA**, sejam eles parciais ou totais, isentando-o de qualquer responsabilidade sobre eventual incorreção dos valores requisitados pela **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - O **CEDENTE**, na qualidade de titular da conta corrente de nº [], mantida na Agência [], autoriza, desde já, o **BANCO** a efetuar o débito na referida conta, dos valores que nela sejam creditados por conta do pedido de resgate dos créditos objeto da cessão, transferindo-os para a **CESSIONÁRIA** na forma por ela indicada.

Parágrafo Único - Os créditos cedidos, que obrigatoriamente deverão transitar pela conta corrente do **CEDENTE**, deverão ser transferidos pelo **BANCO**, à **CESSIONÁRIA**, pelo valor líquido correspondente à quantidade resgatada, descontado o valor da CPMF caso o saldo remanescente da conta corrente seja insuficiente para seu débito.

CLÁUSULA OITAVA - O **CEDENTE** nomeia e constitui a **CESSIONÁRIA** como sua mandatária, outorgando-lhe os poderes de mandato para a prática de todos os atos necessários ao efetivo exercício dos direitos de crédito ora cedidos, em especial para representá-lo perante o **BANCO**.

CLÁUSULA NONA - O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo entre as partes e seus sucessores, ficando eleito o foro da Cidade de ,....., para dirimir as questões que porventura surgirem em decorrência deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 duas testemunhas, para os devidos fins e efeitos.

cidade [.dia..] de [.mês..] de [ano]

CEDENTE

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

CESSIONÁRIA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

BANCO

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

TESTEMUNHA

<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:	<i>Assinatura:</i> Nome: Cargo: CPF/MF: RG:
--	--

¹ Vendedor é aquele que promove a venda para o Agente que deverá comprovar o lastro.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Emissor

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CESP II

CNPJ/MF n.º 07.589.985/0001-81

Cedente

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

CNPJ/MF nº 60.933.603/0001-78
Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312
São Paulo, SP

Administrador

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
São Paulo, SP

Custodiante

BANCO ITAÚ S.A.

CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
São Paulo, SP

Auditor Independente

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Rua Bela Cintra, 881
São Paulo, SP

Assessor Legal

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS

Al Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo, SP